



DIÁRIO da Assembleia da República

V LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1988-1989)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 23 DE NOVEMBRO DE 1988

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Vítor Pereira Crespo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Daniel Abílio Ferreira Bastos

Vítor Manuel Calo Roque

Cláudio José dos Santos Percheiro

João Domingos F. de Abreu Salgado

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 30 minutos.

Deu-se conta da apresentação do projecto de lei n.º 317/V (PSD) e da proposta de resolução n.º 12/V.

Foram aprovados os n.ºs 7 a 9 do Diário.

O Sr. Deputado Montalvão Machado (PSD) desejou rápida recuperação à Sr.ª Deputada Helena Torres Marques (PS), vítima de acidente de viação, no que foi secundado pelos Srs. Deputados Ilda Figueiredo (PCP), Nogueira de Brito (CDS) e Marques Júnior (PRD), tendo o Sr. Deputado Lopes Cardoso (PS) agradecido os votos expressos.

Após leitura do respectivo relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano, iniciou-se a apreciação conjunta, na generalidade, das propostas de lei n.º 74/V (Orçamento do Estado para 1989) e 75/V (Grandes Opções do Plano para 1989-1992 e Grandes Opções do Plano para 1989).

Intervieram no debate, a diverso título, além dos Srs. Ministros das Finanças (Miguel Cadilhe), do Planeamento e da Administração do Território (Valente de Oliveira) e da Indústria

e Energia (Mira Amaral), os Srs. Deputados Carlos Carvalhas (PCP), Nogueira de Brito (CDS), Silva Lopes (PRD), Octávio Teixeira (PCP), Gameiro dos Santos (PS), Ilda Figueiredo (PCP), Isabel Espada (PRD), António Barreto (PS), João Corregedor da Fonseca (Indep.), Helena Roseta (PS), Vieira de Castro e Belarmino Correia (PSD), João Cravinho (PS), Ângelo Correia, Rui Machete, Carlos Pinto, Silva Marques, Duarte Lima e Luís Filipe Menezes (PSD), Herculano Pombo (Os Verdes), Domingos Azevedo (PS), José Cesário, Carlos Lélis e Barata Rocha (PSD), Almeida Santos (PS), Montalvão Machado e Carlos Encarnação (PSD), Lourdes Hespanhol (PCP), Pedro Roseta (PSD), Lopes Cardoso (PS) e Lino de Carvalho (PCP).

No decorrer da sessão, foram aprovados dois pareceres da Comissão de Regimento e Mandatos relativos à substituição de Deputados do PRD e do PSD.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 50 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.
 Adriano Silva Pinto.
 Alberto Cerqueira de Oliveira.
 Alberto Monteiro de Araújo.
 Álvaro José Rodrigues Carvalho.
 Amândio dos Anjos Gomes.
 Amândio Santa Cruz D. Basto Oliveira.
 António Abrantes Pereira.
 António Abílio Costa.
 António de Carvalho Martins.
 António Costa de A. Sousa Lara.
 António Fernandes Ribeiro.
 António Joaquim Correia Vairinhos.
 António Maria Oliveira de Matos.
 António Mário Santos Coimbra.
 António Roleira Marinho.
 António Sérgio Barbosa de Azevedo.
 António da Silva Bacelar.
 Aristides Alves do Nascimento Teixeira.
 Arlindo da Silva André Moreira.
 Armando Carvalho Guerreiro Cunha.
 Armando Manuel Pedroso Militão.
 Arménio dos Santos.
 Belarmino Henriques Correia.
 Carla Tato Diogo.
 Carlos Alberto Pinto.
 Carlos Manuel Duarte Oliveira.
 Carlos Manuel Oliveira da Silva.
 Carlos Matos Chaves de Macedo.
 Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.
 Carlos Sacramento Esmeraldo.
 Cecília Pita Catarino.
 César da Costa Santos.
 Daniel Abílio Ferreira Bastos.
 Domingos Duarte Lima.
 Domingos da Silva e Sousa.
 Ercilia Domingos M. P. Ribeiro da Silva.
 Evaristo de Almeida Guerra de Oliveira.
 Fernando Barata Rocha.
 Fernando Dias de Carvalho Conceição.
 Fernando José Antunes Gomes Pereira.
 Fernando José R. Roque Correia Afonso.
 Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
 Francisco João Bernardino da Silva.
 Francisco Mendes Costa.
 Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
 Hilário Torres Azevedo Marques.
 Humberto Pires Lopes.
 Jaime Carlos Marta Soares.
 João Álvaro Poças Santos.
 João Domingos F. de Abreu Salgado.
 João Granja Rodrigues da Fonseca.
 João José da Silva Maçãs.
 João Maria Ferreira Teixeira.
 João Soáres Pinto Montenegro.
 Joaquim Fernandes Marques.
 Joaquim Vilela de Araújo.
 José Alberto Puig dos Santos Costa.
 José de Almeida Cesário.

José Álvaro Machado Pacheco Pereira.

José Ângelo Ferreira Correia.

José António Coito Pita.

José Augusto Ferreira de Campos.

José Augusto Santos Silva Marques.

José Francisco Amaral.

José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.

José Júlio Vieira Mesquita.

José Lapa Pessoa Paiva.

José Leite Machado.

José Luís Bonifácio Ramos.

José Luís Campos Vieira de Castro.

José Luís de Carvalho Lalande Ribeiro.

José Manuel Rodrigues Casqueiro.

José Manuel da Silva Torres.

José Mário Lemos Damiao.

José Mendes Bota.

Luis António Damásio Capoulas.

Luis António Martins.

Luis Filipe Garrido Pais de Sousa.

Luis Filipe Menezes Lopes.

Manuel Albino Casimiro de Almeida.

Manuel António Sá Fernandes.

Manuel Ferreira Martins.

Manuel João Vaz Freixo.

Manuel Joaquim Batista Cardoso.

Manuel Joaquim Dias Loureiro.

Manuel José Dias Soares Costa.

Manuel Maria Moreira.

Margarida Borges de Carvalho.

Maria Assunção Andrade Esteves.

Maria da Conceição U. de Castro Pereira.

Maria Luisa Lourenço Ferreira.

Maria Manuela Aguiar Moreira.

Mary Patrícia Pinheiro Correia e Lança.

Mário Jorge Belo Maciel.

Mário Júlio Montalvão Machado.

Mateus Manuel Lopes de Brito.

Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.

Nuno Francisco F. Delerue Alvim de Matos.

Paulo Manuel Pacheco Silveira.

Reinaldo Alberto Ramos Gomes.

Rui Alberto Limpo Salvada.

Valdemar Cardoso Alves.

Virgílio de Oliveira Carneiro.

Partido Socialista (PS):

Afonso Sequeira Abrantes.

Alberto Manuel Avelino.

Alberto de Sousa Martins.

António de Almeida Santos.

António Carlos Ribeiro Campos.

António Fernandes Silva Braga.

António Manuel C. Ferreira Vitorino.

António Miguel Moraes Barreto.

António Poppe Lopes Cardoso.

Edite Fátima Marreiros Estrela.

Edmundo Pedro.

Françisco Fernando Osório Gomes.

João Cardona Gomes Cravinho.

João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.

João Rosado Correia.

João Rui Gaspar de Almeida.

Jorge Fernando Branco Sampaio.

José Carlos P. Basto da Mota Torres.

José Florêncio B. Castel Branco.

José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.
 José Vera Jardim.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Maria Ana Silva Medeiros.
 Maria Helena do R. da C. Salema Roseta.
 Maria Julieta Ferreira B. Sampaio.
 Raul D'Assunção Pimenta Rêgo.
 Vitor Manuel Caio Roque.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favares Brasileiro.
 António José Monteiro Vidigal Amaro.
 Apolónia Maria Pereira Teixeira.
 Carlos Alfredo Brito.
 Cláudio José dos Santos Percheiro.
 Fernando Manuel Conceição Gomes.
 João António Gonçalves do Amaral.
 Jorge Manuel Abreu Lemos.
 José Manuel Santos Magalhães.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Manuel Anastácio Filipe.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria de Lurdes Dias Hespanhol.
 Maria Odete Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.

Partido Renovador Democrático (PRD):

António Alves Marques Júnior.
 José Carlos Pereira Lilaia.
 José Silva Lopes.
 Rui dos Santos Silva.

Centro Democrático Social (CDS):

Basílio Adolfo de M. Horta de Franca.
 José Luís Nogueira de Brito.
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):

Herculano da Silva P. Marques Sequeira.

Deputados Independentes (ID):

João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 Raul Fernandes de Moraes e Castro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai dar conta dos diplomas entrados na Mesa.

O Sr. Secretário (Daniel Bastos): — Srs. Deputados, deram entrada na Mesa os seguintes diplomas: Projecto de Lei n.º 317/V, apresentado pelo Sr. Deputado Silva Marques, do PSD, relativo à criação da freguesia de Chainça, no concelho de Leiria, que foi admitido e bai-xou à 10.ª Comissão; Proposta de Resolução n.º 12/V, apresentada pelo Governo, que aprova para ratificação o acordo intergovernamental entre os representantes dos Estados membros, aprovado em 24 de Junho de 1988, e a decisão do Conselho n.º 88/3/376 — CEE, Eurotom, relativa ao sistema de recursos próprios das Comunidades.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados estão em aprovação os n.ºs 7, 8 e 9 do Diário, respeitantes às reuniões plenárias de 2, 3 e 4 de Novembro.

Pausa.

Como não há objecções, consideram-se aprovados. Srs. Deputados, vamos proceder à discussão conjunta, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 74/V, relativa ao Orçamento do Estado para 1989, e da Proposta de Lei n.º 75/V, relativa às Grandes Opções do Plano para 1989 e para o período de 1989 a 1992.

Solicitava aos grupos parlamentares que, para organização dos nossos trabalhos, na medida das disponibilidades dos seus membros, fossem fazendo as inscrições para intervir sobre estes temas.

Pausa.

O Sr. Deputado Montalvão Machado pediu a palavra para que efectue?

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Sr. Presidente, tivemos conhecimento de que a Sr.ª Deputada Helena Torres Marques foi vítima de um acidente de viação que, de certo modo, atingiu a sua integridade física, a retém no leito e, por isso, nos priva do prazer da sua companhia nesta discussão.

Queria, em meu nome pessoal e em nome da minha bancada, desejar-lhe um pronto restabelecimento da maneira a que, o mais rapidamente possível, possa voltar ao nosso convívio e lamentar o que aconteceu.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado fez uma interpelação à Mesa no sentido lato da palavra e penso que posso exprimir o sentimento de todas as bancadas fazendo minhas as palavras do Sr. Deputado Montalvão Machado.

Para interpelar a Mesa, tem a palavra a Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Presidente, era para dizer que também nos associamos aos votos que o Sr. Presidente acaba de formular.

O Sr. Presidente: — Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Presidente, é para dizer que, embora confiando inteiramente na qualidade da expressão feita por V. Ex.ª do nosso voto, não queremos deixar de fazer aqui ouvir a nossa palavra nesse mesmo sentido.

O Sr. Presidente: — Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Marques Júnior.

O Sr. Marques Júnior (PRD): — Sr. Presidente, é para me manifestar exactamente no mesmo sentido.

O Sr. Presidente: — Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, é para, em nome da minha bancada, agradecer a V. Ex. e a todos os grupos parlamentares os votos de melhorias que expressaram para a minha camarada Helena Torres Marques.

Felizmente o acidente não foi grave e espero que em breve possamos contar com ela entre nós.

A todos vós, muito obrigado.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos aguardar a chegada do Relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano, a fim de procedermos à sua leitura. O documento está, neste momento, a ser fotocopiado para distribuição pelos grupos parlamentares.

Entretanto, para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Presidente, para não estarmos à espera sugeria que suspensemos os trabalhos por cinco ou dez minutos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, segundo a informação que tenho não deveremos esperar mais do que um minuto pela chegada do documento.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Se é só um minuto, Sr. Presidente, retiro a minha sugestão.

Pausa: (aplausos dos deputados)

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, para aproveitarmos esta pausa o Sr. Secretário vai ler um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos que se encontra na Mesa.

O Sr. Secretário (Daniel Bastos): — Trata-se de um relatório e parecer emitido pela Comissão de Regimento e Mandatos, do seguinte teor:

Em reunião da Comissão de Regimento e Mandatos realizada no dia 23 de Novembro de 1988, pelas 10 horas, foi observada a seguinte substituição de deputado:

1 — Solicitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Renovador Democrático (PRD):

Miguel António Monteiro Galvão Teles (Círculo Eleitoral de Lisboa), por Isabel Maria da Costa Valentim Ferreira Espada.

Esta substituição é pedida nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), por um período não superior a 6 (seis) meses, a partir do dia 21 de Novembro corrente, inclusive.

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções considerando a ordem de precedência de respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido partido no concernente círculo eleitoral.

3 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

4 — Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

Os Secretários: Álvaro José Rodrigues de Carvalho (PSD) — Daniel Abilio Ferreira Bastos (PSD) — Domingos da Silva e Sousa (PSD) — Fernando Monteiro do Amaral (PSD) — José Augusto Santos da S. Marques (PSD) — José Guilherme Pereira dos Reis (PSD) — José Luís Bonifácio Ramos (PSD) — Luís Filipe Garrido Pais de Sousa (PSD) — Manuel António Sá Fernandes (PSD) — Valdemar Cardoso Alves (PSD) — António Alves Marques Júnior (PRD) — José Luís Nogueira de Brito (CDS) — Herculano da Silva Pombo M. Sequeira (PV) — João Cerveira Corregedor da Fonseca (Indep.)

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estão em apreciação.

Pausa.

Como não há objecções, vamos votar.

Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Presidente: — Para ler o parecer da Comissão de Economia, Finanças e Plano sobre as Propostas de Lei n.º 74/V — Orçamento do Estado para 1989 e 75/V — Grandes Opções do Plano para 1989/1992 e Grandes Opções do Plano para 1989, tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. Secretário (Cláudio Percheiro): — Srs. Deputados, o parecer emitido pela Comissão de Economia, Finanças e Plano é do seguinte teor:

As Propostas de Lei n.º 74/V, do Orçamento do Estado para 1989, e 75/V, das Grandes Opções do Plano para 1989/1992, e Grandes Opções do Plano para 1989, deram entrada na Assembleia da República no dia 17 de Outubro de 1988.

Também na mesma data deram entrada na Assembleia da República os anexos informativos que a proposta de lei do Orçamento do Estado deve integrar, nos termos do artigo 11.º da Lei do Enquadramento (Lei n.º 40/83, de 13 de Dezembro).

Foram recebidos pela Comissão vários elementos informativos adicionais, através do Gabinete do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, em tempo, solicitados ao Governo:

Ofício n.º 3220/88, de 24 de Outubro: «Alterações e Rectificações ao Orçamento do Estado para 1989»;

Ofício n.º 3232/88, de 25 de Outubro: «Envio de novas versões de folhas do Relatório Geral do Orçamento do Estado para 1989»;

Ofício n.º 3259/88, de 27 de Outubro: «Correções ao Mapa VI — Concelhos da Região Autónoma dos Açores»;

- Ofício n.º 3273/88, de 27 de Outubro: «Correção do Quadro dos Fluxos Financeiros entre Portugal e a CEE»;
- Ofício n.º 3440/88, de 10 de Novembro: «Envio de oito exemplares do Programa STAR e oito exemplares do PNICIAPI»;
- Ofício n.º 3465/88, de 11 de Novembro: «Respostas do Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território a questões suscitadas em reunião com a CEFP, realizada no dia 9 de Novembro de 88»;
- Ofício n.º 3466/88, de 11 de Novembro: «Respostas do Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território a questões solicitadas pela Vice-Presidente da CEFP, através do Ofício n.º 3168/COM, de 25 de Outubro de 88»;
- Ofício n.º 3487/88, de 15 de Novembro: «Resposta do Sr. Ministro das Finanças a questões solicitadas pela Vice-Presidente da CEFP, através do Ofício n.º 3312/COM, de 4 de Novembro de 88»;
- Ofício n.º 3488/88, de 15 de Novembro: «Apensoes informativos enviados pelo Ministério das Finanças referentes ao Orçamento do Estado para 1989»;
- Ofício n.º 3515/88, de 16 de Novembro: «Envio de novo Quadro IV da página 245 do documento das GOP's».

Em reunião da Conferência dos Líderes Parlamentares, foi decidido, nos termos regimentais, estabelecer o seguinte calendário para apreciação e debate das Propostas de Lei do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano:

- Elaboração dos Pareceres pelas Comissões Especializadas 9 de Novembro
- Elaboração do Parecer da Comissão de Economia, Finanças e Plano 22 de Novembro
- Debate na Generalidade em Plenário 25 de Novembro
- Debate e votação na Especialidade na Comissão de Economia, Finanças e Plano 14 de Dezembro
- Debate e votação na Especialidade em Plenário (Votação Final/Global) 15 de Dezembro

A Comissão de Economia, Finanças e Plano reuniu do dia 19 de Outubro para discussão da metodologia a seguir na apreciação das propostas de lei do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano para 1989, tendo decidido criar uma subcomissão eventual para a elaboração do relatório e parecer, coordenada pelo deputado Fernando Barata Rocha e constituída pelos seguintes deputados:

- Fernando Barata Rocha (PSD),
- João Cardona Gomes Cravinho (PS),

- Octávio Augusto Teixeira (PCP),
- José da Silva Lopes (PRD) e
- José Luís Nogueira de Brito (CDS).

Realizaram-se as seguintes reuniões de trabalho para apreciação das propostas de lei e elaboração do relatório e parecer:

- Dia 19 de Outubro: — distribuição das propostas de lei e discussão da metodologia a seguir, tendo sido constituída uma subcomissão eventual;
- Dia 26 de Outubro: — apreciação das propostas de lei em reunião normal da comissão;
- Dia 27 de Outubro: — reunião com a presença do Sr. Ministro das Finanças;
- Dia 4 de Novembro: — apreciação das propostas de lei em reunião normal da comissão;
- Dia 8 de Novembro: — apreciação das propostas de lei em reunião da subcomissão eventual;
- Dia 9 de Novembro: — reunião com a presença do Sr. Ministro do Planeamento e da Administração do Território;
- Dia 9 de Novembro: — reunião com os Srs. Secretários de Estado do Orçamento e dos Assuntos Fiscais;
- Dia 10 de Novembro: — reunião com o Sr. Ministro da Indústria e Energia;
- Dia 16 de Novembro: — apreciação das propostas de lei em reunião normal da Comissão;
- Dia 16 de Novembro: — reunião com o Sr. Presidente do Tribunal de Contas;
- Dia 18 de Novembro: — elaboração do relatório e parecer, sua discussão e votação.

Foram recebidos pela Comissão da Economia, Finanças e Plano os relatórios que se anexam ao Relatório da Subcomissão, emitidos pelas Comissões Especializadas de:

- Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;
- Saúde;
- Trabalho, Segurança Social e Família;
- Educação, Ciência e Cultura;
- Agricultura e Pescas;
- Defesa Nacional;
- Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação;
- Equipamento Social;
- Administração do Território, Poder Local e Ambiente;
- Assuntos Europeus;
- Condicion Feminina;
- Juventude.

O relatório elaborado pela Subcomissão Eventual mereceu a seguinte votação:

- A Favor: — PSD;
- Contra: — PS — PCP — PRD — CDS — IND;
- Abstenções: —

Finalmente a Comissão de Economia, Finanças e Plano é de parecer que a Proposta de Lei n.º 74/V (Orçamento do Estado para 1989) e a Proposta de Lei n.º 75/V (Grandes Opções do Plano para 1989/1992 e Grandes Opções do Plano para 1989), estão em condições de ser apreciadas nos termos regimentais.

O Sr. Presidente: — Ao que julgo, para interpretar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Montalvão Machado.

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Sr. Presidente, nos termos regimentais, o Grupo Parlamentar do PSD pede a suspensão dos trabalhos por cinco minutos.

O Sr. Presidente: — Nos termos regimentais, está concedida a suspensão. Sr. Deputado

Eram 10 horas e 50 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 10 horas e 55 minutos.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças (Miguel (Caldilhe)): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. e Srs. Deputados: Trazemos à elevada consideração de VV. Ex.ª, o Orçamento do Estado para 1989. Apraz-nos registar que é o 4.º orçamento consecutivo que apresentamos ao Parlamento.

Pensamos que é boa altura para fazer contas e avaliar resultados.

Em geral, os resultados quanto à saúde da economia portuguesa são bons e notórios e 1989 vai ser 4.º ano de progresso consecutivo! Não nos alongaremos a sublinhar, mais uma vez, os excelentes indicadores económicos do País. No triénio 1986-1988 Portugal marca, de facto, a melhor performance global de todos os 24 países da OCDE.

Os resultados quanto à saúde das finanças públicas são também bons e notórios, mas há, numa parte, significativa que não é facilmente descortinável.

Permitam VV. Ex.ª que desenvolva estes aspectos da disciplina financeira do Estado.

A contenção dos défices orçamentais não é, um fim em si mesmo; é, antes de mais, o caminho seguro para alcançar um estabilidade financeira duradoura. E esta é uma condição indispensável para o crescimento sustentado da economia e para a melhoria irreversível do nível de vida dos portugueses.

Várias vezes o Governo tem afirmado e entidades internacionais idóneas, observadores desapaixonados da realidade portuguesa, são unâmes na recomendação da contenção rigorosa da despesa pública.

A mais recente análise por parte das instâncias comunitárias vem sugestivamente intitulada: «Portugal — Forte melhoria na performance macroeconómica mas insuficiente consolidação orçamental».

E na notável conferência que, em Outubro passado, proferiu em Lisboa, Jacques Delors não se escusou a abordar um problema político, que não só económico ou financeiro, da Comunidade e especialmente de Portugal: «(...) os bons resultados conjunturais não

devem disfarçar o esforço de adaptação estrutural que se mantém necessário. Ele reveste, para Portugal particularmente, a forma de problemas a ultrapassar.

No plano macroeconómico o caminho é estreito, entre o prosseguimento do saneamento das finanças públicas e a aceleração necessária do investimento público e privado. Daí a importância de uma boa afectação dos recursos».

Deixou não se escusou, mesmo correndo o risco de ser mal interpretado ao pronunciar-se sobre a situação interna do País, porque, de facto, o défice do sector público é, provavelmente, o mais grave problema que a nossa economia enfrenta há anos.

Sem pretendê-lo esgotar a boa paciência de VV. Ex.ª citaria ainda as posições tomadas pela Comissão das Comunidades em relatórios do corrente ano, onde Portugal surge, incluído no grupo de países com sérios défices orçamentais:

«... Um esforço para conter as despesas correntes é de todo essencial porque a plena utilização dos recursos dos fundos estruturais da Comunidade, nos anos futuros, significará um encargo orçamental adicional para Portugal».

Nos últimos três anos tem o Governo procurado, de facto, a redução dos défices públicos sem deixar de assegurar os meios indispensáveis ao esforço de investimento e às melhorias dos serviços prestados em áreas prioritárias, como a saúde e a educação. O défice do Orçamento do Estado, que em 1985 se situava ainda na casa dos 12% do PIB, estará, em 1989, próximo dos 7,5% do PIB — mas estes valores não são, na verdade, comparáveis, como procurarei expor de seguida.

São indicadores que não exprimem todo o enorme esforço que o Governo tem feito para pôr em ordem as finanças públicas.

É sabido que, nos últimos anos, levámos a cabo grandes operações de regularização da dívida para-pública e de racionalização da dívida pública.

Em primeiro lugar, regularizámos uma extensa dívida para-pública. Por um lado, temos procurado dar transferências a um largo espectro de passivos que andavam espalhados por Fundos e Serviços Autónomos, entre tanto extintos ou reestruturados, correspondendo a dívidas acumuladas ao longo dos anos, muitas vezes sem acordo dos credores, sem pagamento de juros mas com unilateral capitalização, reflectindo, enfim, situações que desprestigiavam o Estado, abalavam a confiança dos agentes económicos e provocam perdas ou restrições no património e nas condições de exploração das empresas públicas, financeiras e não financeiras, detentoras dos créditos.

Por outro lado, temos procedido — ou estamos em curso de fazê-lo à assunção, pelo Tesouro, de passivos de empresas públicas, de modo a diminuir muito sensivelmente irrepáreveis desequilíbrios financeiros. Alguns desses passivos estavam ou estão garantidos pelo Estado.

Em segundo lugar, merece destaque a decisão do Governo, que vem desde há três anos, de racionalizar progressivamente os preços da dívida pública interna. É matéria da maior importância para a própria racionalidade da economia portuguesa.

Estamos a praticar, desde 1986 inclusive, uma taxa de juro média implícita na dívida pública interna igual ou superior à taxa de juro de depósitos a prazo a 6 meses.

Na jovem democracia portuguesa, antes de 1986, nunca tal ocorreria, verificando-se desvios irracionais entre os juros da dívida pública interna e os juros do mercado, desvios, aliás, muito proveitosos para os orçamentos de cada um dos anos até 1985, inclusive.

Pois bem, juntando as duas ordens de razões de agravamento dos juros da dívida pública que acabei de citar — por um lado, a limpeza de dívidas para-públicas e por outro lado, o nível das taxas de juro da dívida pública interna — concluímos que isso justifica uma grande parcela do défice do Orçamento do Estado para 1989.

Este défice atinge 7,5% do produto interno bruto, mas seria apenas 4,5% do produto não tivesse o Governo encetado as tais operações de regularização e racionalização da dívida do Estado.

E este défice de 4,5% do produto interno bruto em 1989 é que compara com o défice de quase 12% em 1985.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Desculpam-me que insista e peça a vossa atenção para um resultado que o Governo reputa de excelente nas disciplinas do Orçamento do Estado: usando valores comparáveis, em 3 anos, o peso relativo do défice do Orçamento do Estado no produto interno bruto caiu mais de 60%. Além disso, em 1985 — e em quase todos os anos anteriores da jovem democracia portuguesa — houve derrapagem orçamental e indisciplina financeira, terminando esses anos com o défice executado superior ou muito superior ao inicialmente orçamentado. Em 1986 e em 1987 verificou-se o contrário. E o contrário também se verificará, seguramente, no ano de 1988, que está a findar. E continuará a verificar-se em 1989 e nos anos seguintes.

Além de tudo isso, conta ainda o facto de, em 1988, estimarmos, desde já, um saldo «primário» (sem juros) que é positivo em cerca de 0,3% do produto interno bruto. E orçamentamos, para 1989, um saldo «primário» positivo de cerca de 1,5% do produto.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: É longo o caminho mas, permitam que o diga, são promissores os resultados já atingidos nos anos que vão de 1986 a 1988.

Prosseguiremos com a mesma estratégia. Em 1989 a velocidade terá de ser, talvez, mais moderada. Mas não nos entendam mal. Não está em causa a estratégia gradualista de redução do peso percentual do défice do Estado do produto interno. É apenas uma questão de ritmo anual, porque o interesse em investir fortemente na modernização do País é em aproveitar a participação dos fundos estruturais da CEE, o que requer mais despesa pública e, portanto mais défice orçamental, ou melhor, mais tempo para reduzir aos níveis relativos que são recomendáveis na economia portuguesa.

No universo das empresas públicas, uma outra vertente da disciplina das finanças públicas, em sentido amplo, os anos de 1987 e de 1988 foram marcantes quanto às directrizes fundamentais de política de rendimentos e ao enquadramento orçamental e financeiro.

Fixámos, em cada ano — e caso a caso para as principais empresas públicas —, alguns indicadores económicos e financeiros, em particular o designado Financiamento Adicional Líquido, abrangendo todas as fontes de capitais e restringindo-as ao essencial, bem como assegurando a sua contabilidade, ao nível agregado, com a programação monetária e as restantes necessidades de financiamento do sector público e da economia portuguesa em geral.

Cada vez mais vamos estando em condições de assegurar a articulação entre a política monetária, a política orçamental e o financiamento global do Sector Público Administrativo e Empresarial.

Não era assim há alguns anos atrás!

Reconhecemos que ainda há muito por fazer, em especial, devemos debruçar-nos mais detidamente sobre a disciplina financeira dos Fundos e Serviços Autónomos e similares.

Há-os em número claramente excessivo e há-os em funcionamento extravagante ou exorbitante ou, pelo menos, extra-orçamental no sentido de se encontrarem fora do quadro normal do Orçamento do Estado.

Lá iremos. Já começámos com o auxílio da Inspecção-Geral de Finanças e da Direcção-Geral da Contabilidade Pública e do GAFFEP. E se não fomos mais cedo foi apenas por uma questão de prioridades. Não podemos estar em todas as frentes ao mesmo tempo. A disciplina das finanças públicas, em sentido lato, é um objectivo estratégico. Já vencemos algumas etapas decisivas e outras se seguirão em sequência facilitada pelo sucesso das etapas anteriores.

Todavia, nem tudo cabe ao Governo.

O espírito de disciplina das finanças públicas tem de estar presente em todos os domínios em que os dinheiros públicos, directa ou indirectamente, estejam em causa; sejam os serviços simples da Administração central, sejam os seus serviços com autonomia administrativa ou com autonomia financeira, sejam as empresas públicas, sejam ainda as entidades da Administração Regional e Local.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Orçamento do Estado para 1989 insere-se num conjunto de políticas dirigidas à realização dos principais objectivos macroeconómicos para 1989, que se traduzem na continuação do crescimento não inflacionário.

Os objectivos para as principais variáveis macroeconómicas traduzem-se, quantitativamente, numa desaceleração da procura interna para cerca de 4 e 3/4% reais, assente em particular no consumo, que deverá crescer na casa dos 3%. No sector externo espera-se um crescimento das exportações d'á ordem dos 6% em volume e a continuação da moderação da elasticidade das importações à procura global, já visível no ano em curso. Ao mesmo tempo, é fundamental a retoma do processo de desinflação, visando a aproximação à média da Comunidade Económica Europeia.

A política monetária deverá ter, em 1989, um papel reforçado na prossecução dos objectivos enunciados. A versão preliminar do programa monetário do Banco de Portugal — informado por esses mesmos objectivos — prevê uma desaceleração significativa da liquidez de residentes que, em fim de ano, deverá apresentar um crescimento dentro de um intervalo de amplitude de três pontos percentuais, centrados perto de 9%; Dezembro sobre Dezembro.

A gestão da dívida pública adquire uma importância acrescida num momento em que deverá apoiar a transcrição para um regime de controlo monetário indireto, bem como constituir um factor de modernização do sistema financeiro português. O Governo preparará, com a colaboração do Banco de Portugal, um programa anual de dívida pública para 1989, incluindo o doseamento intra-anual do fluxo de emissões, e sua articulação com o programa monetário e a sua perspectiva como política de captação de poupança.

...O andamento referido para os agregados de liquidez, conjugado com as necessidades de financiamento do sector público, implicará um crescimento muito moderado do financiamento bancário ao sector produtivo! O que não impedirá o bom crescimento do investimento dada o grande progresso verificado na capacidade de auto-financiamento das empresas, bem patente nos valores da respectiva poupança, as participações associadas aos fundos comunitários era possibilidade de recurso ao mercado de capitais.

De forma consistente com os objectivos de desinflação e com a necessária moderação dos custos unitários salariais e da procura interna prosseguir-se-á, em 1989,

a attenuação da desvalorização do escudo. O reforço da capacidade competitiva da economia decorrente do comportamento do investimento produtivo permite, de facto, dispensar de forma gradual aquele instrumento da política económica que, aliás, se tornará progressivamente menos disponível no contexto da integração monetária e financeira da Comunidade Económica Europeia. As empresas portuguesas têm de encontrar — e estão encontrando — nos ganhos de produtividade o seu principal factor de competitividade.

A política de rendimentos deverá assegurar um crescimento salarial que não destrua tais ganhos de competitividade e seja um sector efetivo de desinflação! A este nível é fundamental que a política de rendimentos seja novamente geradora de expectativas convergentes no sentido da redução da inflação, sob pena de este objectivo ter de vir a ser prosseguido no futuro por políticas macroeconómicas de gestão da procura de rigor acrescido.

Tendo de dar resposta a um conjunto de exigências que se colocam no processo de modernização e desenvolvimento da economia portuguesa, a política orçamental não poderia deixar de adoptar medidas consistentes com os grandes objectivos macroeconómicos.

As despesas de capital veiculadas através do PID-DAC conhecem um forte impulso, ao mesmo tempo que as despesas com sectores prioritários como a educação e a saúde verão reforçado o seu peso nas chamadas «despesas discricionárias».

São estas as que dependem directamente da vontade do Governo — não incluindo, designadamente, os juros da dívida pública, as transferências para a CEE e para as autarquias locais — e verão o seu peso no produto interno reduzir-se de cerca de 21,5% para 21% o total das «despesas discricionárias», correspondendo ao esforço de contenção realizado na preparação do Orçamento do Estado para 1989.

A previsão das receitas fiscais para 1989 apresenta um grau de incerteza acrescido, dada a circunstância de se tratar do ano de introdução da Reforma Fiscal.

Apesar da moderação relativa das taxas dos impostos, as exigências da política macroeconómica impõem que as receitas fiscais tenham um andamento, lembro que temos a mais baixa taxa de tributação directa da Comunidade Económica Europeia, e esse bom andamento das receitas fiscais deve resultar, fundamentalmente, do alargamento da base tributária! Esta decorrerá, desde logo, do conceito de rendimento adotado no IRS e no IRC, e também da racionalização dos benefícios fiscais, a consagrar no respetivo «estatuto» no quadro da Reforma Fiscal, bem como por decreto-lei acabado de aprovar em Conselho de

Ministros, na sequência do artigo 50.º da Lei do Orçamento do Estado para 1988. A mesmo tempo, prosseguirão os esforços no sentido de uma eficiência acrescida na cobrança dos impostos, que constituirá, simultaneamente, um factor de maior justiça fiscal.

SR Presidente; Srs. Deputados: Não é fácil este caminho da aritmética das finanças públicas!

E ainda há quem, genericamente, afirme que poderíamos ir mais depressa e mais fundo! Por vezes são os mesmos que, em olímpica contradição, nos falam em mais despesas «fiscais» ou mais subsídios públicos!

Sei que não é esse, felizmente, o espírito dominante nesta Câmara! Eu, a propósito, gostaríamos de deixar, de forma inequívoca, um convite muito simples à VV. Ex.: aceitam-nos, com muita gosto e interesse, sugestões sobre como fazer mais disciplina financeira e com o reduzir o défice orçamental que o

Vozes do PSD: Muito bem! Isto é o que o PSD quer: é o que o PSD sugere: é o que o PSD concretiza: é o que o PSD analisa: é o que o PSD pratica: é o que o PSD sugere: é o que o PSD gera: é o que o PSD incorre: é o que o PSD inverte: é o que o PSD sugere: é o que o PSD obviamente sugere que em si próprias sejam uma infecção da dívida pública interna abaixo da taxa de mercado; nem obviamente, sugestões que significem uma autoflagelação como, por exemplo, a recusa dos fundos estruturais da Comunidade Europeia; nem, obviamente, sugestões que sejam um retrocesso social; como, por exemplo, a não expansão do sistema educativo perante o fluxo crescente de crianças e jovens.

Mas já serão, por certo, boas e acatáveis sugestões aquelas que se dirigem contra desperdícios ou propiciem ganhos de eficiência, melhorias da produtividade, economias de despesa, acréscimos de receitas, tudo em segmentos do Orçamento do Estado casuisticamente identificados, de realização e viabilidade minimamente asseguradas.

Haverá quem responda: mas isso é tarefa do Governo!

Sem dúvida que o é, não deixa, por isso, de ser tarefa de todo o País, dos que trabalham na Administração Pública, dos que pagam os impostos, dos que utilizam os serviços públicos, dos que dirigem as coisas do Estado.

Por isso estamos receptivos a boas sugestões sobre disciplina financeira e sobre redução do défice do Orçamento do Estado, com a consciência tranquila de que vamos realizando essa tarefa ano após ano, com a profundidade e com a velocidade que são recomendáveis para a economia portuguesa e com os resultados que são conhecidos.

Aplausos do PSD, de pé.

O Sr. Presidente: Inscreram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Carlos Carvalhas, Nogueira de Brito, Silva Lopes, Octávio Leixeira, Isabel Espadale, António Barreto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

Os Srs. Carlos Carvalhas (PCP) e Sr. Ministro das Finanças, V. Ex.: Teve hoje aqui uma postura diferente. Disse que estava aberto a sugestão quando o intem, na conferência de imprensa que deu, disse que quale

ar sobranceiro que é habitual, que não aceitaria qualquer alteração às receitas orçamentadas, o que quase leva a nossa bancada a perguntar o que é que estaria aqui a fazer aquela bancada.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Veja lá mas é o que é que está a fazer essa!

O Orador: — Isto porque, como se sabe quem efectivamente decide é a Assembleia da República!...

A finalidade da minha intervenção é, no entanto, colocar-lhe duas questões prévias e depois uma pergunta.

Certamente concordará comigo — os Srs. Membros do Governo concordarão também comigo — que há ausência de membros do Governo que são justificadas e há ausências desses membros que têm um significado político.

Não me vou referir ao Sr. Ministro da Educação...

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Então é ao Dr. Álvaro Cunhal...

O Orador: — ..., mas interrogo-me sobre por que é que esta sessão não foi aberta pelo Sr. Ministro do Plano e da Administração do Território, uma vez que as propostas que aqui temos para debate são as das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Estado.

Isto confirma também aquilo que se diz nos correpondores, ou seja, que, de facto, o verdadeiro Plano é o que se deve e não as Grandes Opções, pois essas são um verbo, um *marketing* para a imprensa...

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Não manda sequer na sua bancada e quer mandar no Governo!...

O Orador: — ... e que, de facto, o Ministro do Plano e da Administração do Território é o Sr. Ministro das Finanças.

A segunda questão prévia que quero colocar-lhe diz ainda respeito a uma atitude de *marketing* muito usada pelo Sr. Ministro das Finanças e também pelo Sr. Primeiro-Ministro, sobretudo quando sai do palácio de Belém.

Costumam dizer sempre: «— Este é o 3.º ano de crescimento da economia!...»

Vozes do PSD: — É o 4.º!...

O Orador: — O Sr. Ministro das Finanças ainda disse hoje: «(...) e, para o ano, será o 4.º». Errado!... É o 5.º!!!

O que os senhores não querem é dizer que em 1985 também houve crescimento porque esse foi o ano em que o Bloco Central foi Governo. Mas é o 5.º!...

Gostaria ainda de chamar a atenção para o facto de haver no nosso país crescimento económico desde o ano de 1976 e que de 1976 até 1983 terem decorrido sete anos.

Depois, quando se fala em crescimento é preciso comparar acom a Espanha.

A pergunta que queria colocar ao Sr. Ministro é a seguinte: o que é que significa a taxa de inflação de 6% lá para o fim do ano, lá para o último trimestre, em que ninguém acredita pois toda a gente sabe que

ela não ser cumprida? Significa um tecto salarial? Significa que o Sr. Ministro quer, de facto, travar a expansão do consumo pós-eleitoral? Ou significa, antes, que o Sr. Ministro querendo meter na ordem certos ministros, consegue, por esta via, reduzir orçamentos ministeriais como, por exemplo o do Ministério da Educação, ocasionando com isso um retrocesso social, que é exactamente o contrário do que aqui afirmou?

Gostaria ainda de saber que validade tem este orçamento do Estado quando uma das suas metas principais está falseada — e, consequentemente, todos os valores que daí decorrem não têm qualquer correspondência.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Muito fraco!!!

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro das Finanças, responde no termo dos pedidos de esclarecimento ou preferir fazê-lo já caso a caso?

O Sr. Ministro das Finanças: — Respondo no termo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr. Ministro das Finanças, também eu acho que V Ex.º abriu bem este debate.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem! Esteve atento!...

O Orador: — Ainda bem que assim acham. Serve isto, ao menos, para sossegar um pouco as vossas consciências no início deste debate!...

Risos do PSD.

... o que não é mau!... Já não é mau!...

Considero que abriu bem o debate no contexto das notícias que li hoje nos jornais sobre as entrevistas que deu ontem.

Não falarei do entendimento que o Sr. Ministro tem acerca do parecer do parecer do Sr. Prof. Teixeira Ribeiro, relativamente à consequência e ao poder dos deputados na Assembleia da República para elaborar o Orçamento do Estado, mas direi já que o Sr. Ministro das Finanças agiu bem porque sublinhou o entendimento do Sr. Presidente da Comissão das Comunidades de que o défice do sector público é o mal maior e o maior constrangimento da economia portuguesa.

Como primeira questão, gostaria de perguntar-lhe o que é que o Governo tem vindo a fazer para resolver este problema.

O Sr. Ministro vai considerar como que uma heresia esta pergunta mas eu interrogo-me: terá o Governo, ao longo dos quatro Orçamentos do Estados que aqui apresentou, actuado sobre o factor despesa para resolver o problema do défice ou terá preferido, especialmente nos dois últimos Orçamentos, actuar sobre o factor receita, designadamente sobre o factor receita fiscal, provocando um assinalável crescimento dessa receita e obtendo, com isso — pelo menos nas previsões que são feitas para este ano —, resultados de algum significado?

Resta saber se esses vão ou não ser suportados pelos contribuintes que, apertados por uma função fiscal que cresce é por uma política monetária restritiva, estarão cada vez em circunstâncias mais difíceis para dar um contributo positivo no sentido da readaptação — ou da adaptação — da economia portuguesa aos desafios do "Mercado Único" ou será que, realmente, se espera que eles o façam apenas a golpes de subsídios comunitários? Esta é a primeira questão.

A segunda, Sr. Ministro, tem a ver com um elemento decisivo para a construção de todo este documento que é o Orçamento do Estado para 1989 — a previsão da taxa de inflação para o próximo ano.

O Sr. Ministro concorda — como o evidenciou no seu discurso — que isto é assim, que é verdade ser este um elemento decisivo. Pergunto-lhe, pois: mantém V. Ex.^a a previsão de 6%, ou será verdade aquilo que lemos nos jornais, ou seja, que V. Ex.^a admite já que a taxa correcta para o próximo ano será de 7,5%? Se assim é, Sr. Ministro, devolvo-lhe a questão: está o Governo efectivamente disponível para proceder às alterações no documento que aqui apresentou?

O Sr. Presidente: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — Terminei; já, Sr. Presidente, mas agradeço que o tempo restante fosse descontado do tempo disponível para o CDS, uma vez que tenho mais duas questões a colocar ao Sr. Ministro.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, embora a regra usada durante a discussão do Orçamento do Estado de 1988 tenha sido a de conceder mais 20% do tempo, este ano ainda não estabelecemos qualquer regra. Portanto, cada pedido de esclarecimento tem o tempo máximo de três minutos, pelo que lhe peço que abrevie a sua intervenção.

O Orador: — Sr. Ministro, a questão que quero colocar-lhe é esta: estará ou não V. Ex.^a disponível para introduzir as alterações decorrentes dessa sua alteração de previsão, isto se V. Ex.^a a confirma nesta Assembleia e se é que corresponde à verdade a notícia que veio nos jornais da tarde de ontem?

Sr. Ministro, as outras duas questões que quero colocar-lhe versam o seguinte: qual é a disponibilidade do Governo para considerar, no âmbito da discussão que agora estamos a iniciar, as conclusões do Acordão do Tribunal Constitucional proferido na sessão de 3 de Novembro de 1988 e a sua eventual repercussão sobre alguns dos normativos incluídos na Proposta de Lei n.º 74/V?

No caso de ser afirmativa a disponibilidade do Governo será que ela vai no sentido de considerar essas conclusões, como me pareceu poder concluir da intervenção do Governo.

O Sr. Presidente: — Queira abreviar, Sr. Deputado.

O Orador: — Estou a abreviar, Sr. Presidente! Quanto à alteração ao Orçamento do Estado de 1988, e será que o Governo tem propostas concretas, designadamente para os artigos 7.º, 14.º e 16.º da Proposta de Lei n.º 74/V?

Gostaria ainda de colocar uma última questão que é a de saber se o Governo tem consciência de que a criação de dois fundos autónomos neste Orçamento, o

dá Estabilização Financeira da Segurança Social e o da Regulamentação da Dívida Pública, pode constituir, ou constituir, um entorse às regras de enquadramento orçamental. Se o Governo tem esta consciência será que está disposto a alterar, neste domínio, a sua proposta?

Quais as razões profundas que levaram à criação desses fundos, designadamente do primeiro que referi? Aliás, devo dizer que esta Assembleia nada sabe sobre a vida e a saúde do sistema de Segurança Social que permita concluir no sentido da necessidade da criação deste fundo.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado já ultrapassou cinco minutos, que no ano passado era o tempo limite para formular pedidos de esclarecimento. Peço-lhe, pois, o favor de terminar. A Mesa descontará no tempo global atribuído ao CDS os minutos que V. Ex.^a utilizar a mais.

O Orador: — Como estava a dizer, a Assembleia nada sabe dos motivos que levaram à criação deste fundo e, com ele, à criação de um entorse na nossa política de Segurança Social. Não me pronuncio sobre o mérito desse entorse, discuti-lo-emos a devido tempo, mas não há dúvida nenhuma de que a introdução de um sistema de capitalização corresponde a um entorse no nosso Sistema de Segurança Social.

Agradeço ao Sr. Ministro a consideração que possa vir a dar às questões que acabo de colocar-lhe.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Lopes.

O Sr. Silva Lopes (PRD): — Gostaria de colocar ao Sr. Ministro das Finanças uma questão sobre a previsão das receitas fiscais que aparece na proposta orçamental.

No ano passado a Assembleia da República aprovou um Orçamento em que a previsão das receitas estava enormemente subavaliada, o que levou o Governo a aumentar a previsão das receitas inicialmente estabelecidas em cerca de 9%. No entanto, sabemos que só nos primeiros cinco meses deste ano se verificou um aumento das receitas fiscais de quase 40% em relação ao período similar do ano anterior. Gostaria, pois, de perguntar ao Sr. Ministro o que é que aconteceu depois dos cinco primeiros meses deste ano. Será que as receitas passaram a cair em flecha? Será que deixaram de aumentar, como estava a acontecer até então? Em face do que aconteceu nos primeiros meses será que podemos considerar que o ponto de partida de que o Governo se serve para projectar as despesas de 1989 é um ponto de partida correcto? Ou teremos aí, também, uma subavaliação bastante importante?

Para 1989 o Governo prevê um aumento de 12% para as receitas fiscais. Se a base de partida estiver subavaliada, como penso que acontece, a previsão que o Governo está a considerar é ainda bastante inferior a 12%. Então, como é que o Governo justifica um aumento de receitas tão modesto? Será por insistir na taxa de inflação de 6%?

Gostaria ainda de colocar uma questão sobre as operações de tesouraria. O Tribunal Constitucional declarou que as operações de tesouraria previstas no Orçamento para 1988 eram inconstitucionais. No entanto, o Orçamento do Estado para 1989 traz novamente

operações desse estilo, portanto inconstitucionais. O que é que o Governo vai fazer para resolver esse problema? Como é que se justifica que estejamos aqui a discutir uma proposta de Orçamento que já sabemos que tem disposições inconstitucionais? Por que é que o Governo não corrigiu a tempo essas deficiências?

O Governo, em 1985, logo que tomou posse apresentou um orçamento suplementar para regularizar operações de tesouraria feitas por governos anteriores. Mas o que é facto é que, desde 1985 até agora, têm sido feitas muitas outras operações de tesouraria. Por que é que para essas nunca apareceu um orçamento suplementar? Quando é que ele vai aparecer?

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, encontra-se nas Galerias a assistir à sessão um grupo de alunos da Escola Secundária Patrício Prazeres, de Lisboa, para os quais peço o vosso aplauso.

Aplausos gerais.

Ao Sr. Vice-Presidente Ferraz de Abreu solicito o favor de me substituir por uns momentos.

Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Ministro das Finanças, gostaria de começar por dizer-lhe que não estou de acordo com afirmação do Sr. Jacques Delors sobre o principal mal da economia portuguesa.

Vozes do PSD: — Ele também não está de acordo consigo!

O Orador: — De facto, não me parece que esse seja o maior mal. O maior mal da economia portuguesa, na conjuntura actual, é, certamente, a política prosseguida pelo Governo. Esse é que é o grande mal e o grande problema!

É estranho que, falando tanto o Governo em áreas prioritárias — tal como acabou de referir o Sr. Ministro — se confirme a ausência neste debate do Ministro daquela que é considerada, pelo Governo, a área prioritária para este Orçamento. É, pois, estranhíssimo que o Sr. Ministro da Educação não participe neste debate, sendo, como dizem que é, a área prioritária deste Orçamento. De facto, não o é e nós depois o veremos!

Sobre o problema do financiamento da dívida pública, gostaria de colocar-lhe uma questão, pois penso que este é o momento oportuno para o Sr. Ministro explicar à Câmara o que é que se está a passar com o financiamento da dívida pública. O que é que está por detrás do cancelamento de uma emissão de bilhetes de tesouro que se verificou há dois dias, segundo os jornais? O que é que se passou com a emissão de obrigações de tesouro cuja taxa o Governo pretendeu fixar administrativamente e que foram recusadas? O que é que se passa, de facto, com isto? Será que o Governo está a tentar impor administrativamente taxas mais baixas do que as taxas do mercado para financiar a dívida pública, contrariamente àquilo que, há pouco, o Sr. Ministro disse?

Uma segunda questão que valeria a pena clarificar está relacionada com o peso do défice. O Sr. Ministro referiu que o peso do défice caiu durante os últimos três anos, mas esqueceu-se de avançar com a outra

componente, ou seja, que o peso do défice caiu porque a carga fiscal aumentou.

Em relação à disciplina dos fundos autónomos, devo dizer-lhe que, desde há muito, ela é exigida não só pelo meu grupo parlamentar como também por outros. No entanto, o Governo diz, todos os anos, que está a avançar para a disciplina dos fundos autónomos, quando o que verificamos, designadamente neste Orçamento, é que vai ser criado mais um fundo autónomo e vai ser «desenterrado» um fundo autónomo que há muito estava eliminado.

Gostaria de, em relação à inflação, colocar-lhe uma questão. — aliás, já a coloquei há tempos —, que, segundo creio, valerá a pena clarificar, de uma vez por todas. O Sr. Ministro joga com taxas de inflação, nomeadamente com a taxa de inflação prevista para o último trimestre de 1989 que é de 6%, o que dá uma taxa de inflação anual bastante superior, mas, em termos de Orçamento, vai contabilizando tudo à taxa de inflação de 6%. Assim sendo, penso que é altura de clarificarmos esta situação, mesmo para que os seus colegas do Governo não estejam — e desculpe-me a expressão — a ser «enganados» sobre o Orçamento que efectivamente têm para os seus ministérios.

O Sr. Ministro terminou a sua intervenção com um apelo a sugestões para tentarmos reduzir o défice orçamental. Nessas circunstâncias adianto algumas sugestões que, posteriormente, aprofundaremos.

Primeira sugestão: elimine as despesas fiscais ou, melhor, elimine o essencial das despesas fiscais. Dos cerca de 70 milhões de contos que o Governo prevê para despesas fiscais em 1989, isto é, receitas não cobradas por benefícios que vai conceder, reduza-os, pelo menos, a 50 milhões de contos, ou seja, acabe com os benefícios fiscais em sede de contribuição industrial.

Segunda sugestão: proceda ao alargamento efectivo da base tributária, ou seja, elimine o tratamento privilegiado que é concedido aos rendimentos de capital e aos ganhos de mais-valia em sede de IRS.

Terceira sugestão: avalie as receitas orçamentais com verdade, orçamente todas as receitas orçamentais.

Quarta e última sugestão: faça, de facto, o aumento necessário nas dotações para as áreas prioritárias, designadamente para a Educação e para a Saúde e, depois de isto tudo, ainda conseguirá reduzir significativamente o défice que nos apresenta.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Entretanto assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Ferraz de Abreu.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gameiro dos Santos.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — O Sr. Ministro das Finanças, referiu na sua intervenção que um dos objectivos da política económica para o ano de 1989 seria a aproximação da taxa de inflação à média dos nossos parceiros na Comunidade Económica Europeia.

Entretanto, sabemos que este objectivo era proposto ser atingido em 1989 mas, obviamente, faseado ao longo de um período que começou em 1985 — segundo as palavras do Sr. Ministro.

E também conhecido que em 1988 se verificou uma derrapagem na meta de inflação, porquanto, para uma previsão de 6 a 6,5%, vamos atingir no fim do ano

uma taxa de inflação de cerca de 9,5%. Se compararmos esta taxa de inflação com a média da dos nossos principais parceiros na Comunidade Económica Europeia verificamos que ela, em 1988, foi quase o triplo da verificada nesses países.

Como é que V. Ex. considera ser possível uma auténtica aproximação à média da taxa de inflação da CEE para 1989? O Sr. Ministro das Finanças está mesmo convencido de que isso vai ser possível?

Uma outra questão extremamente importante é a que se prende com a aproximação do Mercado Único em 1992 e com a preocupação que as empresas portuguesas, principalmente as pequenas e médias, têm em se ajustar a essa aproximação. Como é que é possível, Sr. Ministro, conciliar a necessidade de consolidação económico-financeira das empresas portuguesas, designadamente as pequenas e médias, quando no Orçamento do Estado para 1989 se propõe um aumento de 4,5% a 5% do crédito para o sector privado?

Uma outra questão que gostaria de colocar prende-se com o aumento das receitas fiscais constante da proposta orçamental para 1989. Não nos esquecemos, ainda, do impacto negativo que teve a não actualização das tabelas do imposto complementar em 1988, pois todos conhecemos os casos imensos de agravamento substancial da carga fiscal das famílias portuguesas e, sendo assim, gostaria de perguntar ao Sr. Ministro o que é que vai de facto suceder em 1989. Para já sabemos que com um ordenado vamos ter que pagar dois impostos. Para além disso o alargamento da base de tributação vai, ao contrário do que parece, agravar substancialmente aqueles que vivem dos rendimentos do trabalho. Ora, na própria proposta de lei as receitas fiscais aumentam significativamente, será que isto significa que a carga fiscal vai diminuir?

Uma outra questão importante é a da habitação. Perante esta proposta de Orçamento do Estado para 1989 temos de pensar, e muito, na habitação social, que é um problema terrível principalmente junto dos grandes centros urbanos. Gostaria de perguntar ao Sr. Ministro como é possível incentivar o mercado habitacional quando, por um lado, se reduz o crédito e, por outro, se vai onerar ainda mais os potenciais adquirentes de casa própria com a Sisa. Julgo que esta é uma questão extremamente grave que a própria associação dos construtores já levantou, alias, é um problema que já vem nos jornais. Gostaria, pois, de saber como é que o problema da habitação vai ser resolvido em Portugal.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr. Deputada Ilda Figueiredo.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (CPC): — Sr. Ministro das Finanças, este ano é mais um ano de adiamento na resolução de graves problemas da população e de grandes carencias, como, por exemplo, na habitação.

Tendo por base afirmações ontem produzidas pelo Sr. Ministro, e que vêm nos jornais, gostaria de saber por que razão há mais restrições ao crédito para o próximo ano, por que razão baixa no crédito para a habitação?

Uma outra questão que vem sendo adiada tem a ver com as desigualdades sociais, com as assimetrias regionais e as maiores restrições no campo dos aumentos salariais para os trabalhadores. Porque a existência de uma política de tectos salariais para o ano de 1989 com

especial destaque para os trabalhadores da Função Pública? Porque a sua insistência em manter no próximo ano uma nova redução na participação do rendimento nacional contra os rendimentos do trabalho é a favor dos lucros?

Sr. Ministro: enquanto o Governo fala em dar especial atenção a áreas prioritárias como a Saúde e a Educação verifica-se que, afinal, a percentagem transferida do Orçamento do Estado para o Serviço Nacional de Saúde baixa de 10,3% em 1988 para 9,7% em 1989 e que, por exemplo, o PIDDAC, para 1989 prevê apenas 6,8 milhões de contos para a Saúde, enquanto que em 1988 estavam previstos cerca de 9 milhões.

O que seria, Sr. Ministro, se a Saúde e a Educação não fossem áreas prioritárias para este Governo? Porque a insistência nestas políticas? Porque a continuação do agravamento da situação dos trabalhadores é dos reformados que mantém níveis baixos de reformas?

O Sr. Ministro sabe que a média das reformas se situa em 13 100\$ /mês? Sabe o que isso significa para cerca de dois milhares de reformados e pensionistas em Portugal?

O Sr. Luís Filipe Meneses (PSD): — E quanto é que era há três anos?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Espada.

A Sr.ª Isabel Espada (PRD): — Sr. Ministro das Finanças, tenho duas questões para lhe colocar, uma das quais já foi abordada pelo Sr. Deputado Silva Lopes no que diz respeito às receitas, no entanto gostaria de colocar-lhe essa questão mas abordando o tema pela parte das despesas.

Consta do relatório apresentado pelo Governo que o acréscimo das despesas para 1989 é de 17% e que estas despesas mantêm um peso estacionário em relação ao produto interno bruto (PIB) de 32,4%.

Uma vez que a previsão do crescimento do PIB é de 4% das duas únicas, Sr. Ministro, ou a inflação, variação dos preços implícitos no PIB vai ser de 12,5% e o Governo engana-nos dizendo que ela vai ser de 6%, ou então, a inflação vai mesmo ser de 6% e o Governo engana-nos em relação ao peso relativo das despesas no PIB.

Uma outra questão que quero colocar-lhe tem a ver com o Orçamento. Sabemos que o Orçamento assenta numa mentira — a inflação vai ser de 6% no próximo ano — que tem em si implícitos alguns efeitos: no caso das receitas porque elas estão ligadas à actividade económica e o seu valor a preços correntes terá tendência para aumentar; e no caso das despesas o seu valor a preços correntes terá tendência para ser comprimido.

Sr. Ministro: como é que vai ser em relação aos funcionários públicos? Este ano temos uma inflação de 9,5% e os funcionários públicos foram aumentados 7,5%. Para o próximo ano está prevista uma taxa de inflação de 6%, então como é que vai ser em relação aos funcionários? Será que o Sr. Ministro se está a preparar para, novamente, fazer baixar o valor dos salários dos funcionários públicos?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barreto.

O Sr. António Barreto (PS): — Sr. Ministro das Finanças, apesar da ausência chocante, deselegante e condenável do ponto de vista democrático do Ministro da Educação, teremos ocasião, amanhã, de aprofundar o capítulo da Educação. No entanto, tenho de contradizê-lo já hoje e não apenas por uma questão de opiniões mas, sim, de factos.

O investimento na Educação, que segundo o Sr. Ministro aumenta, perdeu três milhões de contos em relação ao previsto para este ano. A Educação mantém 87% da sua verba dedicada aos vencimentos e isto quer dizer que, na parte dos investimentos descretionários, que o Sr. Ministro acabou de sublinhar e elogiar, não há alteração. Há Universidades e Faculdades que têm dedicado vencimentos, fora da parte descretionária do investimento, até 94% e todos os orçamentos e propostas de investimento feitas por essas Faculdades durante este ano foram radicalmente cortadas pelo Governo justamente na parte de investimento e despesa descretionária.

A Educação baixa na despesa pública e no PIB mas o Sr. Ministro diz que aumenta a extenção do sistema educativo contemplada neste Orçamento. Nós pensamos que não e devo dizer-lhe que não se trata de pedir mais, mas o que é facto é que estamos essencial e radicalmente em desacordo com a ideia de que a Educação deve ser sacrificada ao défice.

O Sr. Ministro disse: façam propostas dentro de um certo limite, isto é, não agravamento do défice, manutenção ou reforço da disciplina orçamental. Ora, do ponto de vista intelectual, transformar o mundo num Diabo é sempre errado e o absolutismo nas suas crenças é também um mal e um erro.

Se há sector que não pode ser sacrificado ao défice nem ao seu entendimento de disciplina orçamental é a Educação, ou seja, o investimento nos homens, na Educação, na inteligência, nas capacidades e no futuro dos portugueses não pode ser sacrificado ao défice.

Sr. Ministro, quanto a isto estamos em desacordo político para além de desacordo quanto aos factos, porque os nossos números não conferem. E não uso números meus, nem nossos; uso os do Governo que, relativamente à despesa pública e ao PIB na Educação e no investimento, são os que lhe transmiti e os que inscrevemos na nossa declaração de voto que amanhã discutiremos em pormenor..

Em face dos textos que li, vindos do Governo, e perante o discurso que ouvi hoje, não posso esconder-lhe a minha estupefação com a subalternização e a indiferença perante o trabalho português. Sei que o Sr. Ministro e o Governo costumam elogiar-se, ou gabar-se, pelos resultantes em matéria de emprego e desemprego, mas devo dizer que me inquieta a sua falta de inquietação com o facto de os indicadores que conhecemos não demonstrarem uma transformação e reconversão tecnológica e industrial. Tudo leva a crer que a taxa de emprego está a ser garantida com a utilização intensiva da capacidade instalada e que não há uma reconversão tecnológica industrial, o que quer dizer que se está a repor o trabalho português ao nível dos salários baixos de há 20 anos.

Não houvi o Sr. Ministro mencionar o facto desastreiro que é o de muitos professores estarem hoje com vencimentos inferiores aos que auferiam em termos reais há cerca de 20 anos. Não ouvi o Sr. Ministro referir o acréscimo permanente do trabalho no rendimento nacional.

Sr. Ministro, inquieta-me muito a sua falta de inquietação perante estes factos!

Entretanto reassumiu a presidência o Sr. Presidente Vitor Crespo.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, inscreveram-se, posteriormente, os Srs. Deputados João Corregedor da Fonseca, em tempo cedido pelo Grupo Parlamentar de Os Verdes, e Helena Roseta. Fui informado de que a Câmara não se opõe a que estes pedidos de esclarecimento sejam formulados, pelo que concedo a palavra ao Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (Indep.): — Sr. Ministro, V. Ex.^a continua optimista assim como eu no meu trabalho parlamentar, pois, apesar de, violentamente, o PSD nos ter acabado com o Agrupamento Parlamentar da ID, cá estou eu, tranquilamente, a importunar o Sr. Ministro com algumas perguntas.

O Sr. Ministro apresentou-se hoje com mais serenidade, mais calmo e mais tranquilo, mas isso não o impede de continuar a elogiar o seu próprio trabalho. Bom seria que deixasse essa sua apreciação para os outros... Enfim, continua optimista apesar de cortar o crédito, nomeadamente à habitação e criar situações injustas para o nosso povo.

Ao afirmar-se partidário da privatização da vida económica e financeira do País, o Governo, ao mesmo tempo, não apoia todo o sector privado mas, fundamentalmente, os grandes grupos nacionais estrangeiros, esta é a minha opinião.

A manutenção e fortalecimento do conjunto das pequenas e médias empresas não será considerado importante para um desenvolvimento saudável da nossa vida económica? Será possível o nosso país centrar, no fundamental, o desenvolvimento apenas nos grandes grupos? Não deveria caber ao conjunto das pequenas e médias empresas um papel essencial na evolução económica nacional e na sua preparação para o embate do mercado único a partir de 1992? Seria bom que num debate desta natureza o Sr. Ministro pudesse fazer qualquer referência a esta situação.

V. Ex.^a referiu publicamente que, para o próximo ano, o aumento salarial será díminuto e irá para níveis limitados. Pergunto-lhe pois, se o futuro do nosso país deverá ter como base a manutenção de baixos salários geradores de mais lucros e atrativo para mais investimentos estrangeiros? Ou a política a seguir deverá ser, pelo contrário, a de fortalecer os vários sectores da economia nacional procurando, simultaneamente, um maior crescimento da riqueza nacional procurando, simultaneamente, um maior crescimento da riqueza nacional e a sua mais justa distribuição pelas várias camadas da população?

Uma última pergunta, Sr. Ministro está para 1989 um aumento das receitas de 12% sendo ligeiramente superior o aumento das receitas dos impostos indiretos sobre os directos, o que nos parece uma solução socialmente injusta, porque não tem em conta o nível de rendimento dos consumidores, agravando do mesmo modo os rendimentos mais baixos e os mais elevados.

Também a evolução das receitas representa um aumento do peso fiscal, pois se tomarmos em conta a inflação prevista pelo Governo, 6%, e aumento previsto para o PIB verifica-se que são inferiores ao aumento das receitas fiscais.

Como se irá reportar esse agravamento Sr. Ministro? Recairá, fundamentalmente, sobre os rendimentos do trabalho, como tem vindo a suceder nestes últimos anos? Continuarão a ser aqueles que menos têm a suportar uma parte cada vez maior da carga fiscal?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr. Deputada Helena Roseta.

A Sr.ª Helena Roseta (PS): — Sr. Presidente, é apenas para fazer o seguinte pedido de esclarecimento ao Sr. Ministro das Finanças: eu vi, como muitos outros viram, na Comunicação Social que o Governo tenciona pagar aos funcionários públicos pelo menos uma parte dos seus retroactivos em certificados de aforro.

Não tendo conseguido encontrar a confirmação do que acabo de dizer no texto da proposta de lei do Orçamento do Estado, pergunto ao Sr. Ministro se isso é verdade e, a sério, em que termos é que este pagamento vai ser feito. Finalmente em caso afirmativo; também gostaria de saber se o Governo admite a hipótese de os funcionários públicos pagarem ao Estado os seus impostos com certificados de aforro.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tenho um longa listagem de perguntas a que vou procurar responder o melhor possível e à maior parte delas. Peço, porém, desde já, desculpa se algumas ficarem sem resposta. Não se tratará de intenção de discriminação da minha parte mas apenas de um aquestão de capacidade de resposta dentro do limitado tempo de que disponho.

Sr. Deputado Carlos Carvalhas, nós estamos, de facto, à entrar no 4.º ano consecutivo de progresso global, tendo em conta as variáveis macroeconómicas que valem para o efeito, tais como: o produto interno bruto o investimento, os salários reais, o desemprego e o emprego, a balança de transacções correntes e o défice das Contas do Estado. Todas essas variáveis, Sr. Deputado, integram um conjunto para a economia portuguesa que é, seguramente, o melhor de toda a OCDE. Mas se pretender passar a um universo mais amplo, posso afirmar que é o melhor de todos os países associados do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

Risos do PCP.

Quanto às presenças e ausências de membros do Governo nesta bancada, devo esclarecer que é o Governo quem escolhe os Ministros que devem estar presentes. O Sr. Deputado Carlos Carvalhas, pelos vistos, gostaria de dar ordens na bancada do Governo e esqueceu-se de que há algumas ausências notórias e irreparáveis na sua bancada.

Aplausos do PSD.

Quanto às notícias que diz terem aparecido ontem nos jornais da tarde devo dizer-lhe que, Sr. Deputado, que não dei qualquer conferência de imprensa mas que, da próxima vez, terei muito gosto em convidá-lo para o Sr. Deputado estar presente e aprender algumas coisas.

Aplausos e risos do PSD.

Sr. Deputado Nogueira de Brito, as necessidades de financiamento do sector público administrativo e empresarial têm descido percentualmente em relação ao produto interno, como sabe — em 1985, eram de 20% do PIB e hoje, apontamos para 9,5%. É, de facto, um progresso assinalável. Se neste agregado considerarmos, apenas, as necessidades de financiamento decorrentes do défice do Orçamento do Estado, é de referir que tal défice passa de 12% do produto interno em 1975 para, como disse na minha exposição inicial, apenas 4,5% do mesmo produto, se utilizarmos valores comparáveis, ou seja, se aplicarmos à dívida pública, que agora está em stock (em circulação), uma taxa de juro correspondente à que era praticada em 1985, que estava abaixo dos níveis do mercado, e se, ao mesmo tempo, excluirmos desse stock de dívida pública toda aquela dívida que foi chamada, por regularização, de dívida para-pública — e que em 1985 não estava nesse stock —, então o défice do Orçamento do Estado, como disse, desce cerca de 7,5 pontos percentuais em peso do produto interno, o que é um progresso notável.

Convidado o Sr. Deputado Nogueira de Brito a indicar um caminho mais rápido, mais seguro e realista para reduzir o peso do défice do sector público alargado. Convidado-o, mas peço-lhe que indique analiticamente como fazer porque isso de dar uma recomendação genérica, já não serve a ninguém.

Quanto à redução das despesas públicas e à subida das receitas públicas, o que se tem passado e vai continuar a passar-se é que ambos os agregados sobem. Sobem as despesas públicas e é inevitável que assim aconteça, pois elas compreendem, por exemplo, vencimentos ao pessoal, juros da dívida pública, investimentos públicos, despesas com a educação e com a saúde. E por sua vez, as receitas públicas também vão continuar a subir. O que é fundamental é que estas tenham um ritmo de subida superior ao daquelas e, graças ao combate à fuga fiscal, à eficiência da máquina da administração fiscal e à modernização do nosso sistema tributário, estamos a conseguí-lo, fazendo simultaneamente mais justiça fiscal e tornando o nosso sistema mais equilibrado. Com tudo isso, as receitas proridem. O mesmo se verifica com as receitas não fiscais ou patrimoniais que estão a progredir, felizmente, graças à situação melhorada das empresas públicas, que resulta das políticas económicas que o Governo também tem assumido.

A outra pergunta do Sr. Deputado tem a ver com a inflação. A inflação, para o Governo, é um objectivo como outros. Desde meados de 1986 que o Governo declarou publicamente que iria dar prioridade à modernização do País e ao combate ao desemprego, ao mesmo tempo que prosseguiria os esforços para reduzir a inflação em Portugal.

Porém, os Srs. Deputados, porque não têm outra coisa a apontar, agarraram-se à inflação, mas esteja tranquilo, Sr. Deputado, porque nós vamos conseguir pôr a inflação portuguesa junto da inflação média da Comunidade Económica Europeia, a tempo de fazermos a integração monetária e financeira e de colocarmos a economia portuguesa em condições de enfrentar o mercado único europeu.

Os Srs. Deputados estavam habituados a ver a inflação prometida para o País ser largamente ultrapassada pela inflação verificada. Por exemplo, no triénio 1983/1985, que antecedeu este, ou seja, o da governação Cavaco Silva, a inflação verificada ficou catorze

pontos percentuais acima da prometida. Porém, neste triénio da nossa governação, a inflação verificada fica dois a três pontos percentuais, apenas acima da projectada. Isto é que se chama gerir bem o País Srs. Deputados e por muito que queiram não conseguem deslustrar os óptimos resultados globais na economia portuguesa a nível do emprego, do desemprego, do investimento, das contas externas, das contas do sector público e, também, da inflação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à decisão do Tribunal Constitucional sobre o Orçamento do Estado para 1988, nós já transmitimos à Assembleia da República que aguardamos a fundamentação daquele Tribunal. Sem conhecer os fundamentos da decisão, não podemos avaliar a extensão e a profundidade das declarações de inconstitucionalidade de algumas normas do Orçamento do Estado para 1988. Também já dissemos que o efeito prático em termos de execução orçamental em 1988 é reduzido. Não estamos preocupados por esta declaração de inconstitucionalidade embora tiremos, desde já, algumas ilações para o Orçamento de 1989.

Logo que conhecemos os fundamentos, proporemos à Assembleia da República — se for caso disso — algumas alterações ou ajustamentos na especialidade. E nós, neste momento, ainda estamos a apreciar o Orçamento do Estado para 1988 na generalidade.

Quanto aos dois fundos, — o Fundo da Regularização da Dívida Pública e o Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social —, esclareço que o primeiro não foi criado, Sr. Deputado, mas existe desde 1936, tendo sido reconvertido em 1960 e, agora, foi novamente reconvertido; e o segundo vai de facto, ser criado para responder à necessidade de melhorar a solidariedade financeira do Sistema de Segurança Social. Não se trata de entorpecer ao quadro orçamental até porque os seus orçamentos virão em anexo ao Orçamento do Estado como, aliás, decorre da lei. Pareceu-nos, contudo, que era a forma adequada e recomendável para tratar estes problemas.

O Fundo de Regularização da Dívida Pública tem uma disciplina e um quadro legal — como disse — que já vem de anos atrás e que respondem muito bem ao que está em causa; o Fundo de Estabilização Financeira tem um quadro legal que será conhecido dentro de pouco tempo, através de um decreto-lei, que também assegurará a disciplina financeira e orçamental deste fundo.

O Sr. Deputado Silva Lopes perguntou por que é que as receitas fiscais em 1988 subiram, significativamente, acima do orçamento. Ainda bem que assim é, pois se fosse o contrário seria de criticar. Tal verificou-se porque o produto nominal também cresceu acima do projectado. Por essa razão e por uma fundamental que é a resposta excelente que a administração fiscal tem dado ao desafio que lhe apresentámos. Nós apostámos no investimento da modernização, nos meios humanos e materiais da administração fiscal e ela respondeu.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais já tem desenvolvido, por diversas vezes, exposições acerca da capacidade de resposta da Administração Fiscal.

Sobre o Orçamento para 1989, o Sr. Deputado Silva Lopes pergunta se estando a base de partida, quanto às receitas, — subavaliada — suponho que foi esta a pergunta —, o que é que isso implica para as receitas fiscais do próximo ano.

Sr. Deputado, se as receitas fiscais de 1989 vierem, efectivamente, a ser superiores às que estão orçamentadas, ainda bem. Quiera Deus que assim seja! Mas se isso se verificar, será função da evolução da actividade económica nominal e da reforma fiscal e, ainda — repete-se — da própria eficácia da Administração Fiscal. E se tal acontecer é o défice do Orçamento do Estado executado de 1989 que será menor e a dívida pública, que poderá ser amortizada antecipadamente ou, então, o recurso à dívida adicionada, que será menor graças ao défice menor. Portanto, por aí, só teremos razões para nos congratular.

Depois, o Sr. Deputado também falou das disposições eventualmente inconstitucionais, sobre o que já respondi, a propósito de idêntica pergunta colocada pelo Sr. Deputado Nogueira de Brito.

Quanto às operações de tesouraria por regularizar, tenho muito gosto, Sr. Deputado Silva Lopes, em transmitir a esta Câmara, mais uma vez, que desde 1986, inclusive, chegamos ao fim do ano (31 de Dezembro) e não há operações de tesouraria por regularizar imputáveis ao ano em causa. Não aconteceu isso em 1986, nem em 1987, nem deverá acontecer em 1988, mas, se vier a acontecer, a Assembleia da República terá disso conhecimento.

De qualquer modo, isto não é comparável, de modo algum, com o que se passava em anos anteriores, em que os exercícios eram fechados com operações de tesouraria por regularizar.

O Sr. Deputado Octávio Teixeira falou, novamente, das ausências na bancada do Governo. É, de facto, uma obsessão do Partido Comunista, mas esclareço que o Orçamento é de todo o Governo, Sr. Deputado, e não do Ministro A ou B.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Não, não, Sr. Ministro!

O Orador: — É assim que o Primeiro-Ministro conduz o Governo, sem sectorização nem segmentação. O Orçamento do Estado é apresentado por todo o Governo à Assembleia da República e não compromete nem descompromete nenhum dos seus membros.

Quanto ao financiamento da dívida pública, não há nada de extraordinário no cancelamento da operação de bilhetes do tesouro no início desta semana. Trata-se, apenas, de uma orientação dada em devido tempo ao Banco de Portugal, que tem a ver, de facto, com a recomposição da dívida pública e com emissões de fim de ano. Aliás, está para sair um decreto-lei, anunciado já em meados de Setembro, que modifica o método ou processo de emissões e de leilões de bilhetes do tesouro, aproximando-os mais das condições do mercado.

Deixe-me, contudo, que lhe diga, Sr. Deputado Octávio Teixeira, que fiquei surpreendido com a sua preocupação por salvaguardar e defender as condições de mercado na colocação da dívida pública. Espero que consigamos generalizar essas suas preocupações aos outros domínios da economia portuguesa para que

o mercado, segundo recomendações do Partido Comunista, esteja mais presente em toda a economia portuguesa, isto é, em todos os sectores da economia portuguesa, incluindo o sector público, o que é o que o PSD quer.

Aplausos do PSD.

— Incluindo na legislação laboral, Sr. Deputado Octávio Teixeira.

Quanto aos preços e à orçamentação, o Sr. Deputado diz que nós, ao falarmos de uma inflação para 1989 nos pressupostos do Orçamento, enganamos os colegas. Sr. Deputado, os colegas, membros do Governo, não são fáceis de enganar, e sabem muito bem que isso significa, pura e simplesmente, uma forma de conter despesas públicas. Se nós assumíssemos não estou a dizer que o fizemos um pressuposto de inflação relativamente apertado, isso seria bom e até constituiria motivo para os Srs. Deputados dizerem: «Muito bem, o Governo terá assumido» — segundo a sua hipótese — um pressuposto de contenção de despesa pública, e, portanto, de redução do défice! E por quê? Porque o Governo tem provado e demonstrado que consegue executar o orçamento de cada ano com respeito integral pelo défice orçamentado, ou seja, o défice final executado tem sido inferior ao défice orçamentado! ...

Depois, o Sr. Deputado quis fazer-me algumas sugestões, dizendo que uma forma de reduzir o défice é a redução dos benefícios fiscais. Nossos vamos pôr esse caminho, até já provámos, em Conselho de Ministros recente, um decreto-lei na sequência do artigo 50º da Lei n.º 2/88, que reduz um amplo leque de benefícios fiscais.

Falou V. Ex. também das mais-valias e dos rendimentos de capitais em RS. Disso, Sr. Deputado, já falámos várias vezes. Nós temos que salvaguardar o papel da poupança.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, informo-o de que

utilizou já os quinze minutos, e que tem um tempo suplementar que não excede sete minutos.

— Faça favor de continuar, Sr. Ministro.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Essa disciplina do tempo!

O Sr. Presidente: — O seu tempo é o seumiss.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — O

Risos do PSD.

O Sr. Deputado, se quiser dispensar as minhas respostas a algumas das suas perguntas, eu pôr o falar algum tempo. Aliás, sem que a Câmara perca grande coisa por isso, abriu-se um intervalo entre os debates.

Risos do PSD.

O Sr. Deputado, se quiser dispensar as minhas respostas a algumas das suas perguntas, claro!

O Sr. Deputado, acerca das mais-valias e dos ganhos de capital já nos referimos a isso várias vezes. É fundamental para o progresso do País que o tratamento fiscal da poupança, do investimento e do risco seja um tratamento que não desestimule a iniciativa privada, o que tem a ver com o mercado, coisa que, acabo de saber, é algo que o Sr. Deputado muito prezava!

Quanto ao orçamento das receitas, nós temos orçamentado todas as receitas públicas, fiscais e não fiscais, e quanto à Educação e Saúde devem dizer-lhe,

Sr. Deputado, que têm forte prioridade no Orçamento do Estado para 1989, como já tivera em 1988.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Não tem, não pode ser absurdo o que o Sr. Deputado diz.

O Orador: — Contudo, responderei à essa pergunta mais adiante, dado que o Sr. Deputado António Barreto desenvolveu largamente a questão e merece, por isso, uma resposta.

Sr. Deputado Gameiro dos Santos, a inflação vai aproximar-se da média da Comunidade Económica Europeia. Isso é possível e nós já temos as provas dadas nos três anos que findaram em 1988.

Diz-me que o crédito ao sector produtivo não é suficiente e eu respondo-lhe que é bastante, pois não é só o crédito bancário que conta mas também o financiamento não bancário e o autofinanciamento. E quanto a este, a taxa de poupança das empresas portuguesas está ai para provar que neste momento, há uma grande capacidade de autofinanciamento nas empresas.

De facto, a taxa de poupança passou de cerca de 1%, ou menos, ainda de 1% do produto interno em 1984 para o de 1,1% do produto interno, presentemente. É uma elevadíssima taxa de poupança das empresas que dificilmente encontra nível idêntico em qualquer ano da jovem democracia portuguesa.

Quanto à habitação, tal como estou a ver o problema, pensou, Srs. Deputados, que não encontram, com facilidade, nenhum Governo nos últimos quinze anos que tenha apoiado, através do crédito, nos diversos sistemas de crédito bonificado, o crédito jovem; também, a compra de habitação. E o melhor resultado está ai: o stock de várias dezenas de milhares de habitações, que estavam por vender quando iniciámos Governo, foi completamente escoado. E, neste momento, o melhor sítio disso, infelizmente, é o nível de preços atingido no mercado primário da habitação.

Quanto à Sisa, a nossa proposta no Orçamento do Estado para 1989 é o resultado de uma preocupação por maior justiça e eficiências. O Sr. Deputado, que é conhecedor dos assuntos tributários, sabe muito bem que a fronteira dos 10'000 contos de valor de transação — abaixo disso Sisa zero, acima disso Sisa de 10% sobre todo o valor era um factor de evasão fiscal, era um convite à declaração falsa para fins tributários e era, ao mesmo tempo, factor de injustiça.

Aliás, a nossa proposta, Sr. Deputado, é mais razoável e mais justa do que uma outra que decorre do seu partido: se não erro, há um projecto de lei da autoria do Partido Socialista pretendendo alterar o Código da Sisa e que altera, precisamente, a Sisa sobre a compra de habitação, na linha desta proposta do Governo. O Sr. Deputado vai ter que reler o projecto do seu partido e vai ver que há uma lógica paralela à da nossa proposta.

A Sr. Deputada Ilda Figueiredo, refere que os jornais de ontem e de hoje reproduzem que «haverá maiores restrições ao crédito de habitação». Eu não disse isto, de modo algum. Perante uma pergunta sobre as dificuldades do crédito à habitação — há dificuldades de crédito em geral, e tem de haver, na economia portuguesa em que a política de crédito e a política monetária não podem deixar de ser políticas relativamente secas quando a economia está a evoluir ao ritmo a que está — a única resposta que dei ontem, numa conversa informal, a os jornalistas foi esta: «Não podemos facilitar o crédito em geral e, em particular, não podemos facilitar mais o crédito à habitação». Não disse,

portanto, de modo algum, que iríamos restringir o crédito à habitação.

Vozes do PCP: — Mas está lá!

O Orador: — Não disse de modo alguns e reafirmo isto, aqui, perante os Srs. Deputados.

Quanto aos salários da Função Pública, Sr.^a Deputada, para não ir mais longe, nos anos de 1983/1985, os salários reais caíram 16%.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — 16% também é «nada»! É uma bagatela!...

O Orador: — De 1986 a 1988, subiram 7% ou mais, em termos reais; em 1988, os salários da Função Pública, não contando com o reajustamento das carreiras técnicas nem com a compensação do imposto profissional, subiram 6,5% de tabela, mais 1,5% de redução de horário de trabalho, mas 1,5% de remuneração extraordinária.

Quanto às pensões mínimas, convido a Sr.^a Deputada Ilda de Figueiredo a encontrar um outro conjunto de três anos de Democracia em Portugal em que a evolução das pensões mínimas tenha sido tão saliente como nos anos de 1986 a 1988.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — E o Sr. Ministro já experimentou viver com 14 600\$?

O Orador: — Quando a nossa governação se iniciou, a pensão mínima era de 5.500\$; agora está em 14 600\$. Convido-a, Sr.^a Deputada a encontrar outra situação comparável a esta.

Aplausos do PSD.

De resto, só por milagre.

A Sr.^a Deputada Isabel Espada fez uma primeira pergunta que não consegui reter, do que peço desculpa. Numa segunda pergunta, falou de inflação e despesas públicas.

Sr.^a Deputada, se as despesas públicas ficarem abaixo daquilo que foi orçamentado ou se o orçamento implicar contenção da despesa pública, isso é bom que aconteça e o nosso défice executado será bem cumprido.

Quanto à Função Pública, estávamos a negociar as remunerações para 1989, as quais vão ter evolução real positiva, isto além do facto de o sistema remuneratório da Função Pública estar em revisão, como sabe, o que deve ter os seus efeitos a partir de meados do próximo ano.

Sr. Deputado António Barreto, a Educação tem, de facto, evolução positiva em 1989 e corresponde à prioridade politicamente definida. Aliás, vou apontar-lhe números que são o sinal disso mesmo.

No Ministério da Educação, a percentagem das despesas discricionárias do Orçamento do Estado — excluindo, portanto, juros da dívida pública, transferências para as autarquias locais e transferências para a Comunidade Económica Europeia porque não dependem da vontade do Governo —, passou de 19,9% em 1987 para 22,4% em 1989 e de 4,3% do PIB para 4,7%.

Ao Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca posso afirmar que nós continuamos optimistas. É um facto,

o Governo tem razões para isso e já vai no 4.º ano de optimismo porque os resultados lho permitem.

Quanto a elogiar o trabalho, terei muito gosto, Sr. Deputado, em enviar-lhe um conjunto de relatórios de instituições internacionais que tecem juízos de valor e de facto que são altamente positivos para a evolução da economia portuguesa e para a política económica do Governo.

Quanto às pequenas e médias empresas, esteja tranquilo, Sr. Deputado, porque nós estamos muito atentos. Com efeito, elas são a maioria esmagadora do tecido empresarial português. E se hoje a taxa de poupança das empresas está a nível mais elevado dos últimos doze anos, isso deve-se, essencialmente, à poupança das pequenas e médias empresas e aos seus bons resultados.

Quanto ao facto de os baixos salários serem apontados como sendo estratégia do Governo, isso não corresponde à verdade. Os salários reais têm evoluído, como o Sr. Deputado sabe. Não podem, todavia, é evoluir acima da produtividade pois seria um erro trágico se assim acontecesse. Nós temos de nos aproximar dos níveis médios da Comunidade Económica Europeia, acompanhando a evolução da produtividade.

À Sr.^a Deputada Helena Roseta direi — e vai desculpar-me — que está equivocada, porquanto estamos a discutir, na generalidade, a proposta de lei do Orçamento do Estado para 1989 e não a proposta do Orçamento do Estado de 1988 rectificativo, altura essa em que poderemos conversar sobre os certificados de aforro.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: As propostas de lei das Grandes Opções do Plano (Gop's) e do Orçamento de Estado são documentos desconexos, assentes em sofismas, escamoteamentos, obscurantismo e desrespeito pelas normas constitucionais.

Risos do PSD.

Vozes do PSD: — Só?!...

O Orador: — Tenham calma porque ainda haverá mais.

O Governo apresenta à Assembleia da República a proposta de lei das GOP apenas para cumprir formalmente uma obrigação constitucional que ainda não tem coragem de violar. Mas recusa que esses documentos possam servir os objectivos da Constituição, isto é, impede que essas propostas de lei possam servir de base para a apreciação e discussão, pela Assembleia da República, da estratégia económica do Governo, das suas principais medidas e das linhas essenciais da sua política económica e financeira para o futuro próximo.

Fundamentalmente, as GOP omitem aquilo que deveria ser o seu cerne: as efectivas grandes opções do Governo e a análise da evolução da conjuntura económica.

Em primeiro lugar, as GOP omitem aquilo que são as verdadeiras grandes opções do Governo, a sua verdadeira estratégia a curto e a médio prazos, e que estão consubstanciadas naquilo a que o Governo chama

as suas reformas estruturais, isto é, na política de pacotes, designadamente o laboral; o da eliminação da reforma agrária e das privatizações. As GOP calam que as verdadeiras grandes opções do Governo são a concentração e centralização de capital, a reconstituição, com a intervenção activa do Estado, dos grandes grupos capitalistas, assente na exploração crescente de mão-de-obra barata, na multiplicação dos subsídios financeiros e dos benefícios fiscais, na transferência de empresas públicas e nacionalizadas para os grupos capitalistas, na penetração acrescida e sem restrições do capital estrangeiro. Sem que isso contribua para o aumento sustentado do emprego e da estabilidade no emprego, para o adensamento da malha produtiva através da exploração de novas actividades, para as necessárias e urgentes mutações na especialização produtiva do País que, designadamente, permitam à economia portuguesa aguentar o choque de 1992 com o mínimo de perdas.

Em segundo lugar, as Grandes Opções do Plano ignoram por completo a evolução económica recente, os desvios da política do Governo e os perigos que no imediato pairam sobre a economia nacional. Os autoelogios do Governo podem enganar muita gente desprevenida, mas não alteram em nada a realidade da evolução económica nem contribuem minimamente para dar solução aos problemas que urge resolver.

Vejamos, apenas, três desses problemas.

No que respeita aos rendimentos, o Governo faz alarde do aumento dos salários reais nos últimos três anos. Mas isso não ilude um facto que as próprias GOP não deixam desmentir: desde o início de 1986, os salários reais subiram, apenas, cerca de metade do aumento conjugado dos ganhos nos termos de troca e na produtividade. Isto é, a propaganda do Governo não pode escamotear uma questão central da sua política económica e social: a continua diminuição dos salários na distribuição funcional do rendimento nacional e o correspondente aumento da participação dos lucros.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — No que concerne às contas externas, o saldo positivo da Balança de Transacções Correntes é apresentado pelo Governo como um resultado espectacular da sua política económica. Usurpa, assim, «galões» que não lhe pertencem, omitindo, com que despudor, que esse facto se tem ficado a dever, exclusivamente, à evolução da conjuntura externa que nos últimos três anos poupar ao país centenas de milhões de contos na importação do petróleo, produtos agrícolas e no pagamento de juros da dívida externa — e aos fluxos líquidos da Comunidades Europeias — sem os quais, aliás, já este ano teríamos regressado ao cicló dos défices da balança de transacções correntes (BTC).

Mais do que isso, o Governo escamoteia uma questão grave para o presente e o futuro da economia nacional: o insustentável agravamento da balança comercial, cujo défice aumentou perigosamente desde a tomada de posse do Governo do PSD, numa manifestação de agravamento dos desequilíbrios externos estruturais. Como o reconhecem, e para o que vêm alertando, aliás, instâncias internacionais, que o Governo, certamente, considera insuspeitas.

Quanto à inflação, bem pode o Sr. Ministro das Finanças afirmar enfaticamente que a «inflação se encontra, em 1988, no seu nível mais baixo da era

da democracia portuguesa». O próprio INE se encaráregará de desmentir quando publicar o valor anual da inflação. O importante, agora é que o completo desaire que o Governo registou este ano neste âmbito não é um facto de somenos, em múltiplos aspectos.

Desde logo, porque de acordo com o PCEDED, a inflação é «componente importante e prioritária» da «estratégia do progresso controlado assumida no Programa do Governo».

Ora, tendo a componente prioritária sofrido o desaire que sofreu, o mínimo que se poderá dizer é que a estratégia económica do Governo entrou em manifesto descontrole. De facto, que controle pode haver numa estratégia em que a sua componente prioritária era prevista, há dois anos, ser em 1989 de 4% e vai ser de 8% (o dobro)?!

Mas há outras razões, e importantes, para não se omitir o desastre do Governo em matéria de inflação. Uma delas é o seu efeito negativo nos salários reais de muitas centenas de milhares de trabalhadores, e não só os da Função Pública, e para cuja compensação o Governo continua a recusar tomar as necessárias medidas e acções.

Por outro lado, a não desaceleração da inflação e mesmo os indícios de aceleração que os últimos meses vêm revelando têm reflexos nas contas externas, na desvalorização cambial e nas taxas de juro. O défice comercial ameaça agravar-se ainda mais, por perda acrescida da competitividade pelos preços das produções nacionais.

A desvalorização deslizante do escudo, cuja suspensão o Governo havia prometido para o final deste ano, vai continuar, ao mesmo ritmo ou a um ritmo superior. As taxas de juro tenderão a aumentar como, aliás, já está a suceder.

Em suma, Sr. Presidente, e Srs. Deputados, as propostas de Grandes Opções do Plano que o Governo nos apresenta, omitem de forma inaceitável aquilo que são questões essenciais, que deveriam ser analisadas e debatidas pela Assembleia da República. É a opção do Governo e da sua maioria parlamentar. Mas não é a opção da razão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A proposta do Orçamento do Estado para 1989 não difere, na sua natureza, da proposta das GOP, com a qual, aliás, pouca ou nenhuma relação apresenta. É, propositadamente, um documento confuso e sem réstea de transparéncia. Mas, fundamentalmente, o Orçamento do Estado para 1989 é um orçamento que assenta em falsidades; um orçamento de aumento da carga fiscal e de agravamento da injustiça fiscal; um orçamento excessiva e distorcidamente restritivo nas despesas; um orçamento que lesa ilegalmente as autarquias locais; enfim, um orçamento que mantém e prolonga inconstitucionalidades declaradas.

Vozes do PCP: — Exactamente!

O Orador: — A primeira das falsidades é a da taxa de inflação prevista. Tal como referi há um ano, ao apontar uma meta assente num voluntarismo irrealista, o Governo tem por objectivo único subordinar as negociações salariais a um referencial inferior ao efectivamente previsível, prosseguido a diminuição do peso dos salários na distribuição do rendimento. Mas, simultaneamente, a inverdade da inflação esperada distorce

substancialmente o Orçamento do Estado, subavalian-
do as receitas fiscais e dando uma falsa ideia da evo-
luição das despesas.

Neste orçamento, porém, a subavaliação das recei-
tas vai muito longe, e esta é a segunda grande inver-
dade em que assenta.

Em primeiro lugar, porque escamoteia as receitas
efectivas do IVA em 1988, que hão-de servir de base
às projecções de cobrança para o próximo ano, assim
escamoteando ao orçamento um montante próximo dos
40 milhões de contos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O que, por acréscimo, lesa de forma
substancial as autarquias locais, implicando uma trans-
ferência do FEF bastante inferior à que legalmente lhes
é devida.

Em segundo lugar, o Governo omite qualquer ins-
crição de receita nos impostos que serão abolidos com
a introdução do IRS e do IRC, pretendendo fazer
esquecer que há sempre receitas por cobrar que transi-
tam de um ano para o outro. E, na última Conta Geral
do Estado conhecida, a relativa a 1986, transitaram
para o ano seguinte cerca de 29 milhões de contos...

Em terceiro lugar, e como teremos oportunidade de
demonstrar na especialidade, o cálculo das receitas do
IRS está subavaliado. E isto partindo dos elementos de
base fornecidos no relatório geral, os quais não podem
ser confirmados ou desmentidos por recusa do Governo
em fornecer as informações requeridas.

Em quarto lugar, o Governo propõe a desorçamen-
tação de cerca de 70 milhões de contos de receita, atra-
vés da sua transferência para fundos autónomos que
não são objecto de apreciação e fiscalização pela
Assembleia da República.

É um orçamento de aumento da carga fiscal já que,
apesar das subavaliações de receitas referidas, o pró-
prio Governo reconhece que as receitas fiscais aumen-
tarão de 21,4% para 22,4% do PIB. Importa a este
respeito realçar a inaceitabilidade da proposta do
Governo de actualizar apenas os escalões do imposto
complementar e só em 7%. Recusadas que foram, pelo
Governo e pelo Grupo Parlamentar do PSD, as pro-
postas de «perdão» e de pagamento por conta do IRS,
o mínimo que se pode exigir é que quer os escalões quer
as deduções ao imposto sejam actualizadas de forma
a compensar a inflação de 1988 e 1989, o que conduz
a uma actualização de ordem dos 20%, que o Grupo
parlamentar do PCP proporá em tempo oportuno.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Para além do aumento da carga glo-
bal, o orçamento prossegue uma política de agrava-
mento das injustiças fiscais, sobrecarregando os rendi-
mentos do trabalho e privilegiando os rendimentos de
capital, tributando mais pesadamente os menores ren-
dimentos e aliviando os rendimentos mais elevados. É
o que resulta, designadamente, das propostas do
Governo para o imposto complementar, para os impos-
tos especiais sobre as bebidas alcoólicas e cerveja para
o imposto de selo, para os incentivos ao mercado de
capitais, para os benefícios fiscais a diversos tipos de
sociedades e para o imposto automóvel. É o que
resulta, ainda, do tratamento de privilegiado que é con-
cedido aos rendimentos de capital em sede do IRS,

e do anúncio que transparece no orçamento, do trata-
mento discriminatório dos agricultores individuais rela-
tivamente ao que é estabelecido para as sociedades agrí-
colas. Aliás, importa reafirmar que é absolutamente
inadmissível que o Governo se proponha introduzir
dentro de um mês o IRS e o IRC quando, a tão curto
prazo dessa data, os respectivos códigos ainda não
foram publicados e que se mantenha surdo às críticas
que continuam a surgir de todos os lados, incluindo
os membros da Comissão da Reforma Fiscal. O
Governo tem de se convencer que não está numa
«República das Bananas», em que impera o seu «querer,
posso e mando» com o desrespeito dos mais elementa-
res direitos dos contribuintes e da opinião generalizada
dos cidadãos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — No âmbito das despesas, Srs. Depu-
tados, o crescimento global esconde realidades diferen-
tes e preocupantes. Na verdade, descontados que sejam
os aumentos resultantes dos encargos com a dívida
pública e com as contribuições para a Comunidade
Europeia, as despesas orçamentais crescem a uma taxa
de pouco mais de 5%, inferior à própria taxa de infla-
ção apontada pelo Governo. O que até poderia ser cor-
recto, mas não é isso o que se verifica, porque, por
um lado, o decrescimento real, contrariamente ao divulgado
pelo Governo e ainda há pouco afirmado pelo
Sr. Ministro das Finanças, atinge mais pesadamente as
despesas de desenvolvimento, o PIDDAC, que evoluí a
uma taxa inferior às das restantes despesas. Situação
incompreensível que nem o aumento da comparticipa-
ção dos fundos comunitários em alguns programas agrí-
colas explica e, muito menos, justifica.

Por outro lado, porque as despesas com os encar-
gos de pessoal indicam uma nova diminuição das
remunerações reais dos trabalhadores da Função
Pública.

Finalmente, porque as restrições orçamentais recaem
sobre áreas sociais que o Governo apregoa como prio-
ritárias, nomeadamente as da Saúde e da Educação.

Durante o debate, outros camaradas meus se debru-
çaram sobre as outras situações, comprovando a apre-
ciacão do PCP.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — No que concerne ao défice orçamen-
tal, a inverdade que caracteriza as receitas e algumas
das despesas retiram sentido útil a que sobre eles nos
debrucemos. Mas duas palavras exigem o seu financiamento.
Por um lado, o facto de o Governo estar a
recorrer crescentemente ao crédito interno bancário para
financiar o sector público administrativo, reduzindo
gravosamente, como se refere o Banco de Portugal, o
crédito disponível para o sector produtivo — em espe-
cial para as pequenas e médias empresas sem fontes de
financiamento alternativas e para a habitação — con-
tribuindo para a alta das taxas de juro que já se está a
verificar. Por outro lado, a Assembleia da República
não pode permitir que, contra todas as regras orçamen-
tais, legais e constitucionais, o Governo saque uma
dupla cobertura financeira para cerca de quinze milhões
de contos das despesas orçamentais no PIDDAC.

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, importa
que a Assembleia da República assuma resolutamente

as suas obrigações constitucionais, não permitindo que o Governo continue a inundar o Orçamento do Estado de inconstitucionalidades, é que delas se aproveite para fugir à fiscalização desta Câmara. Sempre com a ideia, pré-concebida, de que as inconstitucionalidades só serão declaradas muitos meses depois; no final do período de execução orçamental, e sempre com a ressalva dos efeitos produzidos.

Impõe-se nomeadamente: que, sejam liminarmente, expurgadas da proposta de lei as normas, e muitas são, que reproduzem textualmente normas do Orçamento do Estado de 1988 já declaradas inconstitucionais pelo tribunal competente; que, identicamente, seja eliminada a norma que prevê a transferência do produto das privatizações para o desenterrado e arcaico Fundo de Regularização da Dívida Pública, cumprindo-se assim o Acórdão n.º 108/88, do Tribunal Constitucional; que a Assembleia da República recuse uma vez por todas, a completa desorcamentação dos fundos e serviços autónomos, com clara violação dos princípios constitucionais da unidade e da universalidade do orçamento; que, esta Câmara não mais aceite, como condições gerais dos empréstimos a obter, o completo vazio que tem caracterizado as respectivas normas orçamentais, e que idêntico tratamento seja dado às autorizações legislativas em branco.

Enfim, que o Governo seja recordado que existe uma lei da República, a Lei n.º 34/87, de 16 de Julho, sobre os crimes de responsabilidade dos titulares dos cargos políticos, que pode e deve ser acionada sempre que for caso disso. — *Aplausos do PSD e do Deputado Raul Castro.*

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa informa que se encontram inscritos, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Vieira de Castro e Belarmino Correia.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vieira de Castro.

O Sr. Vieira de Castro (PSD): — Srs. Deputados, Octávio Teixeira, V. Ex.ª pode estar certo que ninguém vai reter nada daquilo que aqui teve a coragem de dizer. E ninguém vai ter esse trabalho pela simples circunstância de não ter feito uma única crítica fundamentada.

V. Ex.ª reeditou um discurso que está provado à saciedade, já, ninguém é capaz de ouvir e, mais grave, ainda, usou, sobretudo, a falsidade. Para usar uma expressão sua, menos feliz, penso que estaria convencido que estava a falar para a «República das Bananas».

V. Ex.ª esquece-se de que já não estamos no tempo em que os salários em atraso eram um chaga, em que, ano a ano, os salários dos portugueses diminuiam, em que havia meio milhão de desempregados, e que V. Ex.ª tem de actualizar o seu discurso, porque aquilo que disse não tem o menor dos fundamentos,

não tem a menor tradução na realidade. O Sr. Deputado tem de reconhecer, quer queira quer não — isso ao país não importa! — que o mérito da situação que hoje se vive no País se deve, sobretudo, à actuação do Governo e bastante menos ao facto de a conjuntura ser favorável.

Aplausos do PSD. — Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Marques Júnior.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Octávio Teixeira, há mais um pedido de esclarecimentos, deseja responder já ou no fim?

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Respondo no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Belarmino Correia.

O Sr. Belarmino Correia (PSD): — Sr. Deputado Octávio Teixeira, antes de formular as perguntas, desejo manifestar-lhe a minha opinião.

Na realidade, concordo com as observações feitas pelo meu colega de bancada, Vieira de Castro, quando disse que V. Ex.ª, na sua intervenção, foi menos correcto, usou de uma determinada demagogia, aquando da comparação entre o Orçamento do Estado e as GOP. Parece-me que usou de alguma demagogia — aliás, V. Ex.ª tem-nos habituado, nas suas intervenções públicas, a ouvir críticas ao Governo somente por criticar, porque para o Partido Comunista nada está bem. — *Entretanto, gostaria de colocar-lhe algumas questões.*

Como V. Ex.ª sabe é difícil harmonizar a conjugação do crescimento económico com a desinflação, a redução do desemprego e a queda da dívida externa. Normalmente, a oposição costuma dizer que o Governo atingiu esses objectivos porque as condições externas favoráveis contribuiram fundamentalmente. V. Ex.ª não acha que as políticas económicas adoptadas pelo Governo desde o final de 1985 contribuiram para se atingir estes resultados?

Segunda pergunta: considera ou não importante, para o ajustamento estrutural da economia portuguesa, a necessidade de altas taxas de investimento, com seleção de projectos de elevada produtividade?

Por último, Sr. Deputado Octávio Teixeira: qual ou não relevante o objectivo traçado pelo Governo desde 1985?

É importante que se diga, aqui e agora, que esse objectivo estratégico, a diminuição gradual do défice global em percentagem do PIB, tem sido atingido.

O Sr. Presidente: — Muito bem! — *Vozes do PSD.* — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Deputado Vieira de Castro, e Belarmino Correia, a questão das responsabilidades das condições externas ou das responsabilidades do Governo em relação à evolução de determinadas variáveis, designadamente à evolução das

contas externas e da inflação — repito, Srs. Deputados —, é exclusivamente das condições externas favoráveis.

Uma voz do PSD: — Não apoiado!

O Orador: — Aquilo que os senhores pretendem fazer, repetir os altos elogios do Governo, ou seja, dizer que esta situação depende da política, é uma completa inverdade que não assenta em qualquer análise minimamente correcta de tudo aquilo que existe, do que pode ser consultado, do que pode ser estudado e, mais do que isso, é uma análise em que ninguém, neste país, já acredita. Está demonstrado à sociedade que assim é.

Uma voz do PSD: — Mau!

O Orador: — O problema das falsidades reside naquilo que vem no Orçamento, naquilo que os senhores repetem, repetindo o orçamento, e não no que eu disse.

Portanto, desafio-vos a mostrarem uma única falsidade naquilo que referi ou no que está na minha intervenção. Uma única!

Os senhores vão atrás do Governo quando, por exemplo, dizem que o PIDDAC sobe muito. Esquecem-se de somar aos 147 milhões de contos iniciais os 18 milhões de contos que não estavam inscritos — as ditas incertezas da CEE —, e que agora foram incluídos. Façam a conta entre um PIDDAC de 165 milhões de contos e um de 171 milhões de contos. Onde é que está o crescimento?

A demagogia é a do Governo e os senhores são demagogos quando a reproduzem.

Risos do PSD.

O Sr. Deputado Vieira de Castro falou em meio milhão de desempregados, portanto, na questão do desemprego. Peço-lhe que me desculpe, Sr. Deputado, mas devia ter pudor em levantar essa questão, porque é sobejamente conhecida.

Vozes do PSD: — Ora essa!

O Orador: — Só por má fé ou por desconhecimento — e admito que seja por isso — é que pode vir aqui invocar o problema da redução do desemprego. Isto porque é facto puro que as taxas anunciadas, que são as do INE, estão viciadas por dois motivos fundamentais, relacionados com o problema de serem considerados empregados aqueles que têm uma ocupação remunerada quer seja por acções de formação profissional ou por ocupação temporária. Os Srs. Deputados deviam de ter, ao menos...

Uma voz do PCP: — Vergonha!

O Orador: — ..., o senso de pensar assim: por que é que as estatísticas do INE dão uma diminuição do desemprego e as do Ministério do Emprego e da Segurança Social dizem que entre 1986 e 1988 houve uma diminuição do emprego?

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Exacto!

O Orador: — Pelo menos, isto deveria alertar para a existência de alguma coisa errada.

Srs. Deputados, o tempo é curto e como os senhores não levantaram qualquer questão nova, a não ser aquelas que surgem do que tem sido o discurso do Governo, penso que respondi a tudo aquilo que queria que eu respondesse.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Há três anos que o País tem um Governo exclusivamente PSD sob o mesmo Primeiro-Ministro.

Vozes do PSD: — Ainda bem!

O Orador: — Na história da democracia portuguesa nunca houve um Governo que tivesse tido tanto tempo e tanta sorte...

Vozes do PSD: — Felizmente!

O Orador: — ... para traduzir em resultados concretos as promessas que o guindaram ao poder.

Vozes do PSD: — Ainda agora está a começar!

O Orador: — Portanto, é natural que os portugueses entendam que chegou o tempo de julgar o Governo pelos seus frutos e não mais pelas suas promessas.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Os frutos são escassos, enquanto que as promessas continuam a chover em catadupa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, o Governo sente cada vez mais dificuldades em continuar com a sua navegação à vista.

Multiplicam-se os conflitos sociais, erguem-se as contestações, as revoltas e cresce a indiferença onde antes havia entusiasmo. Nasce a oposição onde começara por haver benevolência e expectativa. É verdade que o Governo sobrevive.

O Governo sobrevive na aparente facilidade do dólar e do petróleo, e reanima-se com a chuva dos fundos estruturais da CEE. Por isso, o Governo julga-se impune, redobrando promessas, multiplicando pagamentos de transferências. Mas ainda assim, ou talvez por isso, o Governo sente que navega à vista com o Norte no Sul e o Sul no Norte, numa desbussolada tentativa de se dizer todo para todos quando é cada vez mais tudo apenas para alguns.

Imagens ainda no começo, é certo! Não tenho ilusões, mas que o Governo também as não tenha, porque a mudança é já irreversível.

Vejamos alguns exemplos.

Não é certamente justificável o voraz apetite fiscal do Governo. Em 1985 os impostos directos e indirectos

representavam 17,4% do produto interno bruto e em 1989 representarão não menos de 22,9%. Em quatro anos de Governo Cavaco Silva as receitas fiscais subiram 5,5 pontos percentuais e se estivessemos ao nível do primeiro ano do Governo PSD/Cavaco Silva, ao nível de 1985, pagariamos em 1989 menos 350 milhões de contos de impostos.

Nesta diferença está o impacto real, o resultado real, do Governo PSD/Cavaco Silva.

Só no próximo ano, Srs. Deputados, os impostos crescerão cerca de 200 milhões de contos e, entre o orçamentado em 1989, deverá haver um crescimento da ordem dos 18,8%. Tanto basta para demonstrar a enorme falácia do desagravamento fiscal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Alguém tem estado a pagar e vai continuar a pagar o acréscimo de impostos. E esse alguém pertence certamente às classes de contribuintes um pouco abaixo e um pouco acima da média, logo, à classe média. Portanto, de agora a um ano, vá lá o Governo explicar-lhes que a sua política é a política do desagravamento fiscal.

No campo fiscal, daqui a um ano, o Governo estará na mesma posição em que hoje já se encontra quanto à Bolsa ou quanto à inflação. No entanto, continuará a dizer que foram outros que venderam «gato por lebre» na Bolsa, nunca o Governo. Mas não foi o Governo o maior vendedor de «gato por lebre», na exacta medida em que o Governo fez e desfez medidas, nomeou e desnomeou responsáveis, deu e retirou incentivos, aqueceu e gelou o mercado numa total descoordenação?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não foi o Governo que no meio deste monumental jogo de «rapa — tira — deixa — põe» deixou a Bolsa à deriva sem regulamentação adequada ao mesmo tempo que incitava os pequenos e médios aforradores a ocorrerem ao mercado de capitais? Não será isto vender «gato por lebre»? A expressão não é minha mas, sim, do Sr. Primeiro-Ministro.

Como sabem, houve milhares e milhares de pequenos aforradores que viram as suas poupanças arder na fogueira que o Governo ateou.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à inflação, o Governo continua a dizer que é de 6%. Se fosse apenas contra o Governo diria que dentro de um ano se verá, então, o que nessa altura pensam as centenas de milhares de trabalhadores, designadamente o funcionalismo público, e todos aqueles que, tanto pelo lado das receitas como pelo lado das despesas públicas, estão destinados a pagar esse imposto inflacionista que, encapotadamente, o Governo quer cobrar ao fixar arbitrariamente a previsão de inflação em dois pontos abaixo das expectativas mais optimistas.

Porém, o custo desse imposto furtivo é demasiado injusto para não solicitar ao Governo que entre no bom senso e não nos pese ainda mais ao manter essa ridícula ficção da inflação a 6%.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Há já impostos que chegam e sobejam no seu orçamento. Para quê mais este?

Mas afinal tantas receitas para quê?

Diz o Governo: para aumentar a despesa e financiar educação para todos, saúde para todos, actividades económicas para todos, etc. Para aumentar a despesa, certamente. Mas não para aumentar em correspondência a oferta pública de bens e serviços. Em muitos casos a despesa aumenta e a produção de bens e serviços diminui. O próprio Governo demonstra porquê.

De facto, é significativo que as despesas com serviços gerais de administração subam muito mais que as despesas afectas à função económica do Estado. Enquanto que as primeiras crescem 16%, as segundas ficam-se por 3,5%. Se entrarmos em linha de conta com a inflação vemos até que as despesas com a função económica do Estado descerão cerca de 4% em termos reais.

Pergunta-se, se boa parte da explicação não estará no facto de nunca ter havido tantos assessores que não assessoram, tantos chefes que não chefiam, tantos funcionários de gabinete que não funcionam? Não será esta uma das características essenciais do «estado-laranja»?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não! Dirá o Governo: A característica essencial do «estado-laranja» será a prioridade à educação, e à saúde. Antes fosse. Mas então como explicar que no ano da prioridade à educação seja muito pouco significativa a real expansão do sector, como é possível que o respectivo orçamento seja, sobretudo, de manutenção?

A população está perplexa: diz-se que a educação é prioritária, mas só tem havido, desde o princípio do ano, manifestações e greves por falta de condições mínimas de funcionamento, por falta de verba. O que faria se o sector não fosse prioritário!

Quanto à saúde também ninguém comprehende. Por um lado, aumenta o défice do Serviço Nacional de Saúde. Em 1986 estava em 14 milhões de contos. Em 1988 atingirá os 28 milhões de contos. Isto é, duplicará em dois anos. Por outro lado, a confusão dentro do sector é cada vez maior e assim continuará sendo, se avaliarmos pela «qualidade» da nomeação de certos novos gestores. É essa a qualidade típica do «estado-laranja»?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Quanto às infra-estruturas, é certo que as inaugurações de obras começadas há alguns anos aí estão, mas não haverá um atraso geral devido já, exclusivamente, aos governos que existem desde 1985? De outro modo, como explicar que a conclusão do projecto de estradas em princípio prevista para 1992 se apresente já nesta altura, com um atraso de três anos?

Todos estes casos apontam para duas conclusões simples.

Primeira conclusão, onde o Governo diz que põe prioridade, acaba por instalar a confusão, como na saúde e na educação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Segunda conclusão, onde o Governo aumenta extraordinariamente as despesas, acaba por demonstrar incapacidade de execução, como nas infra-estruturas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O «calcanhar de Aquiles» do Governo está na educação. Talvez por isso é que o Governo se encontra atrasado quase um ano na prestação de contas. As contas de 1986 ainda não estão na Comissão de Economia, Finanças e Plano e já lá deveriam estar desde Janeiro. Srs. Deputados, quando forem apreciadas as contas de 1986, de 1987 e de 1988 ver-se-á, então, que este Governo é fraco a executar e pouco rigoroso em matéria de finanças públicas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Este Governo é pouco rigoroso em matéria de finanças públicas porque não só aumenta a despesa sem aumentar em correspondência a oferta de bens e serviços, como também não diminui o défice em correspondência com o sacrifício dos contribuintes.

Em três anos, de 1986 a 1988 inclusive, o peso das despesas do sector público administrativo no PIB, subiu mais de cinco pontos percentuais. No entanto, em 1985, antes do Governo PSD/Cavaco Silva, estava em 42,7% — seis pontos abaixo da média da CEE. Hoje, o peso do sector público administrativo já se encontra na média da CEE, logo, já é «europeu».

Mas sé-lo-á no peso dos bens e serviços oferecidos à população? Com as receitas de que disporá e com as despesas ao nível do PIB de 1985, o défice diminuiria de 300 milhões de contos. Ficaria, portanto, em cerca de 4%. Porquê 4% e não as contas que o Governo apresenta? Porque acresce.

Este Governo é pouco rigoroso em matéria de finanças públicas porque vive da propaganda da diminuição do défice quando, ano após ano, o oculta ainda que para tal tenha de lançar mão de inconstitucionalidades várias.

O ano passado foram mais de 100 milhões de contos de défice oculto; este ano é pouco menos, mas bem acima dos 50 milhões de contos.

Por essas e por outras razões grande parte delas da exclusiva responsabilidade do Governo AD, é que a dívida pública vem subindo em flecha. A dívida pública directa que estava em 1984, em cerca de 60%, do PIB, subirá para mais de 80% no próximo ano. Diz o Governo que de «1984 a 1989 a dívida pública subirá cerca de 20 pontos percentuais com relação ao PIB, sendo que cerca de metade deste aumento é devido à incorporação da dívida pública convencional das dívidas de outras entidades do sector público ou à regulização de situações em atraso, conforme tem vindo a ser referido». O que o Governo se tem «esquecido» de referir é que a maior parte dessas situações têm origem nos Governos AD de 1979 a 1983.

O Governo diz-se vergado ao peso do passado dos outros. Há aqui um engano de peso.

De facto, o peso de que se trata não é dos outros é também da AD, do PSD, muitos dos seus actuais dirigentes e militantes, de membros do Governo que

estão sentados à minha frente, dois dos quais contra-assinaram com a sua própria e vera assinatura o que hoje denunciam com um descalabro.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não é preciso ter alguma vergonha mas sim, ser membro do Governo.

Vozes do PS: — Muito Bem!

O Orador: — Se evoco este esquecimento do Governo é fundamentalmente para lembrar que este mesmo Governo por via dos inúmeros défices de capacidade de execução, défices de ideias —, está já a projectar no nosso futuro o enorme peso do seu presente.

São preocupantes as conclusões que a esse respeito se tiram do descozimento em que se desdobra o orçamento e o plano. Tanta página e tão poucas escolhas reais. Tanta página e tão poucos problemas de fundo, tão poucos problemas vitais para o País enfrentados sem subterfúgeos de «oficialês», a língua típica dos relatórios esquecidos nas encadernações do *Diário da República*. As GOP começam em pseudo-opções e acabam em reais omissões.

Da leitura da proposta do Governo ressalta com mediana clareza que este Governo não tem opções. Uma opção implica uma escolha cujo significado se mede tanto pelo que afirma como pelo que rejeita. Fazer uma grande opção é também afirmar que entre dois ou mais caminhos substantivamente possíveis se escolheu um deles e se rejeitaram todos os outros em condições tais que a escolha não poder ser considerada banal. Se se aplicar este teste às expressões a que o Governo deu o nome de Grandes Opções, vemos facilmente que nem são grandes, nem são opções, porque são vazias de escolhas concretas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Assim, quando o Governo diz que é sua grande opção informar e mobilizar a sociedade, diz uma banalidade sem especial conteúdo informativo, porque não se concebe que possa afirmar publicamente que entre o informar e o não informar, entre o mobilizar e o desmobilizar a sociedade tenha optado grandiosamente por informar e mobilizar. A questão curiosa é de saber por que razão o Governo sente necessidade de afirmar o seu desejo de informar. Nós, Deputados, sabemos por que razão o Governo tem essa necessidade.

Também não há escolha possível ao nível do discurso público, entre valorizar e desvalorizar os recursos humanos. E assim por diante.

Com tais banalidades, o que o Governo acaba por confessar é que não tem grandes opções.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Já havia larga suspeita. Agora há a ampla confissão. Com este tipo de não-opção o Governo não tem plano para o mercado que nos faz falta, tal como não tem mercado para o pseudo-plano que tem. Ficará esquecido e enterrado na poeira do *Diário da República*. O que, de resto, não surprenderá ninguém.

Talvez por isso, o Governo apresenta-nos um Portugal 1992 espalmado e ilivresco. Falta-lhe verdades e vida. Falta-lhe os desafios, os problemas, as dificuldades desta dupla transição para a modernidade nossa e para a modernidade dos outros/a que o século XXI obriga a Europa. Alérgico a essa obrigação, o Governo sente-se bem obrigado à sua retrovisão do futuro. Porque no íntimo sente-se que o futuro deste Governo já foi.

Esse é o sentimento que perpassa na prosa angódina em que se esconde a epopeia que se abre à construção europeia. No fundo, o que parece contar são os fundos e pouco mais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Visão demasiado curta e, por isso, excessivamente perigosa. Portugal tem de estar na construção europeia não apenas pelos fundos, mas também pela inteligência, pela cultura, pela participação e pela solidariedade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Portugal não é o «Estado-cliente», o Estado-Região a que o Governo o vem reduzindo. Portugal é uma velha nação europeia, uma das mais velhas nações europeias em que a Europa se desdobra.

Uma voz do PSD: — Isto é alguma novidade?

O Orador: — Sem uma visão nossa, sem uma política própria, sem uma participação portuguesa pelo espírito e pela cultura, pela participação solidária, a Europa ficar-nosá distante. E o drama é que o Governo não tem visão, não tem política não tem espírito europeu.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E por isso gasta o dinheiro dos fundos Comunitários como se estivessemos fora da Europa, distribuindo-o por clientelas e por obras ca-suísticas. Veja-se o destino do Fundo Social Europeu. O Partido Socialista tem reclamado, desde 1986, a afectação da maior parte das verbas do FSE à Educação. Hoje, o Governo parece acordado para essa necessidade. Parece, mas não está. Veja-se que na secção 142 do relatório das GOP (pág. 409 do *Diário da República*) não há qualquer menção a essa política prioritária. Aqui, sim, havia uma GOP, uma Grande Opção do Plano a fazer, mas o Governo preferiu ficar por uma outra, qual seja, uma GOP acrônimo de uma grande omissão do Plano.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Outra grande omissão está bem patente na análise das consequências do Mercado Interno para a economia portuguesa. O que está no relatório é uma repetição sem interesse de maior! Em contrapártida — pasme-se! —, não há uma única e simples palavra sobre as consequências da liberalização dos capitais e da prestação de serviços, sobretudo financeiros e profissionais.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Também nada dava a dizer sobre a harmonização fiscal. Isto é, o Governo omite o essencial e «espalha-se» — é o termo — na prosa oficial do costume quanto à indústria, à competitividade, etc.

Mas há outras e não menos graves grandes omissões do Plano. Por exemplo, o problema da distribuição do rendimento — não merece uma Grande Opção do Plano do Governo. Mais, não merece uma ideia do Governo.

O Partido Socialista propõe para este problema a criação de Fundos Salariais com o objectivo de dar aos salários uma nova e inovadora componente. Ao salário directo, típico da primeira fase do capitalismo moderno, juntou-se o salário social garantido pelo Estado de bem-estar. Hoje é preciso juntar um terceiro elemento a esses dois já tradicionais. O salário poupança-investimento-participação. Essa é a função urgente e inadiável da introdução em Portugal dos Fundos Salariais de Investimento.

Esta é sem dúvida uma reforma estrutural, bem mais profunda e modernizadora do que os «moinhos» de vento, contra os quais o Governo vem dizendo, dizendo, que está remetendo, remetendo.

As GOP também nada dizem sobre o financiamento da Segurança Social. Com efeito, a Secção 99 (págs. 391 e 392 do *Diário da República*) é completamente omisso quanto a este assunto? Pêlos vistos, o problema vai ser resolvido pelo débil e ridículo Fundo de Estabilização Financeira proposto pelo Governo no Orçamento do Estado para 1989. Ridículo, atentando à sua motivação; débil e ridículo, em função da dimensão do problema.

O Repare-se que este fundo foi calculado por um consultor oficial do Governo, embora não ao seu serviço — suponho eu —, e que, a manter-se a configuração actual, a próxima geração enfrentará uma dívida da Segurança Social em relação ao PIB da ordem de grandeza da actual dívida directa global. Isto é insustentável!, mas o Governo aqui não tem opção, só tem omissão, pois nem sequer refere o problema nas GOP.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Também o Governo nada diz de significativo ou de novo, quanto à questão da especialização da economia portuguesa. A especialização que convém a Portugal é a chamada especialização flexível, mas esta põe o difícil problema de reconciliar a concorrência com a cooperação — duas ideias-força, muitas vezes opostas no sentido corrente e banal —, como única forma de promover a competitividade na base da inovação.

A política do Governo, as ideias do Governo, no seu todo, vão em sentido contrário ou ignoram essa problemática. No entanto, ressalvo as ideias que conheço do Sr. Ministro da Indústria e Energia, que certamente não me agradecerá a menção, mas que é justa. Porém, através do PCEDED vejo a doutrina do Governo e, sobretudo, a prática que vai implantando.

Este problema está intimamente associado à doutrina que o Governo vem defendendo para a política de rendimentos. O Governo opta por uma política de baixos

salários e confia que desse modo se alarguem as competitividades das actividades produtivas nacionais, se incentive o investimento e se crie o emprego. Esperança vã! A política de baixos salários já nem é uma política asiática, como o testemunham as políticas salariais de Singapura, da Coreia do Sul ou da Formosa, mas, sim, uma política contra a inovação, a qualidade e a coesão económica social.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É assim uma política contra a participação de Portugal na construção europeia.

Portugal tem um largo passado de exploração salarial e de competitividade por baixos salários, o que, a manter-se essa via, não terá qualquer futuro.

Segundo António Borges, entre 1973 e 1977, os salários corrigidos das variações cambiais cresceram muito mais na Europa do que em Portugal. Os *ratios* entre os salários da Alemanha e de Portugal subiram 20% mais na Alemanha, e de 33% mais em França. Mas muito mais grave do que isso é o que facto de os salários espanhóis terem subido mais de 130% relativamente aos nossos. Têm sido os baixos salários que têm garantido a competitividade da nossa especialização anti-europeia.

Medita-se na Espanha, na competitividade da indústria espanhola, veja-se e perceba-se para onde se caminha, que é para o suicídio.

A especialização flexível só poderá vingar se se reconhecer que a política de baixos salários tem de ser abandonada porque rompe a coesão social, que é a base da inovação num período de mudança acelerada para um padrão de competitividade assente na qualidade do factor humano, no valor da inteligência, no domínio do conhecimento, da informação e também da segurança da vida pessoal. Mas não é por isso que Portugal necessita de uma política de rendimentos assente na justa participação na partilha dos frutos do desenvolvimento. A participação na solidariedade e a justiça social são valores de civilização, são velhos ideais europeus que fizeram muito da história e da cultura da Europa nos últimos dois séculos. São velhas ideias europeias que se rejuvenescem neste limiar do Século XXI. Compreendê-las não é um opção, é uma obrigação! Mas está afi a GOP fundamental; a grande omissão do plano deste Governo.

Aplausos do PS, do PRD e do Deputado Independente João Correger da Fonseca.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, encontram-se inscritos para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Ângelo Correia, Vieira de Castro, Rui Machete, Carlos Pinto, Silva Marques, Duarte Lima e Luís Filipe Menezes.

Atendendo ao número de pedidos de esclarecimentos e a que já passámos a hora regimental de interrupção dos nossos trabalhos, sugiro que estes e a respetiva resposta sejam produzidos no reinício da sessão.

Está interrompida a sessão.

Eram 13 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 30 minutos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Presidente, está agendada para amanhã a discussão da Proposta de Resolução n.º 12/V, que aprova, para ratificação, o acordo intergovernamental entre os representantes dos estados membros, aprovado a 24 de Junho de 1988, e a decisão do Conselho n.º 88/3/376/CEE, EURATOM, relativa ao sistema de recursos próprios das Comunidades.

Ao contrário do que seria previsível, esta proposta de resolução baixou apenas às Comissões de Economia, Finanças e Plano e de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação quando temos na Assembleia da República uma comissão específica para a abordagem de questões relativas às Comunidades Europeias — a Comissão de Assuntos Europeus.

Já tive oportunidade de levantar esta questão, em nome do meu grupo parlamentar, hoje de manhã, na reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas e Cooperação.

Por isso, Sr. Presidente, a minha sugestão é no sentido de V. Ex.^a poder, de algum modo, contactar o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus para que, em tempo útil, essa comissão possa ser convocada a fim de emitir parecer sobre esta matéria, dado que é uma matéria também do âmbito da sua intervenção.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Jorge Lemos, irei dar seguimento à sugestão que acabou de fazer.

Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado João Cravinho, tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — O Sr. Deputado João Cravinho referiu quatro elementos essenciais na sua intervenção: um crescente desfasamento e indiferença da opinião pública perante a acção do próprio Executivo e do Governo, um crescendo de conflitos sociais na sociedade portuguesa, uma responsabilização pretérita do PSD, desde há nove anos, desde o tempo da AD, na gestão nacional, o facto de não ter objectivos, de não ter métodos, de não ter capacidade de elaborar um plano à altura e o de não ter tido objectivos políticos compatíveis em termos de promessas e de realidade.

As acusações são graves a tal ponto que justificam um de dois posicionamentos seguintes da sua parte: ou o Sr. Deputado fala verdade, e se fala verdade, então, o Partido Socialista é nulo, é inexistente na vida nacional, ou, então, o Sr. Deputado, pura e simplesmente, não tem razão suficiente, independentemente do mérito potencial de algumas questões pontuais que tenha colocado.

Mas estamos confrontados com uma questão nuclear política: se é verdade a indiferença, se é verdade a conflitualidade social, se é verdade a responsabilidade pretérita do PSD, há nove anos, na vida política nacional, com erros, omissões e incumprimento de promessas, a primeira questão que então se coloca — e dou desconto pois o Sr. Deputado precisa disso nesta altura, precisa do resultado das últimas eleições, das sondagens permanentes, mas desconte isso tudo — é a seguinte: se é assim, se o senhor tem razão, onde está

a protagonização política do seu partido, do qual o senhor é dirigente, do descontentamento, da indiferença, da descrença nacional entre os objectivos políticos do Governo e o cumprimento das suas promessas?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em segundo lugar, o Sr. Deputado João Cravinho, apesar de tudo, diz (e aqui reside uma contradição básica): «não, o calcanhar de Aquiles do Governo não é doutrina, não são os objectivos, é apenas a execução». Por outras palavras, «estamos de acordo com o modelo, com os princípios e com os objectivos, o que está mal é só a execução por parte do Governo do PSD».

Então, Sr. Deputado, eu pergunto: afinal, se é só a execução que está mal, como é que o Sr. Deputado antes critica a ausência de modelo, a ausência de objectivos e a ausência de doutrina? E por isso o Sr. Deputado diz que o Governo não governa, que os assessores não assessoram e que os chefes não chefiam. E a pergunta que lhe faço é esta: e os deputados do PS protagonizam alguma coisa?

Vozes do PSD: — Nada!

O Orador: — Os deputados do PS fazem política? Os deputados do PS assumem o real ou assumem um discurso de frontispício?

Sr. Deputado João Cravinho, a questão básica não é o «estado-laranja» que V. Ex.^a denuncia. O Estado português não é tutelar, não é restritivo das liberdades nem da alternância. Só que a oposição, a partir da sua incapacidade de posicionamento, cria uma ficção em Portugal.

O Sr. Deputado diz ainda que o «estado-laranja» é redutor. Só que o «estado-laranja» é redutor não porque o seja mas, apenas porque alguma oposição não é capaz sequer de protagonizar-se como alternativa. E como não é, cria um artifício, um fantasma, uma ficção — o «estado-laranja».

Mas mais curioso e mais contraditório é o exemplo espanhol. O Sr. Deputado João Cravinho dá como exemplo capaz, em contraponto ao Estado português, ao Governo do PSD, uma imagem de capacidade do Governo espanhol.

E a minha pergunta a um socialista como o senhor é esta: será modelo para si, que é socialista, a criação de uma taxa de desemprego tripla da portuguesa? Será exemplo para um socialista português a pré-figuração de um modelo que talvez tenha racionalizado melhor a sua economia, talvez tenha reestruturado melhor alguns sectores industriais mas à custa de um sacrifício social fortíssimo? Será esse o modelo? Essa é uma dúvida que lhe coloco, porque transpareceu do seu discurso a força do modelo dessa natureza.

Sr. Deputado João Cravinho, comprehendo que a sua intervenção deve ter sido das mais dolorosas de fazer, porque é a intervenção de alguém que critica um rol de circunstâncias, não de hoje mas já de há alguns anos, e que curiosamente são verdadeiras... Afinal, o País não encontrou em si e no seu próprio partido uma capacidade de catapultar e de fazer um contraponto àquilo que eram as debilidades do próprio PSD.

Esta sua intervenção é uma clara autoflagelação política da sua parte, ou a si ou ao seu partido, mas acima

de tudo é um discurso de auto-expiação. Só o é, celebro-o e saúdo-o.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado João Cravinho deseja responder já ou no final dos pedidos de esclarecimento?

O Sr. João Cravinho (PS): — Responderei no final, Sr. Presidente. Mas quero agora dizer ao Sr. Deputado Ângelo Correia que não falei do Estado espanhol ou do Governo espanhol. O Sr. Deputado está, de facto, perturbado.

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vieira de Castro.

O Sr. Vieira de Castro (PSD): — Sr. Deputado João Cravinho, V. Ex.^a começou por aludir à duração do mandato deste Governo. Se a questão se põe em termos de que precisam de muito tempo para resolver as vossas questões internas, podem quanto a isso estar tranquilos, podem dedicar-se durante longos e bons anos às tarefas domésticas que o Partido Social Democrata vai dedicar-se às tarefas nacionais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado João Cravinho referiu depois um pretenso crescendo dos conflitos sociais. Certamente que está mal informado porque, tanto quanto se verifica, o Partido Comunista Português está bem preocupado quanto à evolução do seu índice de capacidade para a mobilização das massas.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Deixe isso connosco, Sr. Deputado! Não se preocupe!

O Orador: — O Sr. Deputado João Cravinho falou ainda acerca da indiferença. Tenho dificuldade em situar onde poderá estar a indiferença, e por isso pergunto-lhe: estará, porventura, nos trabalhadores portugueses, que têm visto nos últimos anos os seus salários reais a aumentarem e os seus postos de trabalho assegurados? Será a indiferença dos investidores nacionais e estrangeiros que colhem bons benefícios dos capitais que cada vez mais investem? Será a indiferença da juventude que tem hoje provas de que se está a construir um país que lhes vai dar um futuro que não será pesado? Estará a indiferença, porventura, nos reformados e pensionistas que sabem, com provas, que a sua qualidade de vida é uma das grandes preocupações do Governo?

V. Ex.^a falou também em modernização e creio ter dito que o Governo não seria capaz de modernizar o País. Quanto a isto eu também tranquilizaria o Sr. Deputado.

Veja a dificuldade que as ideias novas têm sentido para perpassar os partidos que precisam de ser renovados. Modernize-se a oposição, que o Governo vai modernizar o País.

Finalmente, uma questão muito cara ao Sr. Deputado João Cravinho, que tem uma especial animosidade em relação à reforma fiscal.

V. Ex.^a continua a garantir que não há desagravamento fiscal com o IRS e o IRC.

Permitia-me fazer-lhe uma sugestão: tirar V. Ex.^a a prova dos nove aos seus cálculos e constatará que efectivamente estão errados.

O Sr. Domingos Azevedo (PS): — Faça as contas, Sr. Deputado!

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Vítor Crespo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Machete.

O Sr. Rui Machete (PSD): — O Sr. Deputado João Cravinho fez um discurso que ouvi atentamente, em que teceu longas considerações, fez análises e diria que foi mesmo um discurso miudamente analítico.

Todavia, houve uma parte que me impressionou particularmente. Disse V. Ex.^a, a propósito das Grandes Opções do Plano, que elas continham a banalidade de referir que se tornava necessário alterar as mentalidades, mobilizar os espíritos e que esse aspecto, no fundo, por ser tão evidente, não merecia grande consideração, e daí, o qualificativo que lhe atribuiu — banalidades.

Mais adiante, quanto ao problema cultural, disse que o facto de termos uma visão diferente numa estratégia global, em que os aspectos da cultura — e presumo eu, embora V. Ex.^a não o tenha dito, que estaria a pensar nos aspectos da história — não deveriam ser esquecidos. Julgo que V. Ex.^a se contradisse nestas duas considerações e cometeu alguma injustiça em relação às Grandes Opções do Plano.

Penso que um dos pontos mais altos e mais importantes das Grandes Opções do Plano é o abandono de uma visão meramente quantitativista, uma visão que se perca na análise apenas dos números para esquecer que estamos perante algo que exige uma mudança radical da percepção das coisas — de as ver e de as encarar — integrada numa cultura europeia, mas que não deixará de ser portuguesa. Se não fizermos essa mutação fundamental, não será um fluxo muito significativo dos fundos europeus que permitirá obter a revolução que necessitamos neste país para sermos uma sociedade plenamente desenvolvida onde a justiça social reine.

É para contribuir neste sentido que gostaria de, por um lado, chamar a atenção de V. Ex.^a e, por outro, obter de si uma explicação.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinto.

O Sr. Carlos Pinto (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Poder-se-ia esperar e dizer que, neste momento de debate sobre o Orçamento do Estado para 1989, estaríamos à espera de ouvir aqui também um debate sobre o grande objectivo de Portugal para o alargamento do Mercado Único e a entrada em vigor do Acto Único em 1993. E este era um momento azado, dado que aquilo que há que pôr em causa e questionar; em primeiro lugar, é se o Governo está a cumprir, desde as eleições de 19 de Julho, o mandato que recebeu dos portugueses.

Naturalmente, é essa a questão política fundamental porque tem a ver, essencialmente, com as promessas

que o Governo fez no sentido de fazer crescer a economia, de melhorar as condições de vida e, sobretudo, de dar um período de estabilidade política ao país que não conhece desde 1974.

A questão que se coloca é a de saber quem é que, hoje, no País, com razões fundamentais e acrescidas, pode efectivamente contrariar a ideia de que estamos a cumprir este mandato.

O discurso do Sr. Deputado João Cravinho aponta no sentido de que, efectivamente, nós não estariamo a cumprir e de que certamente, teria outras opções de Governo a apontar.

V. Ex.^a contesta a tónica que foiposta na remodelação das infra-estruturas básicas do País e diz que não há linhas claras quanto à necessidade de um caminho de uma política na indústria, sobretudo naquilo que o Sr. Deputado chama de especialização flexível, diz que os salários são baixos e que existem receitas a mais por parte deste Orçamento.

A verdade é que todos sabemos que nunca foi feito um esforço tão grande como hoje em termos de infra-estruturas, quer rodoviárias, de saúde, ou no campo da educação. A indústria nunca conheceu um impulso tão forte por parte de um Governo, fosse ele qual fosse no passado, tanto relativamente à motivação dos agentes económicos como à aplicação mais appropriada dos fundos comunitários.

Os baixos salários que o Sr. Deputado refere estarão baixos relativamente ao contexto europeu, estarão baixos naquilo que consideramos uma política social democrata para dar resposta às necessidades dos portugueses, mas são efectivamente melhores do que eram no período em que o Partido Socialista assumiu responsabilidades a nível do Primeiro-Ministro, designadamente em 1983/1985. Todavia, são os salários que resultam também do livre jogo entre parceiros sociais no sindicalismo livre e são, sobretudo, os salários que resultam de uma massa salarial acrescida no período de 1985/1988 tal como diz o Relatório do Banco de Portugal.

A questão fundamental que quero colocar ao Sr. Deputado João Cravinho é a seguinte: há um tempo e, um modo de fazer crítica e de exercer a oposição. O tempo é sempre oportuno em termos de democracia parlamentar mas o modo não o é, ou, pelo menos, pode ser contestado.

O Sr. Deputado João Cravinho traz aqui uma análise, como já foi dito, do Orçamento do Estado, mas não aponta qualquer linha alternativa.

Em primeiro lugar, não diz quem é que fez melhor no passado relativamente a este Governo e o que é que o Partido Socialista é capaz de apresentar como alternativa às grandes linhas consignadas nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento do Estado para o futuro.

Sobretudo, não diz uma palavra sobre este objectivo estratégico que está na sociedade civil mas que não está dentro do Partido Socialista e que é a integração em 1993.

Os senhores não dizem uma única palavra quanto às políticas que estão a ser seguidas.

Naturalmente, tudo isto tem a ver com o impasse estratégico em que o Partido Socialista se encontra, talvez por culpa própria mas também por culpa da capacidade que o Governo e o partido que o sustenta têm revelado.

Os senhores estão confrontados não só com a realidade do País como também com a realidade dos relatórios internacionais! Estão confrontados com aquilo que os portugueses sentem, isto é, que estamos a caminhar em frente e no sentido do desenvolvimento!

Pergunto-lhe, pois, Sr. Deputado: qual é a resposta que a oposição está a dar para estes desafios, enquanto oposição que quer assumir-se como a primeira linha de uma alternativa a juntar Governo?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Deputado João Cravinho, há pouco, o Sr. Ministro das Finanças na sua intervenção, referiu-se, com pertinência, às ausências irreversíveis na bancada do Partido Comunista, e, certamente, alguns de nós pensaram na cidadã Zita Seabra. Mas, imaginem, Srs. Deputados, que eu pensei no Dr. Cunhal. Ei alguns, devós, e com certeza, também pensaram, só que não o podem confessar.

Risos do PSD.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Está muito preocupado!

O Orador: — No entanto, Sr. Deputado João Cravinho, imagine a ironia das coisas! O Dr. Cunhal está muito presente. Está presente no discurso da intrépida equipa económica, no sentido de poupança do Partido Comunista, especialmente dos Srs. Deputados Octávio Teixeira e Carlos Carvalhas, com a célebre tese, já com umas dezenas de anos, do capitalismo monopolista de Estado aliado ao imperialismo estrangeiro.

Risos do PSD.

Mas — imagine! — está também presente no seu discurso, Sr. Deputado João Cravinho, quando se refere «ao movimento crescente das massas trabalhadoras sempre a revoltarem-se, sempre a crescer, sempre a crescer».

Risos do PSD.

Mas, apesar disso, o motivo do protesto é da revolta está sempre e até confortavelmente no mesmo sítio!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — O Sr. Deputado é que mudou de sítio!

O Orador: — O Sr. Deputado João Cravinho é bem o fruto de um determinado pensamento que, pelos vistos, está em mudança, mas devagar, porque os senhores são tenentes.

Sr. Deputado, quanto à revolta crescente das massas trabalhadoras, à inflação, aos salários, reais e ao facto de as massas estarem sempre a revoltar-se?

Risos do PSD.

vou ler-lhe um texto que, ontem, foi recebido nos serviços do meu grupo parlamentar e que diz o seguinte: Na base de uma contratação equilibrada, adaptada às condições específicas e às características daquele porto do centro, tem sido possível aumentar todos os anos a tonelagem movimentada. Mais adiante

diz ainda: «Registamos que nos últimos anos, com o empenhamento do Governo e de todos os interessados, foram realizadas obras e adjudicado equipamento do maior interesse para o porto». E, ainda mais adiante, diz: «sabemos também que outros aspectos a tratar no médio e longo prazo...» — pelos vistos, estes não pensam que se trata da navegação à vista.

Risos do PSD.

— «... merecem as atenções de todas as entidades interessadas, desde o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, à Direcção Geral de Portos e à Junta Autónoma». E refere, ainda, este texto: É necessário proceder a dragagens urgentes que tornem acessível o porto a outros navios, à construção de edifícios, etc., etc. Isto supõe muito trabalho. Certamente, Sr. Deputado, que no seu espírito se trata de uma carta enviada de forma afilada, pelo capitalismo, de preferência pelo capitalismo internacional. Mas não é, Sr. Deputado! Trata-se de um ofício da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores Portuários, que é quem faz o trabalho de todo o resto. O Sr. Deputado João Cravinho, V. Ex.º disse que o Governo não tem opções! quem não tem opções é o Sr. Deputado! Mais, o Sr. Deputado quase que não conseguiu fazer uma crítica negativa das opções do Governo, mas isso já foi posto em relevo por outros colegas da minha bancada.

No entanto, o Sr. Deputado sentiu a necessidade de evidenciar uma das suas opções: à o Estado providêncial, a do Estado do bem-estar (refiro *ipsis verbis* o seu discurso).

O Sr. João Cravinho (PS): — O Sr. Deputado não compreendeu nada!

O Orador: — Mas o Sr. Deputado vai voltar a explicar.

Risos do PSD.

Sr. Deputado, estou certo de que, aos seus olhos, o seu camarada que, neste momento, governa a França deve ser um demônio, representante da extrema-direita.

Risos do PSD.

Sr. Deputado, V. Ex.º diz que pretende reafirmar valores tradicionais da cultura europeia; mas engana-se na terminologia pois trata-se de valores arcaicos. É esta a designação que se pode dar aos seus valores, Sr. Deputado.

V. Ex.º está contra a corrente da renovação do próprio socialismo europeu; a tal ponto que o Sr. Deputado fala como se representasse o povo; utilizando um discurso que, nos dias de hoje, é inaceitável até para um democrata completamente reabilitado.

O Sr. Deputado disse: «os portugueses vão julgar». Sr. Deputado, um democrata critica mas não se substitui ao povo no julgamento porque sabe que este só tem lugar no acto eleitoral.

O Sr. Deputado teve algumas liberdades de linguagem relativamente ao Governo e utilizou expressões tais como: «devem ter vergonha» e ainda outras. Não lhe vou conseguir o exemplo, portanto, não me vou referir a V. Ex.º nesses termos, porque entre democratas

deve haver alguma consideração. Penso que deve ter apenas sobriedade.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Lima.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr. Deputado João Cravinho, antes de lhe devolver algumas da acusações que dirigiu ao Governo, gostaria de deixar uma nota genérica sobre a forma como este debate está a decorrer.

Na verdade, estávamos à espera de uma maior agressividade por parte da oposição. No entanto, verificamos que, não só nas perguntas que foram feitas ao Sr. Ministro das Finanças, como na intervenção inicial do Partido Comunista, a oposição começou a jogar à defesa, apresentando-se tímida e receosa. Esperávamos que o Sr. Deputado João Cravinho, cuja probidade intelectual e cujos méritos nestas questões económicas todos reconhecemos, e que costuma ter sempre uma panóplia wagneriana no seu discurso sobre o Orçamento do Estado, fizesse aqui mais música, utilizasse mais trombetas. Mas isso não aconteceu. V. Ex.^a mostrou-se um deputado tímido.

No essencial, não criticou a maior parte das Grandes Opções do Plano nem as grandes linhas do Orçamento do Estado. Fez algumas críticas ao Governo de falta de rigor do ponto de vista da avaliação das contas e das receitas. Posso dizer-lhe que VV. Ex.^a também se enganam. Por exemplo, o seu camarada Vitor Constâncio dizia, aqui nesta Câmara, aquando do seu discurso inicial sobre o Orçamento do Estado que as receitas estavam mal avaliadas, que ali haver, pelo menos, mais catorze milhões de contos de cobranças. Também ele se enganou, não foi apenas o Governo! Com efeito, houve cerca de 50 milhões de contos a mais de cobranças, ou, seguramente, cerca de 40 milhões de contos mais e não os catorze milhões que o Sr. Deputado Vitor Constâncio na altura referiu.

Em relação às Grandes Opções do Plano, V. Ex.^a refere que o Governo diz coisas vagas e genéricas e o Sr. Deputado quer apostar na criatividade, na inteligência e na mobilização. No entanto, no ano passado, o Sr. Deputado Vitor Constâncio, seu colega de bancada, referiu coisas genéricas deste teor: «É necessária também outra política virada para o novo modelo de desenvolvimento baseado na valorização do factor humano, do aproveitamento dos recursos da inteligência nacional, ligando a capacidade de iniciativa à acção complementar de um Estado catalisador e incentivador das reestruturações indispensáveis». Não são isto coisas genéricas?

E referia ainda: «uma política de apoio ao investimento produtivo». O que é isto senão coisas genéricas? E dizia ainda mais coisas genéricas: «Com incentivos adequados que possam também ser aprovados pela CEE, ao contrário do que hoje acontece com grave prejuízo pelo financiamento do sector industrial».

Se digo tudo isto, é apenas para acentuar que VV. Ex.^a não apresentam uma alternativa àquilo que classificam como discurso de linhas genéricas do Governo.

VV. Ex.^a consideram-se o partido mobilizador da oposição mas não apresentam uma linha alternativa ao discurso do Governo.

Por outro lado, embora não seja o momento adequado, mas como V. Ex.^a entrou por esse caminho ao afirmar que o Governo governa à vista, que o Governo tem oposição por todo o lado, que o Governo sobrevive, não posso deixar de lhe observar que quem, neste momento, sobrevive é o Partido Socialista e não é o Governo. Embora, como já disse, não queira pronunciar-me muito acerca disso, é forçoso que lhe diga que quem sobrevive sem uma estratégia de oposição ao Governo é o Partido Socialista. Dizem-no VV. Ex.^a, disse-o no domingo o Sr. Engenheiro António Campos numa entrevista que deu à rádio, disse-o, implicitamente, o Sr. Deputado Jorge Sampaio quando afirmou: «Vou candidatar-me ao cargo de Secretário-Geral do Partido Socialista porque é preciso que o Sr. Primeiro-Ministro Cavaco Silva, os portugueses e a democracia percebam que existe uma alternativa ao Governo de Cavaco Silva.

Implicitamente, estas afirmações querem dizer que até este momento não existia qualquer alternativa, o que significa que VV. Ex.^a têm andado aqui a sobreviver.

Deste modo, devo dizer-lhe que a acusação que V. Ex.^a fez não é dirigida ao Governo, mas vai para dentro do vosso partido.

Finalmente, diz ainda o Sr. Deputado João Cravinho que numa das características essenciais do «estado laranja» é a existência de chefes que não chefiam.

Não sei se é uma característica porque o Sr. Deputado ao falar no «estado laranja» quer referir-se a nós, deputados do PSD, e eu refiro-me ao Estado português. Assim, gostaria de saber onde é que há chefes que não chefiam? Onde é que há generais que não combatem? Onde é que há generais que não se assumem?

Sr. Deputado João Cravinho, penso que tudo isso acontece no Partido Socialista. É preciso ter «lata» para neste momento chegar aqui e fazer este discurso.

V. Ex.^a, permita-me, com toda a consideração — e é muita a que tenho por si —, que lhe diga: o Sr. Deputado não teve «lata» teve «latão» ao fazer o discurso que fez.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Menezes.

O Sr. Luís Filipe Menezes (PSD): — Sr. Deputado João Cravinho, na sua intervenção, na impossibilidade de atacar a política actual do Governo e de se debruçar, de uma forma mais crítica, sobre as GOP e o Orçamento do Estado, apresentados pelo Governo à Assembleia, tentou focalizar os seus ataques em algumas pretensas debilidades do PSD e dos seus governos no passado, lembro, a propósito, os anos de 1980, de 1981 e de 1982, o período dos governos da AD.

Sr. Deputado, a sua atitude obriga-me a colocar-lhe uma pergunta que, mais do que uma pergunta, é um pequeno teste à sua memória e à de outros sectores desta Câmara. Um teste que ainda devemos continuar a fazer durante alguns anos.

Os Orçamentos do Estado que têm sido apresentados a esta Assembleia nos últimos anos, este próprio e alguns que serão apresentados nos próximos anos, as políticas económicas dos Governos do passado e de alguns do futuro, estão condicionados em grande medida não por aquilo que aconteceu em 1980, 1981 e 1982, mas pelos graves crimes de lesa pátria que se

fizeram em 1974 e 1975: foram as nacionalizações; as fugas de capitais; a sangria de quadros; foi o dilacerar do tecido social e das débeis estruturas económicas do País, que se fizeram em 1974 comandadas pelo Partido Comunista e por outros grupos que, nessa altura, eram quantitativamente insignificantes mas solidários, nos princípios, com o Partido Comunista.

E V. Ex.^a sempre que intervém na discussão do Orçamento do Estado, enquanto os problemas económicos do País forem os que hoje existem, devia lembrar-se que foi o co-responsável, enquanto membro de um desses grupos, das políticas que o Partido Comunista desenvolveu nessa altura.

Assim, deveria começar sempre as suas intervenções com um *mea culpa*, lenbrando o papel que desempenhou nessa altura.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, encontram-se entre nós, nas galerias, a assistir ao debate um grupo de 50 alunos da Escola C.S de Lagoa, Algarve.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputado: Aí de mim que provoquei tão triste discurso de três vice-presidentes, de um candidato a liderança e de 5 deputados. Tanta consideração por tão pouca coisa!

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado Ângelo Correia; V. Ex.^a foi o primeiro a usar da palavra e eu sei porquê. Teve medo que na sua bancada se fizesse um silêncio contrito, algum embaraço, muito pouco atino, e então V. Ex.^a «saltou» porque «salta» sempre em momentos dolorosos e de crise. Todos sabemos que V. Ex.^a quando sente o Governo em perigo e quando tem medo do fraquejo da sua bancada é um «leão» — um «leão de Aveiro».

Risos gerais.

V. Ex.^a foi, de facto, um «leão», mas entrou em contradição com os seus colegas e fez acusações graves, mais propriamente quatro, muito bem seriadas. Agradeço-lhe a síntese, porque é perfeita! São acusações graves e são mesmo aquelas.

Mas depois intervém também o Sr. Deputado Duarte Lima, vice-presidente do PSD; e diz: «O Sr. Deputado não fez qualquer acusação, não percebemos a sua intervenção V. Ex.^a não disse nada, nem sequer criticou as Grandes Opções do Plano» e, por outro lado, o Sr. Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Plano, o Sr. Deputado Rui Machete, meu amigo, diz: «criticou e foi injusto».

É o desarrazoado completo!

Risos do PS.

Entendam-se, Srs. Deputados! E critiquem-me por criticar ou por não criticar, mas, pelo menos, tenham

uma noção que seja ao menos uma noção. PSD é não esta manta de retalhos, fruto do enorme embarraco em que todos estão. Mas, como tenho pouco tempo vou ser breve.

— Sr. Deputado Ângelo Correia, V. Ex.^a veio aqui dizer uma coisa que não é verdade e que rejeito frontalmente.

Afirmei que a execução do Governo era péssima e não que o modelo era bom. Disse que a propaganda já foi boa, mas como a execução começa agora, a sobressair à propaganda, nem a propaganda já serve. Não falei do modelo nem das opções, a não ser para as criticar. Não me atribua a ideia de que me louvo no modelo, que este Governo tem, até porque o não tem.

O Sr. Deputado pergunta onde está o PS. Está aqui a fazer críticas, e V. Ex.^a sentiu-se tanto que «saltou» como o «leão de Aveiro» que é.

É agora a minha vez de perguntar: onde está o Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus? Está cá? Deu pelo facto de este Governo nunca o ter consultado e de ter andado «embrulhado» meses e meses a fio com o Partido Socialista a segurá-lo? Deu por isso? Deu pelo facto de este relatório das Grandes Opções do Plano ter falhas clamorosíssimas em relação à questão europeia, como, aliás, oportunamente mencionei?

Suponha que me esclareceria quanto a essa questão. Mas onde está o Sr. Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus? Não está cá e não deve estar, têm a minha simpatia, penso que é melhor não estar.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado Vieira de Castro, é também com toda a simpatia que me dirijo a V. Ex.^a e gostaria que me esclarecesse onde é que está, a indiferença. Não pretendo que me esclareça onde é que está o Sr. Presidente da Comissão Europeia dos Assuntos Europeus, mas onde é que está a indiferença. É aqui? É ali?

Pois, Sr. Deputado, a resposta é na minha opinião pública. Se não estou em erro, foi publicada no jornal «Semanário» da última semana uma sondagem sobre esta matéria, por classes etárias, por regiões, por categorias socio-económicas, que expressa essa indiferença com enormes percentagens: não são todos os indiferentes, são só 50%. Ainda há muito a perder!

Relativamente às outras questões não tenho tempo de responder, mas gostaria ainda de dizer ao Sr. Deputado Rui Machete que não critiquei por criticar. Não fui injusto. Falei do Acto Único de 1992, da repartição do rendimento, para a qual não há opção, do Fundo Social Europeu, na Educação, e da Segurança Social, onde também não há opção.

De facto, quando digo que no relatório das Grandes Opções do Plano estão banalidades, considero-as assim do ponto de vista do conteúdo. Quem é que é contra a informação? Este Governo, por isso sente a necessidade de dizer que é a favor da informação.

A propósito, Sr. Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Plano, daquela larga lista de informações de que necessitámos para fazer o nosso relatório: o que é que chegou? E o que é que falta? Pode dizer-me? Não falta muito mais de informação do que aquela que foi enviada? Então, onde está o desejo de

informar? Se calhar somos leprosos e, por isso, informa-se para o exterior em vez de se informar a Assembleia, que se queixa de que não é informada e V. Ex.^a sabe bem porquê.

Sr. Deputado Carlos Pinto, gostaria apenas de dizer-lhe que temos opiniões diferentes.

Sr. Deputado Silva Marques, temos passados diferentes.

O Sr. Silva Marques (PSD): — E futuros diferentes!

O Orador: — Espero bem que sim, Sr. Deputado. Quanto a isso tem toda a razão!

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Para bem de todos nós.

Risos.

O Orador: — Sr. Deputado Luís Filipe Menezes, V. Ex.^a, referiu-se a 1974 e 1975, a grupos e a grupúsculos. Espero que não se esteja a referir a nenhum Secretário de Estado proeminente.

Risos do PS e do PCP.

O Sr. Luís Filipe Menezes (PSD): — Claro que não, Sr. Deputado!

O Orador: — Então, está bem, ficamos por aqui! Espero também que não esteja a referir a muitos militantes proeminentes do seu partido. Vamos ficar por aqui, porque poderia dar-lhe uma longa lista que inclui até colegas seus de bancada e até da direcção da bancada do seu grupo parlamentar. Não está, de certeza, a referir-se àqueles que diziam que era preciso levar a luta até ao final, exterminar o último maldito capitalista, o último Luís Filipe Menezes que, porventura, por divergir, pudesse existir.

De facto, não fui desses e alguns sociais-democratas seus amigos sabem isso.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Foi um bocado pior!

O Orador: — Sr. Deputado Silva Marques quanto a isso devo dizer-lhe, para terminar com esta questão, que a liberdade tem duas faces (aliás, tem muitas faces, e o Sr. Deputado sabe isso): faz lembrar-me as moedas, os velhos napoleões de ouro, em que uma face é muito mais bonita do que a outra, em que as pessoas gostam de uma face e não gostam da outra mas «empocham» sempre que podem a moeda.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Machete.

O Sr. Rui Machete (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: A nossa constituição prescreve que o orçamento seja elaborado de harmonia com as Opções do Plano — artigo 108.^º, n.º 2 —, que seja mesmo «a expressão financeira» do Plano anual — artigo 93.^º, c). E, todavia, durante muito tempo, ano após ano, as Grandes Opções do Plano foram apresentadas mais como o cumprimento formal e inconsequente de uma liturgia, do que como princípios realmente enformadores da acção do Governo.

Ficava-se, até, por vezes, com a impressão de que os responsáveis pela preparação dos orçamentos descuravam a leitura daquele documento; comportando-se como se ele não existisse.

A separação entre Ministério do Planeamento e Ministério das Finanças, realizada na orgânica dos dois últimos executivos, pressionou para que deixasse de assim ser. A pouco e pouco, as Grandes Opções do Plano foram firmando a sua relevância, dando, sobretudo, particular ênfase ao facto verdadeiramente macroscópico de Portugal se ter tornado membro da Comunidade Económica Europeia, e chamo a atenção para as enormes consequências daí decorrentes.

Este ano deu-se um passo mais na afirmação das Grandes Opções do Plano como uma decisão política de significado fundamental.

Aproveita-se a dinâmica de construção do Mercado Interno para 1992, para, no enquadramento do projecto europeu, se apresentar o projecto de transformações da sociedade portuguesa a efectuar entre 1989 e 1992 — as Grandes Opções do Plano de médio prazo — e no contexto daquelas, as Grandes Opções do Plano para 1989. É uma inovação importante e, como tal, merece ser sublinhada.

Ao fazer o cotejo do nosso posicionamento, medido pelos indicadores estatísticos habituais, com o nível já chamado alcançado pelos nossos parceiros comunitários mais avançados, mostram-nos com clareza as GOP a grande distância que nos separa e o esforço enorme a desenvolver para que os atrasos possam ser recuperados. Mas, a validade do documento reside, sobretudo, em acentuar que Portugal 1992 tem de ser assumido como um projecto nacional, partilhado pela esmagadora maioria dos portugueses, um projecto que só é realizável se mobilizar os espíritos e galvanizar as vontades.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tenho sido um entusiástico defensor da ideia europeia em Portugal. Confesso algum orgulho em ter sido um dos subscritores do Tratado de Adesão às Comunidades Europeias. Continuo a pensar que a integração de Portugal na CEE constitui decisão acertada da nossa política externa, a única que podia e pode assegurar, no quadro das nações neste final do século XX, um devir colectivo próspero e autónomo. Mas, não posso esconder-vos a minha preocupação, quando vejo alguns espíritos dominados por critérios quantitativos e por raciocínios deterministas, uns e outros muito simplistas, parecendo pensar que o progresso se consegue e a independência se mantém por um simples «input» de milhões de ecus.

É que, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Europa, a Europa do Mercado Comum não deve ser vista como um novo mirífico Brasil, como uma terra onde as árvores das patacas brotam espontaneamente. Seria um grave erro de perspectiva.

O Mercado Comum, o Mercado Interno de 1992, coloca-nos tremendos desafios, que só serão ganhos com muito esforço e imaginação e também, correndo alguns riscos. Para levar de vencida as dificuldades, temos de possuir uma estratégia global, que beba na nossa cultura e na nossa História, a seiva indispensável para, sendo cada vez mais europeus, continuarmos também a ser, cada vez mais, bem portugueses.

As GOP agora apresentadas, têm o grande mérito de afirmar que é necessário uma profunda alteração de

mentalidades, uma percepção nova das coisas está bem, que a obra de renovação a construir só será possível se valorizarmos os recursos humanos; se apostarmos sem tibiezas na educação e na formação profissional do nosso povo. Não são coisas de somenos.

Seria atraçoar o correcto entendimento de solidariedade política dos deputados que apoiam o Governo; se estes se abandonassem a um espírito louvável, deixando de fazer a correcção fraterna que permite corrigir defeitos e melhor desenvolver a política que afinal se aprova. Vou, por isso, permitir-me fazer também algumas críticas.

É que, se as grandes opções deste ano evidenciam um grande progresso, enfermam também de alguns defeitos. O maior consiste, para nós, no facto de mencionar dezoito planos parciais, mas não ter nenhum plano operacional articulado, remetendo-nos para o fim do ano ou princípio do próximo, data em que podermos finalmente dispôr do Plano do Desenvolvimento Regional unificador.

As opções perdem, assim, em clareza, e tão pouco resulta nítida, a real hierarquia das prioridades. Fica-se, de resto, com a sensação de que os programas e planos parciais e sectoriais — PEDAP e PEDIP — possuem à margem — traduzem alguma preponderância de Bruxelas e estão sujeitos ao seu controlo mais do que de um planeamento projectado de dentro.

As GOP, por outro lado, procuram ser globais, abrangendo todo os sectores da governação, mas alguns confundem-se, ou dão a impressão de se confundirem, com o programa do Governo. Em contrapartida, porém, a sua articulação com o orçamento é relativamente débil, não só em termos de apresentação e redacção — há quase tão só alguns quadros de contabilidade nacional — como também em termos de articulação funcional. A coincidência entre a lógica estruturante das GOP e a do orçamento é, em muitos casos, ainda apenas nominal. Apesar de alguns defeitos, reputo que as GOP traduzem uma opção política fundamental e representam, em relação aos documentos anteriores, um progresso notável. Por isso mesmo queremos sublinhá-lo claramente.

Passamos, agora, a examinar, por forma necessariamente muito breve, alguns aspectos do Orçamento para 1989, o qual mantém, o nível e a linha de orientação a que o Ministro das Finanças nos habituou. A grande inovação diz respeito à reforma fiscal; mas essa já foi amplamente debatida nesta Câmara, pelo que agora não dispensamos de lhe fazer referências especiais.

Tal como se tem verificado nos anos anteriores, graças à vontade envolvente externa favorável e à política governamental voltou, em 1988, a registar-se uma evolução positiva nos principais indicadores económicos, com excepção da inflação, mas mesmo neste caso o desvio não justifica exagerado alarmismo, mas apenas o cuidado que a delicadeza do evento comporta. Houve uma elevada taxa de crescimento do produto — 4% — e do investimento, a formação bruta do capital fixo, em termos reais, de 13%, continua a dar-se a redução do desemprego e a balança de transacções correntes deve estabilizar-se na situação de um pequeno déficit — 110 milhões de dólares. São bons resultados em qualquer país e, particularmente, em Portugal, vindo de uma situação de crise que se prolongou por muitos anos. A pressão da procura interna sobre o mercado, avolumada pelo nível já muito elevado de utilização da

capacidade instalada e do emprego, terá sido a principal responsável pelo reacender da inflação, situada pelos 9% ao ano. As consequências nefastas que acarretaria a perduração deste estado de coisas, levaram o Governo a considerar como desiderato fundamental a moderação do crescimento da procura interna, com especial relevo para o consumo, para além do reforço possível da oferta interna. Acompanhamos o Governo no diagnóstico e aprovamos o seu propósito de contenção do consumo. Mas importa ver um pouco mais de perto como a desaceleração será obtida, tanto mais que o objectivo de 5% a 6% para o índice de preços ao consumidor no final do ano nos parece demasiado optimista.

O consumo privado tem vindo a crescer a um ritmo elevado — todos o têm apontado. Tal comportamento é, em parte, explicado pelo aumento dos salários reais e do poder de compra — o qual parte de níveis de rendimentos muito baixos — em parte também pela redução da taxa de poupança que continua a descer e estará hoje em 22,9% (em 1986 era ainda de 26%).

O comportamento do consumo privado em 1989 vai depender fundamentalmente da política de salários e da carga fiscal. A função da receita fiscal, tendo em conta que alguns impostos velhos ainda vão ser cobrados, passa de 21,4% no Orçamento do Estado de 1988 para 22,2% no Orçamento do Estado para 1989. Importa, por isso, ter particular atenção no que diz respeito à política de rendimentos, para evitar uma quebra da quota dos rendimentos do trabalho no produto nacional.

Também a formação bruta de capital fixo se pretende que aumente apenas 9,5%. Assim, teremos que ser extremamente selectivos no investimento, privilegiando os sectores mais dinâmicos. Trata-se de uma opção difícil mas absolutamente imprescindível.

Nestes termos, e de acordo com os propósitos do Governo, a procura interna decresceria para 4,8%, mantendo-se o ritmo de crescimento do produto interno bruto em cerca de 4%. Se estes resultados forem conseguidos, tratar-se-á de um êxito notável da política económica.

Os principais problemas que se nos põem dizem respeito ao facto de, sem se contestar a necessidade de desaceleração da procura interna privada, nos parecer que do lado do sector público não se conseguiram resultados que diminuam o peso real das despesas públicas em percentagem do produto interno bruto, nem que permitam aliviar o recurso muito elevado ao crédito para financiar o sector público. Nestes termos, as taxas de juro dificilmente poderão baixar.

O aumento do peso da despesa — como, aliás, da receita pública no conjunto da economia, embora pequeno, significa que não conseguimos ainda ter menos Estado. As necessidades de financiamento do sector público devem absorver mais de 10% da poupança total (interna e exterior) disponível, envolvendo, por consequência, severas restrições do crédito ao sector privado. Eis uma outra dificuldade desta política que o Governo terá de enfrentar para conseguir os seus objectivos. O recurso por parte do sector privado ao crédito externo envolverá, cedo ou tarde, um maior desequilíbrio na balança de pagamentos, pelo que não parece ser aconselhável e, de resto, redundaria na impossibilidade de se conseguir obter a taxa de inflação prevista.

Reconhecemos que importa não desperdiçar as ajudas da CEE e que essa política requer contrapartidas orçamentais que envolvem inevitável aumento da despesa pública. A margem da manobra é estreita. Mas, sem a realização de reformas importantes na administração pública não será possível nem aumentar a eficiência desta nem diminuir o peso e as despesas do Estado. A reforma da Administração Pública não se esgota, de resto, numa reforma das remunerações e das carreiras públicas, embora nesta seja muito necessária e a esperemos com ansiedade.

A existência de programas públicos, designadamente os de origem comunitária, caracterizados por darem lugar a um «produto» bem individualizado, permitirá, se houver vontade política, iniciar em Portugal a aplicação das novas metodologias de avaliação das políticas públicas. Essas avaliações, a concretizarem-se, possibilitarão substanciais ganhos de produtividade e também, o que não é dispensável, uma maior transparência administrativa. Fazemos sinceros votos para que seja possível implementar estes processos, já em 1989.

O Orçamento do Estado representa, do ponto de vista macroeconómico, e pese muito embora as críticas que se possam fazer aqui e além, um importante instrumento de trabalho que é simultaneamente resultante e factor de boa saúde da economia portuguesa.

É, no seu conjunto, merecedor de uma apreciação claramente positiva, pelo que contribui para o saneamento e crescimento da nossa economia. E não deixa de ser significativo que as intervenções da oposição não infirmaram esta nota nem esta convicção. É, assim, convicto dos benefícios que traz ao país, que lhe dou o meu voto e penso que merece inteiramente a nossa aprovação.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formularem pedidos de esclarecimento, inscreveram-se os Srs. Deputados Herculano Pombo, Gameiro dos Santos e Domingos Azevedo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Deputado Rui Machete, certamente temos ideias diferentes quanto à noção da construção da Europa, quanto ao processo de integração europeia e também teremos apreciações diferentes quanto ao estilo literário do texto das GOP, mas pareceu-me que temos um ponto em comum que será o do reconhecimento da importância das Grandes Opções do Plano como sendo um instrumento fundamental na definição de qualquer política. Pareceu-me entender esta opinião no seu discurso.

Seendo assim, perguntar-lhe-ia por que razão resolreu o Sr. Deputado fazer de conta que são 10 horas da manhã e que o discurso de abertura desde debate terá sido o do responsável do Plano. Por outras palavras, qual é a sua explicação para o facto de, mais uma vez, num debate sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado, aquelas não terem sido objecto de prioridade? Por que razão este debate tem sido feito, mais uma vez, «aos bochechos», como «quem apanha um comboio em andamento» e, implicita e explicitamente, ninguém tem reconhecido às Grandes Opções do Plano o mérito e o papel importante que deveriam ter na definição da nossa política? Qual é a sua explicação para isto, Sr. Deputado?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gameiro dos Santos.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Sr. Deputado Rui Machete, referindo-se ao consumo privado, a dado passo, V. Ex.^a disse que o nível deste vai depender do nível dos salários e da carga fiscal em 1989.

Sabendo-se que a redução do consumo privado é uma das preocupações do Governo, gostaria de perguntar a V. Ex.^a se isso não irá somente ser possível, à custa de uma política restritiva dos salários ou, então, à custa de uma política de agravamento da carga fiscal para as famílias portuguesas.

A segunda questão é relativa à afirmação do Sr. Deputado, a dado passo da sua intervenção, de que as taxas de juro dificilmente poderão baixar em 1989.

Assim, sabendo-se que muitas das empresas portuguesas, designadamente as pequenas e médias empresas, se debatem com problemas muito graves de ordem económico-financeira, aliás associados ao corte brutal que, já em 1988, se verificou no crédito, como é que V. Ex.^a consegue conciliar aquela sua afirmação com a necessidade — julgo que tida como imperiosa por todos nós — de consolidação económico-financeira das empresas portuguesas, nomeadamente tendo em conta a aproximação da entrada em vigor do Mercado Único Europeu?

Entretanto, assumiu a Presidência a Sr.º Vice-Presidente, Manuela Aguiar.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Azevedo.

O Sr. Domingos Azevedo (PS): — Sr. Deputado Rui Machete, ouvi com atenção a sua intervenção e vi que V. Ex.^a veiculou a ideia da necessidade de reforma da sociedade portuguesa e a integração europeia ser feita em bases novas.

Pelo que conhecemos, embora V. Ex.^a não o tenha abordado especificamente na sua intervenção, gostaria de lhe fazer duas perguntas concretas para as quais só terá duas respostas: sim ou não.

Em termos da tão propalada reforma fiscal, que até hoje ainda ninguém conhece em pormenor, embora tenhamos algumas ideias com base em anteprojetos já apresentados pelo Governo, entende V. Ex.^a que estamos perante uma efectiva reforma fiscal? Ou não será que estamos, única e simplesmente, perante a reforma dos papéis e não — muito menos! — perante a reforma da mentalidade fiscal que tem que começar pelos próprios órgãos do Governo?

Ao lermos o referido anteprojeto, não vemos nenhuma inversão de valores, em termos de interpretação do relacionamento entre um Estado, credor de um imposto, e um contribuinte, pagador de um imposto. De facto, detectamos a mesma excessiva carga da vertente económica e financeira do imposto, em preterição do relacionamento de direito entre um Estado-credor e um contribuinte-devedor.

Em face desta reforma fiscal, que conhecemos pelos anteprojetos, podemos afirmar com toda a clareza que não estamos perante uma reforma fiscal mas, apenas, perante «reforma de papéis».

Em segundo lugar, a reforma fiscal, infelizmente, pressupõe, à partida, uma vontade de quem legisla e de quem vai obrigar o contribuinte.

Assim, como é que V. Ex.^a entende, numa reforma fiscal, a continuação do celeberrímo processo da presunção, agora com a denominação diferente de «métodos indiciários»?

Como é que V. Ex.^a entende esta relação do contribuinte indefeso perante a administração, sem poder contestar, os serviços, em termos fáceis, no que respeita à liquidação dos impostos?

Sabe a que é que isto conduz, Sr. Deputado? A manutenção deste espírito fiscal, por parte do legislador, conduz, simplesmente, a que os serviços da administração digam que «a lei confere-nos a faculdade de liquidação, o contribuinte que reclame após a liquidação». Mas esquecem-se de que 70% ou 90% dos portugueses nem sequer sabem como fazer uma reclamação aos Serviços de Administração Fiscal. E, para a conseguirem fazer, grande parte das vezes, têm que recorrer a advogados ou a técnicos altamente especializados.

É este o espírito que não é invertido com a reforma fiscal. E dado que V. Ex.^a fez uma intervenção de grande abertura, em termos de desenvolvimento de sociedade portuguesa, acha que, com esta mentalidade de Estado, estamos perante uma efectiva reforma fiscal? Gostaria de ouvir V. Ex.^a pronunciar-se sobre esta matéria!

A Sr.º Presidente: — Para responder, tem palavra o Sr. Deputado Rui Machete.

O Sr. Rui Machete (PSD): — Começarei por responder ao Sr. Deputado Herculano Pombo dizendo-lhe que, no fundo, a minha intervenção parte de um pressuposto que reputo muito importante e que até julguei que não seria necessário evidenciar.

Se as Grandes Opções do Plano e a proposta de lei do Orçamento do Estado fossem débeis ou de má qualidade, eu teria tido uma grande necessidade, por solidariedade partidária, de sublinhar com cuidado os poucos méritos que teriam e teria sido obrigado a cingir-me apenas a alguns pontos que pudessem produzir melhor impressão. Felizmente, não é assim. De facto, é francamente positivo o juízo global que se pode fazer sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado para 1989, e faço-o com inteira liberdade de espírito.

Esse aspecto permite-me não perder demasiado tempo com algo que é óbvio e que a própria oposição não pôde infirmar. Assim, tentei chamar a atenção para uma questão lá expressa mas que, por vezes, tem sido negligenciada e que é a de que a comunicação social e até alguns políticos têm vindo a perspectivar o problema da inserção de Portugal na Comunidade Económica Europeia como algo de puramente quantitativo e uma benesse permanente que não exige de nós mais do que uma atitude estática e atenta de recebimento do fluxo dos fundos estruturais comunitários.

Justamente por haver uma percepção destas matérias, que me parece profundamente errada, é que abordei este aspecto para que o Plenário atentasse na maneira feliz como, a meu ver, as Grandes Opções do Plano chamam a atenção para aquele problema. Nesse sentido, permiti-me referir a importância da chamada de atenção lá feita.

Não se trava do problema da organização do debate nem, obviamente, de saber como é que o Governo entende definir a sua estratégia para este debate! De resto, não penso que deva existir essa hierarquia de

trabalho, em termos de lhe atribuir o significado que V. Ex.^a lhe deu.

As Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado devem ser, cada vez mais, articuladas e estruturadas. Nesse capítulo, é indiferente que quem abre o debate seja o responsável pela pasta das Finanças ou seja o responsável pelo Planeamento. Importante é que essa articulação exista.

Também tive oportunidade de referir que se fizeram alguns progressos significativos nesse ponto, embora a meu ver — sou sempre insatisfeito! —, estejamos ainda longe de conseguir o resultado óptimo.

Quanto ao Sr. Deputado Gameiro dos Santos, devo dizer que não tenho grandes dúvidas de que é dever do Governo procurar desacelerar o consumo privado e a procura interna em geral: fá-lo no estrito cumprimento do mandato que lhe é conferido, evidenciando o contrário de uma atitude demagógica. Penso que isto deve ser devidamente apreciado. Isto é, em princípio, para os governantes seria sempre mais agradável serem populares e esquecerem as necessidades do País perante os aplausos que pudesssem obter.

Este Governo, como Governo responsável que é, cumprindo o seu dever, não faz assim e entende que, perante a conjuntura, deve agir de modo mais restritivo. Esse é um comportamento correcto e ético.

E é evidente que isto não se faz sem alguns sacrifícios; só que me parece que esses sacrifícios não devem ser exagerados. A desaceleração do consumo privado há-de contar, certamente, como os diálogos no Conselho de Concertação Social em termos de se conseguir uma política salarial que não seja agente e promotora de inflação mas, pelo contrário, coopere nesta tarefa, que é eminentemente patriótica, e também é óbvio que alguma punção fiscal, uma vez que há conjugação de impostos novos e de impostos velhos, permitirá ajustar a conjuntura embora em termos muito menos significativos. Dizê-lo, é dizer uma evidência, por isso devo confessar a V. Ex.^a que não comprehendo porquê o espanto do reparo. Penso é que o Governo que assim se comporta merece uma nota positiva.

No que respeita à taxa de juro, V. Ex.^a tem razão. A minha ideia é a de que vai ser difícil uma diminuição da taxa de juro face à pressão que as necessidades de financiamento público colocam. E eu sublinhei que a política económica do Governo não é fácil, não é invejável, penso eu, a tarefa do Ministro das Finanças — esse lugar é sempre difícil, por isso mesmo é que é ocupado por gente competente e capaz. Portanto, penso que V. Ex.^a terá de compreender que essa dificuldade é real, de resto ela é reconhecida no próprio Relatório do Orçamento e que coloca algumas questões que importará ilucidar neste debate justamente porque o crédito ao sector privado ao aumentar uma percentagem pequena — julgo que vai aumentar na ordem dos 5% — obrigará a uma selectividade e a um rigor que, naturalmente, terão de ser de extrema exigência. Trata-se, porém, de algo que é requerido pela política económica e que faz parte da realidade das coisas, portanto, não há volta a dar-lhe.

O Sr. Deputado Domingos Azévedo fez-me várias perguntas em matéria de reforma fiscal, justamente sobre um aspecto que eu disse que não iria tratar porque já tive ocasião de me debruçar sobre ele quando fizemos aqui na Assembleia um longo debate aquando da aprovação da Lei de Bases da Reforma Fiscal.

Limitar-me-ei a responder-lhe que julgo estarmos numa primeira fase de reforma fiscal. O Governo teve ocasião de aprovar os decretos-leis no uso da autorização legislativa que lhe foi concedida pela Assembleia. Não sei mesmo se já foi feita a sua promulgação mas espera-se que a sua publicação será realizada em breve.

É cedo para dizer que não haverá mudança de mentalidades. Tanto quanto sei existe uma cuidada preparação da Direcção Geral das Contribuições e Impostos, há já uma modificação na mentalidade dos funcionários ou espera-se que ela exista, falta-nos uma segunda fase, um segundo caminho sobre o qual os juízos de prognose são difíceis de fazer, de como é que se vai alterar o comportamento dos contribuintes e como é que os contribuintes vão reagir ao comportamento dos agentes fiscais. Eu faço sinceros votos para que essa alteração das mentalidades seja de acordo com aquilo que foi projectado quando se estudaram as alterações estruturais ao nosso sistema fiscal. Não tenho a certeza de que assim aconteça, mas o Governo e a Assembleia deverão estar atentos à maneira como as coisas se irão processar.

Um ponto que V. Ex.^a referiu — e para o qual me parece que o Governo tem de estar extremamente atento —, é que as garantias dos contribuintes não poderão diminuir. E aquilo que está a ser projectado em termos de uma modificação do Código do Processo das Contribuições e Impostos, se for bem feito, deverá contribuir para que essas garantias aumentem e sejam efectivamente implementadas. Também sobre este assunto não lhe posso dar outra opinião senão a de que aguardo serenamente que as propostas sejam apresentadas, que os projectos sejam desenvolvidos e porque o trabalho que até aqui tem sido realizado tem sido um trabalho sério e legítima a expectativa de que essas propostas não nos desiludam.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Natália Correia.

A Sr.ª Natália Correia (PRD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Desconcertante é a desconexão do Orçamento no que toca a Educação, a Cultura e a Investigação e Desenvolvimento (ID) e as GOP alicerçadas numa estratégia que articula num projecto nacional visando 1992 — as Grandes Opções do Plano (GOP) que alcançam 1989-1992 e as Grandes Opções do Plano para 1989. Assenta-se, e justamente, na filosofia de concentrarem-se especiais esforços na componente educativa, para enfrentar o impacto da integração. O que se observa, porém é o seguinte: o Orçamento do Estado cresceu 15,8 por cento, a Educação 16,7 por cento, o que não é nenhum reforço do peso da Educação no total. Note-se ainda que as despesas totais de investimento cresceram 24,3 por cento enquanto as de investimento da Educação se ficaram por 7,3 por cento, ou seja, menos de um terço do crescimento total.

Finalizando esta análise dos números e juntando o orçamento do funcionamento com os investimentos, conclui-se que o peso da Educação nas despesas totais é de 12,8 por cento, justamente o valor do ano anterior. É então com estes números que se realizará o projecto nacional que dá prioridade à Educação? Com tais

recursos não conseguiremos superar os desequilíbrios educativos que nos inferiorizam no contexto comunitário.

Outra prioridade estratégica inserida no objectivo de 1992 é a Investigação e Desenvolvimento. Entende-se, porém, nas GOP que os financiamentos à ID deverão ser feitos através das empresas e das Universidades, devendo os Institutos e Laboratórios do Estado procurar receitas próprias para financiarem as suas actividades de investigação. Esta orientação, além de condicionar à destruição organismos onde a ID está desde há muito implantada e por vezes com óptimos resultados, ao reforçar a componente ID nas Universidades, o que é necessário desde que doseado com a componente ensino, já deu sinais de se exercer em detrimento da actividade docente. E para encobrir o desinteresse pedagógico tornando os «cursos difíceis», debitando grandes quantidades de matéria e praticando questionáveis formas de aferição de conhecimentos, tal é o resultado que leva os alunos sentirem-se desorientados sem qualquer acompanhamento dos professores. E já dessas nocivas consequências do sacrifício do ensino à investigação temos a prova na recente criação na Universidade Nova de Lisboa de um gabinete de psicologia para ajudar os alunos em situação psíquica difícil. Por certo não implicaremos o Governo neste processo em que só a autonomia de uma Universidade responsável pela situação psíquica dos seus alunos pode responder. Mas voltando às GOP não está o Governo isento de responsabilidades nas más condições de ensino que tendem a alienar os alunos, ao privilegiar as actividades de investigação dos docentes, relativamente aos investigadores de carreira, incitando a um desvio do exercício docente numa Universidade que assim se esquece dos seus alunos. Não é com este desleixo no ensino que ganharemos a aposta das GOP na educação na marcha para 1992.

E finalmente feitas as contas, no domínio da Investigação e Desenvolvimento, os 0,5 por cento do PIB em que rondará o nosso total de gastos em ID, segundo as estimativas deixam prever para 1989, situa-nos, a par da Grécia no escalão mais baixo numa comunidade científica em que os países desenvolvidos gastam à volta de 2 por cento.

Mas derivando para a Cultura reconhece-se, e justamente nas GOP, no âmbito do projecto nacional visando 1992 que o primeiro dos símbolos reais de identidade nacional é a cultura e nesta óptica privilegiam-se uma série de actuações entre as quais a formação artística, nomeadamente o bailado. Contudo o triste folhetim das vicissitudes a que tem estado exposta a Escola de Dança de Lisboa, remetida, à falta de instalações para um albergue da Misericórdia de Lisboa quando o Ministério da Educação dispõe de verbas para aquisição de local apropriado e sujeita por despacho ministerial a reduções curriculares como expediente de falsa solução, é um lastimável exemplo do desinteresse pela formação artística com que haveremos de competir culturalmente no espaço europeu. É que o Governo subestima o facto capital de que o grande choque de 1992 será de ordem cultural. Só assim se explica que na cultura o crescimento atinja apenas 11,4 por cento o que é menos de metade do crescimento do total das despesas de investimento, só assim se explica que o peso da Cultura nas despesas totais desça de 3,6 em 1988 para 3,4 em 1989. Só assim se explica, em suma, que o peso do orçamento da cultura no Orçamento do

Estado se mantenha longe do limite mínimo desejável de 1 por cento, ficando-se por uma mera gestão de escassez de meios financeiros insignificantes, não só para satisfazerem as crescentes necessidades que se apresentam em todos os domínios como, para dar expressão satisfatória à difusão da cultura portuguesa na área da CEE e às relações com os países africanos de expressão portuguesa. Esquece-se que as indústrias culturais que têm muito a ver com as modernas formas de comunicação audiovisual vão ser sujeitas a um grande impulso de massificação. Rendermo-nos a essa invasão é perdermos a essência das nossa soberania. Esquece-se que na livre circulação de bens e serviços culturais ficaremos esmagados pela hegemonia dos países mais fortalecidos culturalmente para a competitividade se não se produzir o melhoramento das condições de vida e de trabalho dos nossos artistas e intelectuais.

Tais são as realidades que o Orçamento do Estado desfasado da filosofia que as GOP aplicam à meta de 1992, ignora. Ignora-as pela mesma ordem de política aberrante em termos eurocomunitários que, leva o Governo a travar a liberalização da rádio que devia ser incentivada, que o leva a favorecer o amadorismo e a despromover o profissionalismo, afugentando a formação de grandes grupos nacionais, no que fatalmente atrairá a penetração dos potentados europeus da comunicação social a partir de 1992.

Esta desmobilização cultural desafinada do projecto nacional que empolga as GOP inspira-nos o receio de que a construção dessa Europa de 1992, encarada como a mais importante vitória política das últimas décadas deste século europeu, se volva num desastre cultural que deixará laceradas a nossa identidade e a nossa soberania.

Aplausos do PRD, do PSD e do deputado Raul Castro (Indep.).

A Sr.º Presidente: — Estão inscritos para pedir esclarecimentos os Srs. Deputados Herculano Pombo Sequeira, José Cesário e Carlos Lélis.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo Sequeira.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Muito obrigado Sr.º Presidente pela alteração do meu nome. Eu e a Sr.º Presidente sabemos porque.

Risos: — Vamos fazer o mesmo e é isso que estou a fazer. Sr.º Deputada Natália Correia, a Sr.º Deputada começou por classificar de desconcertante a verba atribuída ao sector da educação. Antes de mais, quero suster a Sr.º Deputada porque é do domínio público que não são as verbas que fazem a educação dar saltos qualitativos, todos sabemos que é o leite escolar que propicia o rendimento nas escolas e que, de facto, é a melhor forma de lutar contra o insucesso escolar, portanto, estejamos tranquilos que não é pelo facto de o Orçamento para o sector da educação não subir rigorosamente nada, ou melhor, subir 0,1%, que os programas de insucesso escolar e a alfabetização do País vão ficar em causa. Por outro lado, também sabemos que o leite escolar vai passar a vir directamente da Comunidade, pelo que, usando uma metáfora, diria que as nossas crianças vão passar a mamá directamente na teta europeia. Portanto, quanto a isso, estamos garantidos!

Mas, pelo sim pelo não, coloco-lhe a seguinte questão porque sei que a Sr.º Deputada tem dados que me poderá fornecer: em seu entender quais poderão ser os impactos para a nossa juventude no paraíso da CEE, em 1992, com a carga de analfabetismo absoluto que possuímos, e com a carga de analfabetização funcional que nem sabemos qual é mas que de facto temos? Que nos poderá acontecer se lá apareceremos no paraíso com estas duas cargas?

A Sr.º Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Cesário.

O Sr. José Cesário (PSD): — Sr.º Deputada Natália Correia, V. Ex.º põe em causa a prioridade de que este Governo atribui à educação e à investigação científica invocando, porventura, alguns dados, alguns argumentos que acha por úteis, por bons.

Devo dizer-lhe, Sr.º Deputada, que há que corrigir neste momento essa perspectiva e há que a corrigir, sobretudo se atendermos ao esforço que o actual Governo tem vindo a fazer para implementar uma política global no sector da Educação e no sector Cultural que responda efectivamente aos anseios das nossas populações, aos anseios dos agentes educativos em geral. Se recordarmos convenientemente o que acontecia no Orçamento do Estado de há dois anos, em que o sector da Educação tinha prevista uma verba global de 197 milhões de contos, e se antendermos a que neste momento a previsão dessa verba é de 314 milhões de contos com certeza que não poderemos pôr em causa a prioridade que o Governo atribui à área educativa.

V. Ex.º refere, também, a verba que é destinada à área da Investigação Científica no actual Orçamento, e eu lamento que o faça sobretudo quando ignora o próprio parecer do Conselho Nacional do Plano relativamente às GOP, parecer esse que releva claramente da importância da investigação científica sobretudo a um nível como este Governo a encara.

Gostaria de lhe recordar que, no âmbito da educação, a investigação cresce cerca de 19,3%. Gostaria de lhe recordar também que o orçamento da rubrica ciência e tecnologia passa, em percentagem do PIB, de 0,53% para 0,68%. Isto são dados que não podemos escamotear, são dados que, efectivamente, não podemos esquecer e muito menos, Sr.º Deputada, acho correcto que se ponha em causa uma concepção diferente da Universidade que porventura hoje possamos desenvolver. Se se pretender que a Universidade descubra novas fontes de financiamento, se esta própria Assembleia da República deu a autonomia à Universidade porque não reconhecer a essa Universidade a possibilidade de desenvolver a sua criatividade, a possibilidade de desenvolver os seus financiamentos recorrendo a esquemas diferentes daqueles que são os tradicionais, daqueles que são ortodoxos? Julgo, Sr.º Deputada, que não podemos ser conservadores também nesta matéria.

Aplausos do PSD.

A Sr.º Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lélis.

O Sr. Carlos Lélis (PSD): — Sr.º Deputada Natália Correia e minha amiga, os pitagóricos diziam que nada havia mais belo do que os números, mas creio que

quando falavam dos números não pensavam no Orçamento do Estado. A Sr.ª Deputada Natália Correia falou de números e apresentou-os com a sua crueza e com o empenhamento da sua própria figura cultural.

Com 10 milhões e meio de contos a Secretaria de Estado da Cultura beneficia de uma escassa margem de aumento relativamente a 1987. Parece que o estudo que nós fizemos, e até, talvez, em troca de impressões em conjunto, revela um sentido de expansão — que nós desejámos evidentemente ver incrementado — no peso relativo do seu orçamento quando comparado com o PIB dos anos anteriores. Para atender, portanto, às solicitações de criatividade, de fruição e de divulgação eu concordarei com a Sr.ª Deputada, aqui da minha bancada, que não são de esperar milagres de atendimento por parte da Secretaria de Estado da Cultura com as dotações que recebe.

No entanto, será bom lembrar, a título de compensação, para nós, empenhados nestes assuntos da cultura, que para a área da cultura convergem outras rubricas que estão distribuídas, talvez mesmo diluídas, por outros ministérios e departamentos do Estado — o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações, a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, a Secretaria de Estado da Juventude — numa apreciação global, integrada, de actividades a desenvolver. Procurarei ter probidade intelectual suficiente para, no entanto, o reconhecer, antecipando-me à réplica da Sr.ª Deputada, que nesta dimensão do denominador cultural que queremos apreciar é verdade que estão inscritas, nessa diluição por outros departamentos, iniciativas cuja vertente principal não será verdadeiramente cultural mas possivelmente lúdica.

Mas a minha pergunta, Sr.ª Deputada, depois desta breve introdução de entendimento e de aproximação, tem a ver com uma pergunta de um outro Sr. Deputado da oposição que eu me permito citar. O Sr. Deputado António Barreto, que felizmente está na Sala o que me permite citá-lo com à vontade, teria dito numa das nossas reuniões de trabalho, muito espontaneamente, eu diria que talvez quase prosaicamente, eu diria que talvez quase embarracadamente: «nisto da cultura que havemos nós de fazer, pedir mais dinheiro ou pedir mais coisas?»

E é precisamente sobre esta pergunta do Sr. Deputado António Barreto, que eu comprehendo no contexto de trabalho em que nós estávamos, que eu perguntaria à Sr.ª Deputada, em relação às críticas que possamos fazer à área da cultura, se na verdade não há um bocadinho de facilidade em mostrarmos a nossa insatisfação na medida em que estamos nitidamente numa área de desejo — essa a da cultura — numa área de desejo em que o «estado-pai» nós não o queremos e menos ainda um «estado-patrão». Para a cultura teremos de encontrar alternativas de financiamento que não aparecem ditas nas declarações de voto que aqui tenho dos vários partidos representados na Comissão a que pertenço. Curiosamente, talvez, reconheço, pela pressa com que foram feitas as declarações de voto, os partidos que as subscreveram — o PS, o PCP, Os Verdes — debruçaram-se exclusivamente sobre Educação e nenhuma deles, na sua declaração de voto, se debruçou sobre a Cultura.

Neste sentido é de cumprimentar a Sr.ª Deputada Natália Correia por ter trazido a voz da oposição a

essa mesma insatisfação. No entanto, perguntar-lhe-ia: que pensa a Sr.ª Deputada sobre esse dilema, sobre essa dicotomia? Para a Cultura vamos pedir mais dinheiros ou mais coisas? Essa área de insatisfação e de desejo não serão de manter? É que o desejo e a insatisfação são incômodos, mas na cultura têm um preço, são um valor e creio que são mesmo, culturalmente, a sua prorrogativa.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada, Natália Correia.

A Sr.ª Natália Correia (PRD): — Sr. Deputado Herculano Pombo, não sei se a CEE será precisamente um paraíso! Tenho dúvidas quanto a isso, até porque os paraísos não se constroem com visões meramente económistas. Os paraísos implicam uma dimensão espiritual que vejo bastante arredada da CEE. Mas se entrarmos num paraíso económico é evidente que entraremos como pedintes. Pelo menos, é esta a minha opinião!

— Sr. Deputado José Cesário, o seu optimismo fica-lhe muitíssimo bem. É um optimismo sitacionista, está no seu lugar, na sua posição... Enfim, há outras pessoas que podem pertencer ao partido do Governo e não serem tão veemente optimistas! É o caso do Sr. Deputado Rui Machete, em que louvo a lucidez, a independência e o espírito de liberdade!

No capítulo da Educação citarei factores que deprimentem o projecto de fortalecer a componente educativa, que era muito relevante nas GOP: grande número de universidades tem que ir buscar aos investimentos verbas para o seu funcionamento.

Além disso, certamente que o Sr. Deputado terá ouvido dizer ontem na comissão — creio que estava presente — que o estatuto remuneratório dos professores está degradado, obrigando-os, inclusivamente, a venderem as próprias roupas para sobreviverem...

Vozes do PSD: — Oh! Oh!

O Orador: — Os Srs. Deputados que estavam presentes na comissão ouviram tanto como eu! Se estão a chamar mentirosos aos professores tomem a responsabilidade disso, eu não tomo!

Quando se fala em roupas pretendem-se referir os trapos velhos; há por aí muita miséria com necessidade de comprar trapos velhos!

Como estava a dizer, o estatuto remuneratório dos professores está degradado. O Orçamento não contempla as carreiras de docentes com aumentos de verbas. Aliás, os Srs. Deputado terão ouvido dizer da boca dos professores que eles se mostravam indisponíveis para colaborarem em qualquer reforma educativa, e a verdade é que sem o concurso dos professores, sem essa colaboração, parecê duvidoso que sejam atingidos os objectivos das GOP, que é no sentido de reforçar a componente educativa.

Em relação à investigação e ao desenvolvimento, é evidente que os números são aliciantes, mas, por vezes, os números não são tudo; há factores de ordem estrutural. Aliás, chegam-nos notícias de que num recente documento de trabalho utilizado pelo Governo, onde se faz um levantamento da situação da ciência e da tecnologia portuguesas, diz-se que é particularmente

preocupante o investimento em ID, devido à fraqueza estrutural da nossa investigação, cuja debilidade tem ausências, como laboratórios, bibliotecas e outras infra-estruturas, só aumentarão o atraso com que Portugal parte para enfrentar os avanços da comunidade científica europeia.

Em relação àquilo que foi questionado pelo meu querido amigo co-insular Lélis...

Risos.

...quero destacar um aspecto muito importante, que é a questão do mecenato. Como sabe, a tradição da cultura portuguesa reposou sempre no mecenato através dos séculos.

Simplesmente, creio que hoje há uma contradição entre essa tradição e talvez a não disponibilidade dos nossos empresários para a continuarem. Portanto, ela tem que repousar, necessariamente, numa política do Estado e terá que ser este a resolver os problemas culturais.

Se quisermos ter uma visão realista nesta questão devemos ler a comunicação da comissão responsável pela ação cultural transmitida ao Conselho e ao Parlamento Europeu, contendo um programa-quadro para 1988/1992. Veja-se, por exemplo, o que lá se diz sobre a promoção da indústria audiovisual europeia e o que neste campo se projecta fazer sobre a circulação de indústrias culturais comunitárias; veja-se também o que lá se diz sobre a necessária melhoria do trabalho e do nível de vida dos artistas. O que é que estamos a fazer para marcar uma presença neste novo universo da difusão cultural? Absolutamente nada!

Não quero dizer que neste campo não haja um certo esforço por parte do Governo. Simplesmente não chega! Tudo o que seja menos de 1% para a cultura é absolutamente inexpressivo para realizar o tal projeto nacional a que se referem as GOP e com o qual estou de acordo, mas que tem como essência a cultura. É isto o que tenho para dizer, Sr. Deputado. Chega?!

Risos.

Claro que não chega, estamos num país onde nada chega, e ainda bem! Somos um país de insatisfeitos, o que quer dizer que somos um país de criadores!

Vozes do PRD: — Muito bem!

A Sr.º Presidente: — Srs. Deputados, antes de continuarmos, gostaria apenas de explicar por que é que há pouco mencionei o nome completo do Sr. Deputado Herculano Póimbo Sequeira. Na verdade, o apelido Sequeira é adquirido pelo casamento, e mencionei-o porque não queria diminuir o seu significado.

Vai proceder-se à leitura de um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos.

Foi lido. É o seguinte:

Relatório e Parecer da Comissão de Regimento e Mandatos

Em reunião da Comissão de Regimento e Mandatos realizada no dia 23 de Novembro de 1988, pelas

15 horas, foi observada a seguinte substituição de deputado:

1 — Solicitada pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata (PSD):

Rui Manuel de Sousa Almeida Mendes (Círculo Eleitoral de Lisboa), por Armando Manuel Pedroso Militão. Esta substituição é pedida nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 3/85, de 13 de Março (Estatuto dos Deputados), para os dias 22 de Novembro corrente a 6 de Dezembro próximo, inclusive.

2 — Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções considerando a ordem de precedência da respectiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido partido no concreto círculo.

3 — Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

4 — Finalmente a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

Os Secretários: João Domingos F. de Abreu Salgueiro (PSD) — Álvaro José Rodrigues de Carvalho (PSD) — Dâniel Abilio Ferreira Bastos (PSD) — Domingos da Silva e Sousa (PSD) — Fernando Monteiro do Amaral (PSD) — João Grânja Rodrigues da Fonseca (PSD) — José Augusto Santos da S. Marques (PSD) — José Guilherme Pereira C. dos Reis (PSD) — José Luis Bonifácio Ramos (PSD) — Luis Filipe Garrido Pais de Sousa (PSD) — Manuel António Sá Fernandes (PSD) — Reinaldo Alberto Ramos Gomes (PSD) — António de Almeida Santos (PS) — Carlos Cardoso Lage (PS) — João Barroso Soares (PS) — Herculano da Silva Pombal M. Sequeira (PV) — João Cerveira Corregedor da Fonseca (Indep.).

A Sr.º Presidente: — Srs. Deputados, vamos votar. Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr.º Presidente, peço a palavra para fazer uma interpelação à Mesa.

A Sr.º Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr.º Presidente, sob a forma de interpelação à Mesa, gostaria de dar conhecimento à Assembleia e ao próprio Governo, em especial ao Sr. Ministro da Administração do Terrório, de algo que reputo extremamente grave e que me leva a usar esta figura da interpelação — espero que a Câmara, o Governo e a Sr.º Presidente compreendam.

Acabo de ter conhecimento de que esta manhã a EDP, sem pré-aviso, cortou o fornecimento de energia eléctrica a três freguesias de Valongo, com consequências que são extremamente graves, quer para as populações, quer para as empresas, funcionando muitas delas para a exportação.

O Sr. Silva Marques (PSD): — A que título vem essa interpelação, Sr. Deputado? Isso é inaceitável, é inconcebível!

O Orador: — Portanto, fê-lo sem pré-aviso, fê-lo depois de ter confirmado a ausência do Presidente da Câmara que se encontra no estrangeiro, e fê-lo sabendo que amanhã a Câmara reunia para decidir sobre o protocolo com a EDP, utilizando métodos de pressão e de chantagem sobre a Câmara que são considerados inaceitáveis.

Protestos do PSD.

Srs. Deputados, a única pessoa que me pode mandar calar nesta Câmara é a Sr.^a Presidente, que até agora me permitiu falar porque talvez tenha consciência da gravidade deste problema...

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado, a figura régimental da interpelação à Mesa está, obviamente, desviada do seu objecto.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Quem devia ficar com a luz cortada era o PS!

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, encontram-se entre nós um grupo de 40 alunos do Instituto Superior de Economia de Lisboa, a quem dirijo uma cordial saudação.

Aplausos gerais.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Sr.^a Presidente, dá-me licença?

A Sr.^a Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Sr.^a Presidente, pelas informações que tenho, quem estava inscrito a seguir para usar da palavra era o Sr. Ministro do Plano e da Administração do Território.

A Sr.^a Presidente: — Sr. Deputado, a indicação que tenho é a de que ainda não tinha havido nenhuma intervenção do CDS...

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Sr.^a Presidente, tenho a informação de que o Sr. Ministro tem compromissos inadiáveis e, porventura, isto pode-lhe causar prejuízos, tanto mais que o CDS ainda não se tinha inscrito para usar da palavra.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (António Capucho): — Sr.^a Presidente, peço a palavra para informar que o Governo não vê nenhum inconveniente na troca!

A Sr.^a Presidente: — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Sr.^a Presidente, Srs. Ministros: A quem agradeço a amabilidade em relação à intervenção, particularmente ao Sr. Ministro

dos Assuntos Parlamentares. Srs. Deputados: Confesso que intervinho neste debate sobre o Orçamento sob a influência do que ontem o País teve oportunidade de escutar sobre o papel da oposição e as possibilidades que neste momento lhe estão guardadas no desenvolvimento da vida política nacional. Devo ainda confessar que também o faço um pouco sob a influência do talvez exagerado formalismo com que os Srs. Deputados da maioria do PSD acolheram esta intervenção espontânea, eleitoral do Sr. Deputado Lopes Cardoso.

Felizmente que neste contexto surgiu um elemento positivo: na abertura do debate, o Sr. Ministro das Finanças fez aqui um desafio à oposição e à Assembleia em geral para apresentarem propostas de alteração da proposta de lei do Orçamento do Estado. Infelizmente, a natureza positiva desta novidade ficou-se por aqui!

Na realidade, o Sr. Ministro delimitou de tal modo as propostas que nos convidou a fazer, que notificou a ideia de que não pretendia propostas políticas, mas apenas de um passo uma Assembleia política numa Câmara de consulta a quem o Sr. Ministro — que não se encontra presente neste momento — confiaria, com agrado, a tarefa de aperfeiçoar tecnicamente opções políticas já tomadas com a vantagem de obter, em simultâneo, a corresponsabilização de outras forças políticas.

Com efeito, as relações, tal como têm decorrido entre o Governo e a Assembleia, incluindo a própria maioria, são predominantemente relações de exclusão, com o Parlamento a ser encarado sobretudo como local de passagem obrigatória, mera formalidade a cumprir, e nada mais.

Esta indisponibilidade para ouvir verdadeiramente o Parlamento está a descharacterizar o regime e a desvalorizar o papel da Assembleia com um destaque, é certo, para o papel da oposição, mas com inevitáveis reflexos na maioria enquanto partido político autônomo.

Um Governo que se recusa a ouvir a oposição, aliado à situação de uma maioria que se não faz ouvir, diminui, aos olhos do País, o papel da Assembleia e canaliza o descontentamento e a crítica para formas diferentes de expressão, porventura mais eficazes aos olhos do público. Ontem falavam-nos disso os ilustres comentadores políticos que debateram a situação!

Infelizmente, o Governo e a maioria parecem preferir dialogar sob a ameaça de um conflito do que sustentar um debate parlamentar com espírito de aberturas perante as posições divergentes aqui manifestadas pela maioria ou pela própria oposição, ou melhor, ao contrário, pela oposição ou pela própria maioria.

Tivemos e temos já claros exemplos de que assim é, com o Governo firme na Assembleia, numa atitude com as suas conotações marialvas, para ceder na negociação com estruturas corporativas. Como aqui está presente o Sr. Ministro do Comércio e Turismo, aproveito para dizer que li há meses um artigo seu com algumas ligações a esta matéria, e creio que não é assim que se defende democraticamente o interesse geral. Antes pelo contrário!... Esperamos que não venham VV. Ex.^{as}, Governo e maioria, a arrepender-se desta estratégia mais cedo do que pensam!

Nós, CDS, estamos sempre disponíveis para o diálogo e, concretamente no que a este debate se refere, estamos disponíveis para participar activamente com propostas políticas e não com propostas técnicas, o que

de resto consideramos não ser o mesmo possível no contexto do nosso Parlamento. Temos ainda bem presente na memória o que aqui se passou com o imposto petrolífero em 1986 para não perdermos com facilidade o sentido da justa medida da intervenção parlamentar.

E, mais do que isso, estamos inteiramente disponíveis para debater com o Governo e com todos os deputados desta Câmara a questão da possibilidade da redução do défice sem comprometer a preparação do País para os desafios de 1992.

Trata-se, sobretudo, em nosso entender, de empreender uma reforma profunda da estrutura e método de funcionamento da Administração Pública e de reduzir rapidamente a extensão do envolvimento do Estado na economia.

Como desenvolver esta proposta política é questão para ser tratada em conjunto, combinando as nossas ideias e as nossas sugestões com o apoio dos meios técnicos que informam e apoiam o Governo.

E não somos os que neste domínio têm vindo a fazer propostas incoerentes: como VV. Ex.^{as} sabem, sempre nos batemos aqui pela redução do défice, mas obtido através da redução da despesa. Nunca cedemos à facilidade das propostas de incremento da despesa.

Alinhemos, sim, e VV. Ex.^{as} também o sabem, ao lado dos que pretendem diminuir a carga fiscal, no entendimento de que para o seu nível de rendimentos, os portugueses suportam já impostos a mais, e enquanto assim for, não se sentirão estimulados a envolver-se activamente nas tarefas de modernização e mudança a que tem que sujeitar-se a nossa estrutura produtiva, enquanto assim for e enquanto os meios de financiamento forem canalizados para o sector público da economia.

Aqui deixo o desafio, com a boa fé que sempre o CDS colocou nas suas intervenções.

Boa fé que colocamos também em relação a uma outra questão que consideramos fundamental e que, a ser resolvida, contribuiria, de modo decisivo, para sublinhar a importância da intervenção da Assembleia no debate orçamental.

Estou a referir-me aos pressupostos de base de que parte toda a construção do Orçamento e, em especial, à projecção respeitante à inflação esperada para 1989. Bem sei que se trata de inflação esperada, Srs. Deputados, mas o que pretendo é que haja um entendimento de base sobre os fundamentos dessa projecção para que o Orçamento deixe de ser um trabalho de ficção político-social e passe a ser uma previsão assente em dados comumente aceites.

Que adianta discutir incrementos ou contracções avaliados em função de uma taxa de crescimento dos preços que de antemão sabemos não assentar em bases sólidas e que por isso não é credível?

Tudo fica distorcido e sem sentido, e o povo, que com facilidade se apercebe disso mesmo, acumulará razões de indiferença face a este debate orçamental.

É por isso que conferimos tão grande importância ao elemento inflação. Por isso, e porque sabemos que se trata de factor decisivo para o quotidiano dos nossos representados. Uma inflação a crescer a taxas superiores às previstas é um imposto a mais a absorver rendimentos dos portugueses, um novo desincentivo à poupança e um novo impulsor do consumo. É, finalmente, algo que, ao invés de nos aproximar, nos afastará do conjunto de reformas que, no âmbito da

política monetária e cambial, são essenciais à preparação do Mercado Único de 1992.

Estranhamos, aliás, que um Governo, presidido por um homem que afirmou os seus créditos de político quando como ministro da AD conseguiu inverter a marcha da inflação, consinta agora, em desvalorizar ao sabor da conjuntura tal objectivo.

O que queremos, portanto, Srs. Ministros, Srs. Deputados, é um Orçamento que comece a contribuir seriamente para a diminuição da dívida pública e que seja construído sobre dados da evolução económica aceites por todos. E queremos também um Orçamento que seja em si um espelho do respeito pela Constituição e pela lei, aceitando, Governo e Assembleia, que as regras de enquadramento orçamental, embora aprovadas por lei ordinária, constituam balisas permanentes para a nossa actuação enquanto responsáveis pela elaboração do Orçamento.

É por isso que também nos manifestamos disponíveis para introduzir no Orçamento as correções necessárias ao cumprimento integral da decisão do Tribunal Constitucional sobre o Orçamento de 1988.

Não podemos, com efeito, continuar a exceder-nos em argumentos puramente formais para evitar o cumprimento rigoroso do decidido.

Foi lamentável, já o dissemos, não ter aproveitado já a alteração ao Orçamento de 1988 para mostrar o nosso respeito pelo Tribunal, a que cabe a fiscalização do cumprimento da nossa lei fundamental.

Desastroso seria, porém, ficar a aguardar a publicação do Acórdão para deixar passar um novo Orçamento com os mesmos vícios do anterior. A nossa disponibilidade para colaborar em obra correcta e acertada traduzir-se-á aqui muito simplesmente em requerer ao Presidente da Assembleia da República que solicite ao Presidente do Tribunal o envio da parte em falta do Acórdão (fundamentação e votos de vencido para descanso do Governo e de alguns Srs. Deputados da maioria).

E não posso deixar de salientar que o CDS está nesta matéria tanto mais à vontade quanto é certo não ter colaborado na assinatura do pedido de inconstitucionalidade.

A questão, porém, é que estão em jogo aspectos importantes da proposta que começamos hoje a discutir e que têm a ver não apenas com as célebres operações de tesouraria, mas também com o projectada revisão do Estatuto da Função Pública, incluindo a sua parte remuneratória.

Infelizmente, porém, não é só de inconstitucionalidade que se trata mas, também, de desrespeito pelas regras de enquadramento orçamental (o que talvez deva considerar-se mesmo uma espécie de inconstitucionalidade).

É o caso, em nosso entender, da reactivação do Fundo de Regularização da Dívida Pública e da criação do Fundo de Estabilidade da Segurança Social que põem em causa as normas da unidade e da universalidade orçamental, bem como a proibição da consignação de receitas equivalendo a uma autêntica duplicação do Orçamento, que passará, nesta medida, a escapar ao nosso controlo.

Mas, no que respeita à estabilização da Segurança Social, a questão é mais grave, pois a proposta não vem acompanhada das explicações necessárias sobre a situação da Segurança Social que habilitem a Assembleia a decidir com consciência.

Porquê a necessidade de estabilização se é certo que o Orçamento do Estado não suporta ainda aquilo que lhe cabe em matéria de Segurança Social, ou seja, a cobertura, na totalidade, do regime não contributivo e da acção social? Há dados sobre o futuro que justifiquem a necessidade da estabilização? E se há, trata-se do futuro próximo ou longínquo? Estão já mediados os efeitos das últimas actualizações de prestações sobre o comportamento do sistema?

Trata-se aqui de matéria por demais importante para ser deixada a coberto de qualquer segredo.

A Segurança Social e as suas prestações constituem, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados, em muitos casos, o único fio a ligar à vida milhares e milhares de portugueses.

É nesta, Srs. Deputados, a nossa disponibilidade neste debate. Ela só não existe para propor medidas destinadas a aumentar a receita fiscal, porque aí o aumento da receita é a contrapartida do aumento da carga que os portugueses são obrigados a suportar.

Aí a nossa disponibilidade vai antes no sentido contrário, no mesmo sentido que nos animou já a tentar evitar, na medida do razoável, que os portugueses tivessem que suportar em 1989 dois impostos com o mesmo rendimento, a acrescer ao facto de terem que começar a pagar em Janeiro um imposto que normalmente só pagariam em Outubro.

Disponham-se o Sr. Ministro das Finanças e o Governo a rever o que é ainda susceptível de ser revisto nestes domínios e encontrarão, certamente, a nossa colaboração.

Quanto às Grandes Opções do Plano uma só palavra e muito breve: para além de grandes benefícios de articulação e coerência, que já tivemos oportunidade de reconhecer, em diálogo com o Sr. Ministro do Plano e com a Sr.ª Secretária de Estado, pouco mais temos, Sr. Deputado Rui Machete, do que uma tentativa de cobertura pelo óbvio de opções meramente quantitativas.

É alguma coisa, mas é pouco na perspectiva da reforma das estruturas produtivas e das mentalidades que o Mercado Único, com certeza, nos vai impor.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

A Sr.ª Presidente: — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs. Deputados Silva Marques, Barata Rocha e Rui Machete.

Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Deputado Nogueira de Brito, devo dizer-lhe que sobre a matéria que está agendada nada disse de novo...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não percebeu nada!

O Orador: — ... relativamente a outras críticas vindas dos partidos da oposição, o que revela a vossa dificuldade na formulação de um pensamento alternativo. E repare, Sr. Deputado, que essa ausência de pensamento é o princípio mobilizador dos homens; quando não há pensamento, não há motivação — é muito forte e essa ausência, tão flagrante, de pensamento alternativo tem uma expressão que considero significativa e, ao mesmo tempo, grave: é a ausência da oposição.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado disse que o Governo estava a descharacterizar o regime. Não creio que isso aconteça da parte do Governo, mas já temo, isso sim, que a oposição contribua para isso, não só pela ausência de pensamento como também, Sr. Deputado, pela ausência física da oposição.

Sr. Deputado, quem é que está a descharacterizar o regime? É o Governo que está aqui em número superior a qualquer bancada da oposição? Estão aqui mais membros do Governo do que do Partido Comunista, partido que, tão intrépido tradicionalmente, tão sempre à frente das massas revoltosas, desapareceu fisicamente. Mas o próprio Partido Socialista está em minoria física relativamente ao Governo.

Sr. Deputado, o meu apelo, dirigido à oposição, é este: ocupe o seu lugar, porque a democracia precisa de uma oposição. Nós não podemos suprir a vossa ausência física, não podemos ir ao artifício, tão antigamente usado pelo Partido Comunista, de criar núcleos comunistas e núcleos de democratas. Nós não podemos, Sr. Deputado, amanhã, substituir-vos nas vossas bancadas. É vossa obrigação perante o País formularem, ao menos, um pensamento, mas, na impossibilidade de o fazerem, deverão marcar, pelo menos, a vossa presença física.

Sr. Deputado, não fale, não acuse quem não tem culpa. Não acuse o Governo de estar a contribuir para a descharacterização do regime; pelo contrário. Faça, sim, um apelo às vossas reservas de energia cívica no sentido de não abandonarem o combate, sobretudo numa altura em que tantos o estão a abandonar, faltando aos seus compromissos perante a Nação, para já não dizer perante os seus camaradas.

Vou terminar: não quero ser ave agoirenta, mas pressinto que vem aí uma nova crise na oposição. O Sr. Deputado disse que estava influenciado pelas declarações prestadas ontem. Por quem? Espero que não seja por Freitas do Amaral!...

Aplausos do PSD.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Essa agora!

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado Nogueira de Brito, deseja responder já ou no fim dos pedidos de esclarecimento?

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Respondo no fim, Sr.ª Presidente

A Sr.ª Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Barata Rocha.

O Sr. Barata Rocha (PSD): — O Sr. Deputado Nogueira de Brito fez aqui um discurso que me embarracou — aliás, não é hábito o Sr. Deputado deixar tantas dúvidas quando faz intervenções —, sobretudo em termos da incompreensão do objectivo que quer alcançar.

Referiu — e muito bem — o Sr. Deputado Nogueira de Brito, logo no início do discurso, que o Sr. Ministro das Finanças endereçou um convite à oposição no sentido de esta formular as respectivas propostas à proposta de lei do Orçamento do Estado. Foi isso, de facto, que se passou.

Refere, entretanto e após, o Sr. Deputado Nogueira de Brito que o Governo pretende dialogar sempre sob

a ameaça de um conflito; que a maioria não se faz ouvir; que as relações do Governo são de exclusão? E conclui dizendo que está disponível para colaborar em qualquer projecto de alteração dos novos objectivos a serem lá Pergunto-lhe, Sr. Deputado, se essa sua disponibilidade não será meramente formal; se não terá por causa a sua própria auto-exclusão? O diálogo continua.

A Sr.º Presidente: Tem a palavra o Sr.º Deputado Rui Machete.

O Sr. Rui Machete (PSD): Obra o orador o seu discurso.

O Sr. Rui Machete (PSD): O Sr. Deputado Nogueira de Brito terminou o seu discurso fazendo uma citação simpática a propósito das Grandes Opções do Plano e eu, começando precisamente pelo fim, gostaria de lhe dizer que me dá a sensação de que não lhe prestou o verdadeiro significado que elas têm, que é um significado inovador de sublinhar a importância das medidas qualitativas. V. Ex.º também cede ao fascínio do quantitativismo e esquece que as reestruturações começam por ter uma mudança de percepção das coisas para depois poder suscitar-se as medidas que permitam mudar essa realidade.

Mas não é para falar sobre isso que pedi a palavra, mas para lhe fazer duas perguntas.

A primeira tem a ver com uma questão que V. Ex.º suscitou e que diz respeito às relações entre o Governo e a Assembleia. Penso que V. Ex.º descreveu uma situação que não é real, mas, sobretudo, citou um ponto que me deixou um pouco perplexo. V. Ex.º manifestou a sua disponibilidade para colaborar nas iniciativas que o Governo viesse a tomar no sentido de discutir, na Assembleia, as grandes questões sobre a reforma da Administração Pública, a diminuição do défice, a diminuição das despesas públicas. Mas por que não ao contrário? Por que não o Partido do Centro Democrático Social apresentar o seu pensamento aqui, na Assembleia da República, de uma maneira realista, sobre a forma de alterar essas circunstâncias, de modo a podermos apreciar e, naturalmente, extraír dessas suas propostas aquilo que elas certamente trarão? Penso que, de algum modo, não se deve demitir do seu papel de oposição; nem tanto (pouco do seu papel de contribuir para o diálogo e para fornecer as soluções mais correctas para estes momentosos problemas).

Por isso me dá a sensação de que V. Ex.º, afinal de contas, é que comunga nesse espírito de rotista que quis denunciar.

A segunda questão diz respeito, mas uma vez, ao celeberrimo Acórdão do Tribunal Constitucional, cuja fundamentação ainda desconfidemos.

O Sr. Ministro das Finanças teve ocasião de explicá-lo (com suficiente clarezza), que o Governo está disponível para cumprir o Acórdão, como lhe cumpre, encontrar as soluções que sejam correctas, que temos tempo para isso, aquando das discussões na especialidade. Não entendi bem qual é a ânsia que V. Ex.º tem em, de algum modo, se substituir aquilo que é o trabalho normal do Tribunal, querer impor-lhe, dar-lhe directrizes pela maneira como deve concluir os seus trabalhos. Para quê? Estamos perfeitamente disponíveis para cumprir o Acórdão, naquilo que exija actos de acatamento e de execução, mas, na maior parte dos casos, isso não vai ser necessário, porque, como V. Ex.º sabe, o Acórdão é declarativo; portanto, na maior parte dos casos, não vai haver necessidade de execução. O que

separa é de não repetir os ferros, ie fá-loemos, estámos perfeitamente a tempo de o fazer. ... Isso é a. Não percebo o afã que V. Ex.º evidencia nestas matérias; afã não sei que isso signifique, de algum modo, uma falta de outras matérias para criticar; os objectos que lhe fui dada é que o Sr. Presidente: Pára responder, tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito. Informo que dispõe apenas de quatro minutos.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): Ao Sr. Deputado Silva Marques, devo dizer que não vou ceder à tentação fácil de disputar aqui com V. Ex.º se fui original, se tive ou não críticas. Confio no seu juízo.

V. Ex.º entende que não tenho críticas a fazer.

O Sr. Silva Marques (PSD): Esteja descansado! O Sr. Orador: que não fui original, que a oposição, no que nos respeita, nada tem a dizer. Bom, é essa a sua opinião e eu respeito-a! Agora, há uma coisa que me satisfez: é que lhe pago na mesma moeda com que lhe retribuiu o meu discurso.

O Sr. Silva Marques (PSD): Não esperava outra coisa.

O Orador: É evidente, à nossa velha amizade não permitiria outra coisa. V. Ex.º revela que das duas uma: ou não percebeu o que eu disse, ou não percebeu o que disse o resto da oposição. Mas, em compensação, também não percebi o que V. Ex.º disse! ... Eu sou leitor de jornais e Risos do CDS.

O Sr. Silva Marques (PSD): Estamos pagos!

O Orador: De maneira que, Sr. Deputado, estamos pagos. E agora passo a responder ao Sr. Deputado Barata Rocha.

O Sr. Silva Marques (PSD): Julguei que passava ao Professor Freitas do Amaral!

O Orador: Também passaremos quando quiser, para os três, ou seja, V. Ex.º, o Professor Freitas do Amaral e eu, recordamo-lo, porventura, velhos tempos de V. Ex.º Não tenho problema algum!

Risos do CDS.

Aliás, já hoje tive a ocasião de recordar aqui velhos tempos de belíssimo ministro da Aliança Democrática, que foi o actual Sr. Primeiro-Ministro, e do grande afã que ele punha nessa altura na luta contra a inflação: Ganhou aí as suas esporas de ouro, posso-lhe garantir, Sr. Deputado! ... — Muito! — O Sr. Deputado Barata Rocha devo dizer que a minha posição não é de auto-exclusão. Louvei-me no convite que o Sr. Ministro das Finanças dirigiu à Assembleia, mas, depois, notei que o Sr. Ministro delimitou de tal maneira esse convite, que me ficou a ideia de que ele não era no sentido de que a Assembleia apresentasse propostas políticas; mas, antes, que apresentasse propostas puramente técnicas, de acordo com a opção política do Sr. Ministro das Finanças e do Governo. Não é esse o nosso papel! Se assim for,

Sr. Deputado, aqui estaremos para apresentar as propostas, e passo a responder ao Sr. Deputado Rui Machete dizendo-lhe que VV. Ex.^{as} e o Governo, com as intervenções que fazem, por via de regra e permanentemente, desafiando os deputados a fazerem coisas que eles não poderão fazer porque não têm meios...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Ó, Sr. Deputado!

O Orador: — Sr. Deputado Silva Marques, não manifeste esse seu espanto.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Os senhores abundam em meios de pensamento. Não os fazem porquê? Não têm os meios de pensar?

O Orador: — Não chega! Sr. Deputado Silva Marques, não estou agora a dialogar consigo, mas com o seu colega de bancada, cuja independência ainda há pouco foi louvada aqui em público.

Sr. Deputado, o que eu digo é que não temos os mesmos meios que tem a estrutura da administração...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Não seja modesto!

O Orador: — E a colaboração seria essa, Sr. Deputado Rui Machete: a nossa proposta política completa, caso fosse aceite, caso houvesse uma margem de aceitação, a tal margem de colaboração que é não possível, que não existe, que não é com a oposição — e isso não me espanta, Sr. Deputado! —, mas com a própria maioria. Lanço-lhe agora um desafio: VV. Ex.^{as} concordam sempre, tão completa e integralmente, com tudo o que vem da bancada do Governo? Alimento sobre isso algumas dúvidas e devo dizer-lhes que, em termos de Direito Comparado, elas são reforçadas por abundantes exemplos do que vejo passar-se nouros Parlamentos. Portanto, o desafio também se pode dirigir a VV. Ex.^{as}

O Sr. Silva Marques (PSD): — Claro!

O Orador: — «Claro», diz o Sr. Deputado Silva Marques.

Risos dos CDS.

Quanto às Grandes Opções do Plano, Sr. Deputado Silva Marques, considero, e disse-o, que há evidentes melhorias no diploma que nos é apresentado, mas, Sr. Deputado, as Grandes Opções do Plano, face ao Acto Único e ao Mercado Único, são um óbvio, Sr. Deputado. O resto são medidas de carácter quantitativo. Concordamos com elas, Sr. Deputado, mas realmente são um óbvio que todos repetimos todos os dias, depois de sabermos que nos encaminhamos para essa meta de 1992.

Modernizar, aperfeiçoar, preparar, mentalizar?

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Claro, Sr. Deputado. Pois claro! Temos algumas dúvidas sobre isso? Não temos quaisquer dúvidas sobre isso.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem! Estão a progredir!

O Orador: — Sr. Deputado Rui Machete, finalmente, quanto ao Acórdão do Tribunal Constitucional. Sr. Deputado, achava mal que, depois de termos ouvido a voz autorizada de V. Ex.^a reclamar, na semana passada, que o Acórdão estava bem para o futuro e havia de iluminar toda a nossa preparação do Orçamento do Estado para 1989, passássemos à discussão na generalidade deste Orçamento e chegássemos à discussão na generalidade e não considerássemos como baliza fundamental dessa discussão o Acórdão. Então fica para o Orçamento do Estado para 1990? Ou fica para uma outra declaração de inconstitucionalidade, que o CDS não requererá novamente?

Sr. Deputado, declarada a inconstitucionalidade, temos de a respeitar e é uma baliza fundamental, um parâmetro fundamental, a ter em consideração. Muito mal seria que não tivesse havido uma afirmação de disponibilidade do Governo e da maioria, da Assembleia em suma, para considerar isso mesmo. Esse é o meu sentido.

Sr. Deputado Rui Machete, se eu já entendia — e não me pareceu encontrar total incompreensão da parte de toda a Câmara, incluindo a maioria — que devíamos ter pedido a fundamentação quando discutimos a proposta de lei de rectificação ao Orçamento de Estado para 1988, por que razão não a pedimos agora? Estamos farisaicamente à espera da publicação? Acho isso mal! É farisaísmo puro!

Sr. Deputado Silva Marques, volto à sua intervenção para lhe salientar o seguinte: estamos três quartos do Grupo Parlamentar do CDS. O afã de V. Ex.^a em nos ver aqui...

A Sr.^a Presidente: — Faça favor de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — Terminei já, Sr.^a Presidente.

Como eu estava a dizer, o entusiasmo de V. Ex.^a em nos querer ver aqui em maior número, vai traduzir-se, com certeza, em alguma cedência de votos nas próximas eleições. Fico-lhe, desde já, muito grato, porque reconhece que o CDS, representado só por quatro deputados, torna incompleto este panorama político.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr.^a Presidente, peço a palavra para interpellar a Mesa.

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — Sr.^a Presidente, requeiro, ao abrigo das disposições regimentais, um intervalo de 15 minutos...

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — O Sr. Ministro não pode esperar?!

O Orador: — V. Ex.^a, Sr. Deputado Narana Coissoró, há-de falar um dia em nome do Governo, mas não por enquanto. Vai ter de aguardar mais alguns anos. Esta fobia dos Srs. Deputados Nogueira de Brito e outros vai ter de ser uma fobia paciente, esperando mais algum tempo.

Portanto, Sr.^a Presidente, como dizia, gostaria de requerer um intervalo regimental de 15 minutos, porque o meu grupo parlamentar vai dar uma conferência de

imprensa, para a qual se quiser o Sr. Deputado Narana Coissoró está gostosamente convidado.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Sim (senhor). Vamos ouvir mais na conferência de imprensa do que caqui dentro.

A Sr.º Presidente: — É regimental e está concedido. Vai então suspender-se a sessão por 15 minutos, retomando os trabalhos às 18 horas.

Está interrompida a sessão.

Eram 17 horas e 45 minutos.

A Sr.º Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 10 minutos.

O Sr.º Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e Administração do Território (Valente de Oliveira): — Sr.º Presidente,

Srs. Deputados: As transformações por que vai passar a Comunidade Europeia, no seu conjunto e em cada um dos seus membros, até 1992, representam a expressão do acto de vontade mais explícito e profundo que, ao longo das suas três décadas de existência, ela experimentou. Haverá velhas políticas a reformular e haverá também novas políticas para fazer face a problemas que adquiriram dimensão expressiva ou que representam a maneira mais eficaz de abordar a questão do desenvolvimento harmonioso da comunidade e de lhe garantir um lugar proeminente na cena internacional.

Não é, assim, para admirar que, tendo este desafio pela frente, o Governo desse relevo, nos documentos que traduzem a sua maneira de influenciar a evolução da vida nacional e de moldar a sua própria acção, ao horizonte de 1992 e à preparação da sociedade portuguesa para chegar a essa data em posição confortável, tendo, entretanto, extraído os melhores resultados potenciais das ajudas que, para esse efeito, a própria comunidade põe à sua disposição.

Temos que fazer, numa década, muitas transformações que a outros demoraram um século. Temos de afeiçoar novos comportamentos e atitudes para compreender a situação e desempenhar um papel activo, numa arena de que estivemos afastados tempo demais. Temos, mesmo, de incorporar nos nossos alguns novos valores, que estimulem uma acção cuja cadência dinâmica não fazia parte dos nossos hábitos.

É óbvio que temos de correr a velocidade maior do que os outros porque partimos atrasados. Mas a verdade é que os indicadores dos últimos três anos demonstram que somos capazes de o fazer. Não vou recordar os números que todos sabem relativamente ao investimento e ao desemprego, à evolução da inflação e às exportações, à explosão do consumo e aos projectos apresentados às instâncias europeias.

Todos eles são eloquentes na expressão do que me parece importante sublinhar agora: quando há uma vontade política determinada e se pode usufruir de um clima de estabilidade duradoura, põem-se em marcha energias insuspeitadas dentro da sociedade portuguesa que surpreendem os nossos parceiros europeus, mas não nos surpreendem a nós, porque sabemos como os

nossos concidadãos são inventivos e aplicados ao trabalho, poupadão como todos os povos que foram pobres durante muito tempo, inconformados como demonstrava uma longa história de emigração e ousados como mostra a sua dispersão por todo o mundo. A integração plena na comunidade e a resposta ao grande desafio de 1992 não constituem matéria exclusiva do Governo. Ou convergem, para conseguirmos o sucesso, todas as forças nacionais válidas ou os resultados serão mitigados. O sucesso será, por isso, de todos os portugueses ou não será o grande sucesso que está ao nosso alcance. Mas, para tal, é preciso que os governantes demonstrem ser os melhores, bem como os empresários, os estudantes, os empregados, os artistas, os escritores, os funcionários, os agricultores; enfim, todos aqueles que, na sua acção diária, podem, de facto, acrescentar valor ao que fazem, não se limitando a ocupar uma carteira ou um posto de trabalho. Temos a pretensão de demonstrar que estamos a fazer bem a nossa parte, porque nós aplicamo-nos nesse trabalho diário e porque, ao tratar de definir os contornos do médio-prazo e de estabelecer os instrumentos de acção correspondentes, não hesitamos em fazer escolhas e definir prioridades, descontentando naturalmente alguns, mas explicando a todos que o nosso empenhamento é desbloquear o funcionamento da sociedade portuguesa e que, havendo roldanas com maior atrito do que outras, para assegurar o bom funcionamento conjunto, temos de lubrificar mais intensivamente aquelas que fazem, de facto, girar toda a máquina, não nos contentando com distribuir um pouco de óleo por todas elas, grandes e pequenas, para constatar depois que o conjunto não se põe em marcha apesar de alguma bolsa isolada estarem a trabalhar muito bem. A nossa preocupação é o conjunto, nele englobando os sectores e os espaços que as circunstâncias de afastamento ou de segregação potencial poderiam fazer correr o risco de segregar. A nossa preocupação não é só o crescimento, nem a exibição de estatísticas satisfatórias obtidas a níveis muito agregados. A nossa preocupação é o desenvolvimento e o chamamento à corrente de progresso de todos os que nela se quiserem integrar, fazendo para tal o indispensável esforço.

Temos a coragem de ser selectivos e de dizer a alguns que o seu papel e os seus problemas são, seguramente, para eles e para nós, muito importantes, mas não são, neste momento, os mais importantes. Haverá um dia em que, resolvidos muitos outros, esses problemas hão-de passar para primeiro plano, tornando-se prioritários. Mas, em 1989 e até 1992, há estrangulamentos maiores cuja resolução abrirá novas oportunidades e justificará outras ambições nos anos seguintes. É óbvio que o exercício comporta sempre a busca de equilíbrios, o que nos leva a dar atenção a muitos sectores que não são prioritários. Se quiserem, mantém-los em fogo brando até ser possível estimulá-los sem desatender as molas que, nesta ocasião, são realmente propulsoras do progresso do conjunto.

As Grandes Opções que definimos são três:

- 1) Informar e mobilizar a sociedade;
- 2) Valorizar os recursos humanos e fortalecer o tecido social;
- 3) Reconverter e modernizar a economia.

São opções amplas e poder-se-á dizer que, nestes termos, ninguém delas discordará. Não nos furtámos, no documento que apresentámos, a elaborar longamente sobre as componentes de cada uma delas, nem sobre

o modo como entendemos a prossecução das políticas de organização do Estado. A Assembleia poderá, por isso, apreciar, em pormenor, como as interpretamos, em termos de instrumentos táticos e mesmo em termos financeiros, em relação ao próximo ano, porque as referências estão nos documentos apresentados e muitas explicações já foram dadas nas sessões de trabalho com as diferentes comissões.

Vale, contudo, a pena sublinhar a coerência daquelas opções com a nossa interpretação do que vêm a ser hoje os bloqueamentos da sociedade portuguesa, ao nível de generalidade e no quadro da apreciação política em que esta discussão se deve hoje situar.

Em relação à primeira opção, disse, já que, ou somos capazes de mobilizar vastas camadas da população portuguesa para a grande realização europeia que está diante de nós, ou corremos o risco de ver surgir cisões internas, espaciais ou sectoriais, caminhando diferentes grupos a velocidades distintas. A fórmula é conhecida e rejeitámo-la a nível europeu. Por maioria de razão a temos de rejeitar a nível interno.

Juntámos no título «informar» e «mobilizar» a sociedade, por estarmos convencidos de que a segunda não pode acontecer sem a primeira e de que a primeira sem a segunda tornar-nos-ia sonhadores acerca do que se passa «lá fora», como dizia a élite desiludida e pouco empreendedora de há um século, nada contribuindo para a mudança de atitudes que tão frutuosa pode vir a ser para nós todos.

A mobilização da sociedade tem instrumentos directos e indirectos. Coisas tão gerais como a valorização da Língua Portuguesa e a revitalização da nossa herança cultural, têm resultados imediatos na correção da expressão e na facilidade de comunicação, mas também os têm indirectos no quadro de uma estratégia da lusofonia no mundo. A nossa ambição, porém, não é só a de olhar para o ensino como um instrumento de formação de recursos humanos; é, também, a de formar pessoas cultas, nas quais convirjam os benefícios da formação profissional, levando cada um a entender melhor a sua posição no espaço e no tempo e a contribuir, de modo consciente e participativo, para as realizações da nossa época. E é ainda a de ajudar à sua felicidade, porque tendo dado ao cidadão os instrumentos necessários para, em moldes actuais, curar da sua subsistência e da dos seus, também se lhe proporcionam os meios para se realizar pessoalmente, através da multiplicidade de formas que isso pode reclamar.

A mobilização da sociedade envolve todos os agentes potencialmente activos. Conhecemos o dinamismo das autarquias locais em Portugal, estando eu em boa posição para servir de testemunha de devotamento da imensa maioria dos seus titulares. É muito diferente o seu estilo de trabalho hoje do de há dez anos atrás. As preocupações de olharem para os problemas do desenvolvimento das populações, por cujo bem-estar são responsáveis em primeira instância, estão progressivamente a ocupar o lugar da simples provisão dos serviços rotineiros que era hábito.

As associações voluntárias, quer de bombeiros, quer culturais de apoio à terceira idade, à infância ou desportivas demonstram expressivamente o seu dinamismo. Quando acentuo essa expressão é porque ela está devidamente quantificada; só para exemplo e em relação ao equipamento cuja participação no financiamento é da minha responsabilidade, posso informar que a relação entre as candidaturas e as possibilidades de

resposta é de cerca de 1 para 80, o que demonstra a vitalidade daquelas associações e nos permite, amplamente e de acordo com os mais transparentes critérios e processos, fazer a escolha dos melhores projectos e impor progressivamente um estilo austero na sua consecução.

As associações económicas demonstram dinamismo equivalente. Querem informar, formar e apoiar por todos os modos os seus associados e querem projectar para o exterior as actividades em que eles se ocupam. Novamente, o indicador incontrovertido é o do número de projectos que querem concretizar, ao qual se podem juntar muitos outros, como sejam, o volume de vendas realizadas nos certames que promovem, o número de visitantes estrangeiros que conseguem atrair, etc.

É o apoio a todas estas forças organizadas da sociedade portuguesa, capazes de empurrar eficazmente o processo do seu desenvolvimento, que nós devemos garantir. Dessa forma, o Estado não absorverá funções para as quais não têm vocação nenhuma e, por outro lado, mobilizam-se energias e vontades que estão ansiosas por participar porque é da nossa natureza o associarmo-nos em torno de causas justas.

É bom de ver que, ao tentar revigorar todas essas instituições da chamada sociedade civil, não se pode descurar a Administração Pública. Não constitui paradoxo nenhum afirmar que, quanto mais dinâmica for a primeira, mais competente terá de ser a segunda. Ora, nos últimos quinze anos, esta inchou, mas não se especializou suficientemente, nem adoptou processos que lhe permitissem dar aos problemas as respostas prontas que eles reclamam. A evolução que ela tem de experimentar é, assim, muito mais qualitativa do que quantitativa. Estamos profundamente convencidos de que o sucesso da nossa integração na nova Administração Pública. É por isso que algumas iniciativas realmente reestruturadas da mesma estão em curso.

A informação não se limita à quebra de isolamento da sociedade. Respeita também ao conhecimento que ela tem de si própria e à facilidade com que os seus atributos são caracterizados e analizados, com que os seus problemas são definidos e com que as soluções correspondentes são desenhadas. Tendo, há poucos dias, feito neste sistema mesmo lugar, uma larga exposição acerca da reestruturação do Sistema Estatístico Nacional, quero agora somente sublinhar a coerência de todas as iniciativas que se vão tornando com as grandes opções que definimos.

Em relação à segunda grande opção, não são necessários muitos comentários. A maior riqueza de um povo é, seguramente, a qualidade das suas próprias gentes. Se estas forem muito preparadas e, por via disso, capazes de enfrentar todas as mudanças tecnológicas, comandar essas mesmas mudanças, alimentar o progresso científico e tecnológico e antecipar o futuro, as melhores vantagens comparativas que nós podemos obter estarão garantidas. As preocupações básicas de assentar um processo de desenvolvimento no acrescentamento de valor sistemático a tudo quanto for recurso e na obtenção de vantagens comparativas sustentadas no tempo, só têm uma resposta, também duradoura, no alto nível de educação e de formação das pessoas. Por isso enunciámos como prioritárias a generalização do acesso à educação, a elevação do nível geral da educação, a melhoria da qualidade da educação, a formação profissional processada nos termos

modernos que a flexibilidade das profissões é do trabalho impõem; a acentuação do papel da investigação científica e tecnológica, etc. etc. são todos os elementos.

Depois do que anteriormente referi sobre a importância que tem para nós a realização pessoal, não é necessário justificar para a inclusão nesta grande opção das acções no domínio da saúde, do desporto, da juventude, da habitação, da segurança social. Todas elas contribuem, a seu modo, para a «valorização dos recursos humanos», e para a posição central que esta ocupa nas nossas preocupações. O terceiro

A «reconversão e modernização da Economia» — terceira opção — tem numerosas vertentes.

Depois de muitos anos sem se verificar um esforço de investimento importante nos instrumentos que proporcionam economias externas às empresas, prosseguiremos, no quarto ano consecutivo, com realizações importantes nas estradas, nos aeroportos, nos portos, nas telecomunicações. Eles são, simultaneamente, instrumentos de uma política económica, proporcionando essas economias externas e de uma política regional.

Os factores de localização das empresas estão em vias de se alterar profundamente, porque as distâncias encurtam, os tempos de viagem reduzem-se, os custos experimentais cortes substanciais e a segurança e a fiabilidade das comunicações aumentam radicalmente. Isso vai determinar uma alteração da «paisagem económica» do País e vai também proporcionar a mobilização de muitos recursos endógenos, que tinham nos custos dos transportes e das comunicações um obstáculo de monta para a sua viabilização. Quer isto dizer que vão surgir novas oportunidades de lançamento de novas actividades económicas, diversificando o novo perfil industrial, agrícola e de serviços. A diversificação dos produtos, bem como o acrescentamento de valor sistemático e a preocupação da garantia de permanência das vantagens comparativas adquiridas e de conquista de outras novas, representam, afinal, as grandes orientações da modernização que queremos. Delas decorrem todos os procedimentos táticos que propomos, isoladamente ou em parceria com a comunidade europeia, através dos fundos estruturais ou das linhas específicas que, para a Agricultura e para a Indústria, Portugal conseguiu obter.

No relatório das grandes opções que vos foi presente apontam-se as medidas operacionais que tentámos levar a cabo no âmbito da Agricultura, da Indústria e Energia, dos Serviços e, dentro destes, do Turismo, dos Transportes e das Telecomunicações, em particular. O seu comentário reclama um tempo de que não disponho agora. Ficará, por isso, para outras ocasiões e, mais apropriadamente, caberá aos meus colegas responsável por esses pelouros.

Gostaria, porém, de acrescentar dois comentários sobre áreas que estão sob a minha tutela e que são, afinal, de carácter geral: o ordenamento do território e os recursos hídricos.

Compreende-se que, à força de tornar o País mais pequeno por via do encurtamento das distâncias, dos tempos e dos custos dos transportes, muita coisa se há-de alterar em termos de povoamento. Este não pode continuar a processar-se em torno das duas grandes metrópoles ou de forma anarquicamente dispersa ao longo do território e, especialmente, da sua faixa litorânea Norte e Centro. O ideal seria que as inúmeras decisões de localização das actividades humanas conduzissem ao rebuscamento das cidades e vilas de todos tamanhos médios e menores, que sejam o eixo

Não podendo, nem devendo, comandar essa localização, de forma rígida, é na sequência e em articulação com as grandes melhorias rodoviárias que desenvolveremos uma acção muito mais disciplinadora no que toca ao planeamento urbanístico e à protecção das paisagens. Mas isso não é senão a consequência lógica da racionalização da aplicação dos dinheiros públicos e, indirectamente, da dos privados, porque a experiência mostra que tem havido, quanto aos últimos, muitos casos de ganância ou de individualismo injustificado e, por isso, intollerável; quanto aos primeiros, algum arrastamento comandado por soluções insensatas respeitantes àssegundas.

Os recursos hídricos são, em Portugal, abundantes mas caros, porque a chuva é irregular no tempo e no espaço. Todavia, há alguns solos de excelente qualidade e há energia imensa do sol que nos proporciona um clima que autoriza muitas ambições. É preciso é conjugar, no tempo e no espaço, as principais acções que carecem de uma coordenação apertada para proporcionarem uma recuperação justa e oportuna dos meios investidos. Este sector não pode deixar de constituir motivo da maior atenção para o Governo.

Não me disponho a longar nos comentários às três grandes opções que definimos. Quero, no entanto, relembrar que se inscrevem, no seu enunciado, no quadro das acções permanentes prosseguidas no âmbito das políticas de organização do estado, que englobam as relações externas, a cooperação, a defesa, a segurança interna e a justiça. Todas são devidamente comentadas no relatório que vos foi distribuído.

Impõe-se mais dois ou três comentários breves:

O primeiro respeita à preocupação que informa os programas de investimentos para 1989/1992 e para 1989, de absorver os meios financeiros comunitários postos à nossa disposição.

Vai haver grandes mudanças na forma de todos ter acesso. Foi aprovado, na passada segunda-feira, em Bruxelas, um conjunto de quatro regulamentos respeitantes aos fundos estruturais: um horizontal e três verticais; todos eles interligados, que vão tornar muito mais existente o acesso a estes fundos. Não se pode deixar de considerar como prioritária a absorção desses meios, compreendendo-se porque dám-nos a maior importância à preparação dos instrumentos que proporcionam à sua canalização para o nosso país.

Sendo os atributos maiores da nova forma de actuarmos a coerência com os objectivos macro-económicos, a integração, a escala e a selectividade da associação dos agentes relevantes, a preparação do documento sobre as «Grandes Opções», teve de ser escrever num quadro amplo de trabalhos que vai dar outros produtos, como o Plano de Desenvolvimento Regional e os Programas Operacionais Sectoriais. O conjunto representa o Plano de Desenvolvimento Económico e Social Regionalmente Diferenciado que aqui foi, só, ano passado, prometido aquando da discussão do programa do governo e que começa a ter expressão devidamente cumprida no Relatório das Grandes Opções.

O segundo comentário respeita ao PIDDAC para 1989. Ele está elaborado em consonância perfeita com as grandes opções. Será fácil a crítica que reclame mais fundos para este sector ou aquele. É evidente que todos os sectores gostariam de ter mais e todos se sentem com capacidade para gastar mais. Todavia, há equilíbrios de maior âmbito a garantir e ninguém os perdoaria se, por eventualmente entrarmos em perda

nessa coerência global, viessemos a perturbar, de modo que se prolongaria no tempo, as realizações ambiciosas por cada sector.

Escolhemos, compatibilizámos, pusemos um limite ao todo e distribuímos os meios, de modo coerente e com prioridades que explicitámos. Suponho que é isso que se espera do Governo e foi isso que fizemos.

O terceiro comentário respeita ao acompanhamento e à avaliação dos empreendimentos que realizámos. Dada prioridade à absorção dos fundos comunitários e em face das novas regras que determinaram que quem não gastar no momento em que gastaria, perde o direito a esses fundos, comprehende-se que se dê importância ao reforço da prática do acompanhamento e da avaliação, *ex ante* e *ex post*, dos investimentos. Isto vem no seguimento do que já dissemos no Programa do X Governo e do que consagrou a Lei Orgânica do Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Isto é, afinal, a adição de rigor, como um atributo maior do conjunto de que antes explicitei uns tantos, relativamente à maneira de gastar os dinheiros públicos.

O Relatório das Grandes Opções que apresentamos mereceu, por duas vezes, pareceres muito lisonjeiros por parte do Conselho Nacional do Plano. Ambos foram, naturalmente, muito apreciados por todos quanto deram o melhor do seu esforço para que o País dispusesse de um documento de orientação coerente e eficaz, para definir o caminho a trilhar nos próximos anos, em matéria de investimento público e de apoio a algum do privado que tem subsídios públicos.

Estou certo de que é um documento excelente a todos os títulos. Por isso, estou também confiante no resultado do vosso julgamento.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedidos de esclarecimento, inscreveram-se os Srs. Deputados João Cravinho, Ilda Figueiredo e Herculano Pombo.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Ministro, lamento não dispor de tempo para lhe fazer as perguntas que o seu discurso suscita.

Limite-me, por isso, a colocar-lhe uma questão urgente — que foi, aliás, já levantada aqui pelo meu camarada Lopes Cardoso —, no sentido de obter de V. Ex.^a ou de algum seu colega de Governo, nomeadamente o Sr. Ministro da Indústria e Energia, a resposta urgente que o caso merece.

Trata-se de saber se o corte de electricidade a três freguesias do concelho de Valongo, com as consequências já aqui mencionadas, se coaduna com a filosofia do Governo de estabelecer um novo estilo de relação com as autarquias.

No fundo, gostaria de saber se, de facto, esta violência, esta prepotência da EDP, na véspera de uma reunião extraordinária convocada para discutir o problema, se coaduna com a filosofia do Governo e se é apoiada por este.

O Sr. Gameiro dos Santos (PS): — Muito bem!

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Ministro, creio que, após a conferência de imprensa dada pelo PSD, tenho de lhe pedir desculpa por lhe ir fazer algumas perguntas e não ser uma figura de relevo no meu partido...

Vozes do PSD: — Para uma semana já é!

A Oradora: — De qualquer forma, Sr. Ministro, já que aqui soube vir falar das questões que o Governo divisa nesta matéria, queria começar também por lamentar que V. Ex.^a, tendo referido a política regional, não tenha dito nada sobre o problema das autarquias locais.

Na verdade, não deixa de ser sintomático o facto de, numa intervenção que fez, não se ter referido aos problemas que estão a ser levantados pelas autarquias acerca do Orçamento do Estado para 1989. E isso, Sr. Ministro, é tanto mais incompreensível, quanto o facto de o Governo, uma vez mais, não cumprir a Lei das Finanças Locais, o que é tanto mais grave quando isto se verifica após um ano em que o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) apenas aumentou 1,9%, sofrendo, pois, um decréscimo real bastante acentuado.

O que é proposto para 1989 nesta matéria é claramente insuficiente. Isto porque, como o Sr. Ministro sabe, tais verbas são consumidas, em grande parte, pelos novos encargos que o Governo quer transferir para as autarquias.

Sr. Ministro, é ou não verdade que o facto das autarquias locais terem de suportar o pagamento dos vencimentos dos seus trabalhadores, incorporando o IRS, sem que disso sejam compensadas, representa um encargo que se estima em mais 3,8 milhões de contos?

É ou não verdade, Sr. Ministro, que o facto de passarem a pagar descontos para a Caixa Geral de Apoiações e para o Montepio dos Servidores do Estado representa um encargo que mesmo V. Ex.^a estimou em mais de 2 milhões de contos?

É verdade ou não, Sr. Ministro, que os novos encargos decorrentes da atribuição de competências em matéria de educação significam, de facto, uma diminuição do FEF?

É ou não verdade, Sr. Ministro, que os mecanismos coercivos que o Governo propõe no artigo 46.^º desta proposta, com vista a cativar verbas do FEF para as entregar à EDP, estão a pôr em causa negociações em curso?

O que se está a passar com esta Câmara de Valongo é já um exemplo do que o Governo pretende para resolver estes problemas? Se é, Sr. Ministro, é muito grave, muito sério e coloca aqui um problema para o qual era bom que, por parte de V. Ex.^a, houvesse uma clarificação, o mesmo se passando em relação ao Sr. Ministro da Indústria e Energia.

Sr. Ministro, é ou não verdade que, afinal, o tal aumento que o Governo apregoava para o FEF não passa de uma fraude? Ou seja, que, em termos reais, se o Orçamento for aprovado nos moldes em que está, na realidade, não haverá aumento. Ainda esperamos que o PSD, coerente com o voto que expressou aquando da votação do relatório da Comissão de Administração do Território, Poder Local e Ambiente, aprove agora as propostas que vamos apresentar. Ainda estamos à espera que tal possa vir a acontecer. Contudo, se assim não suceder, se o Orçamento for aprovado nos termos em que se encontra, isso significará,

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ilda Figueiredo.

Sr. Ministro, que, afinal, a receita do FEF não aumenta e que o mais certo, face à inflação previsível, é que venha a sofrer uma forte quebra.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Ministro, devo começar por confessar que estranhei o tom funesto e apagado da sua intervenção; Não sei porquê, fiquei com a sensação de estar perante um testamento político. Mas isso são sensações.

O Sr. Duarte Lima (PSD): — É por isso que vem de luto!

O Orador: — De qualquer modo, foi-me possível reter a ideia de que o Sr. Ministro está na disposição de deixar dito que é preciso avançar no ordenamento a toda a força, a toda a máquina. Só não consigo perceber — e continuo sem perceber — como é que entronca nessa sua disposição a regionalização, que na proposta das grandes opções do plano é delineada como um problema de tal maneira complexo que não pode deixar de se atirar para longo prazo.

Portanto, como é que isto entronca aqui e como é que aqui entroncam as competências, claramente estabelecidas, das autarquias locais em matéria de ordenamento e desenvolvimento, quando todos os dias recebemos queixas das autarquias pelo facto de não serem tidas nem achadas no processo de desenvolvimento regional, nomeadamente na elaboração dos planos de desenvolvimento regional?

Por conseguinte, e em suma, como é que isto tudo se relaciona com a necessidade evidente de avançar em termos de ordenamento?

A Sr.ª Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento e Administração do Território.

O Sr. Ministro do Planeamento e Administração do Território: — Sr. Deputado João Cravinho, o Sr. Ministro da Indústria e Energia encontra-se aqui presente, vai usar da palavra hoje e terá, portanto, oportunidade de esclarecer o que se passa relativamente à EDP; e à necessidade de dar um sinal inequívoco de que a indisciplina tem limites e de que, em matéria de negociação, não se pode dilatar o tempo, diferir soluções e furtar-se ao contacto. Isto para resolver as questões de forma pacífica, naquela forma dialogante que tanto V. Ex.ª como nós gostaríamos que as coisas acontecessem, mas que por vezes se iludem e agravam a resolução dos problemas.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputada Ilda Figueiredo, lamento que não tenha prestado atenção ao meu discurso.

Não digo isto porque ele valesse grande coisa — não tenho essa pretensão —, mas estava, de facto, muito desatenta, já que não ouviu as longas referências que fiz às autarquias locais.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Mas não ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, Sr. Ministro!

O Orador: — O que V. Ex.ª queria era que eu referisse outros aspectos acerca das autarquias locais, sendo que, efectivamente, irei referir alguns dos que pretende ouvir. Contudo, repito, tenho pena de que não tenha estado atenta ao enaltecimento que fiz do papel das autarquias locais no desenvolvimento do País, às novas funções que elas têm vindo lentamente a absorver, num processo cultural através da sua própria actuação e que não têm a ver com grande parte do que afirma, mas com a sensibilidade que elas próprias estão a exhibir quanto a problemas de desenvolvimento.

Quanto ao Fundo de Equilíbrio Financeiro, que tanto a preocupa, devo dizer que estamos naturalmente abertos a divisar o máximo esforço que se possa realizar e vamos ver se, efectivamente, após todas as análises, contas feitas, sómos capazes de, em fase mais adiantada, poder fazer um esforço suplementar, apesar de as autarquias nunca terem tido tanto dinheiro como vão ter.

O Sr. João Amaral (PCP): — Oh Sr. Ministro, também nunca tiveram tantos sítios onde o gastar!

O Orador: — Tive ocasião de esclarecer isso em sede de comissão. Tive ocasião de explicar, verba a verba, o que é que foi orientado para as autarquias, que nunca tiveram, repito, tantos meios.

Efectivamente, há uma vontade de as envolver em tarefas de maior profundidade relacionadas com matérias que têm de estar próximas das autarquias, nomeadamente no que concerne à educação. Por isso, há também vontade de lhes dar dinheiro dentro da capacidade e do equilíbrio que tanto enalteci há pouco.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — E os novos encargos, Sr. Ministro?

O Orador: — Quanto aos mecanismos que a Sr.ª Deputada chamou de coercivos, eles não o são de maneira nenhuma.

Ao fim de tanto tempo de negociações entre a EDP, as Câmaras e a própria Associação Portuguesa de Municípios, com os respectivos Ministérios a acompanharem de perto tudo o que estava a passar-se, foi mantido o mesmo processo de arrastamento das decisões e, portanto, era preciso, tal como dizia, em sede de comissão, o Sr. Deputado João Amaral, dar mais do que um sinal para que as pessoas soubessem que não se podem tolerar indisciplinas e faltas de rigor.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado Herculano Pombo, no que respeita à necessidade de avançar a toda a força no aspecto do ordenamento, quero dizer-lhe que é essa a nossa disposição e não vejo que possa interpretar isso do modo como o fez.

Tenho muitas vezes feito o discurso da necessidade de levar os múltiplos agentes a intervir no ordenamento — ainda há pouco o fiz na minha exposição inicial. Efectivamente, não podemos, quanto à localização, ser demasiado rígidos ou demasiado coercivos, já que se trata de muitos agentes, de um conjunto de factores muito diversos que acaba por ter tradução no espaço.

O ordenamento é uma tarefa para a qual, além dos instrumentos legais, tem de haver um convencimento, uma reformulação das formas de aproximação geral

ou, se quiser — o termo está gasto —, uma reconversão das mentalidades para efeito de entendimento do que é verdadeiramente o ordenamento. Aliás, referi muitas vezes durante a minha intervenção o que entendo a este respeito.

O Sr. Deputado levantou também a questão da regionalização e como é que ela entra no ordenamento do território.

Sr. Deputado, tenho abordado muitas vezes este assunto em público e tenho dito que a linha geral de aproximação da questão é sempre a mesma: Portugal tem duas regiões autónomas: as ilhas; quanto ao continente, ele tem de comportar regiões operacionais.

Temos as mais antigas fronteiras do mundo, não temos diferenças éticas, religiosas, linguísticas, culturais ou políticas; temos uma homogeneidade de país. Portanto, as regiões a constituir têm de consubstanciar objectivos muito bem explicitados, explicitação essa que é morosa e pressupõe um treino prévio à sua própria definição.

No que concerne às queixas das autarquias locais, relativamente à maneira de se envolverem no processo de planeamento, não vejo que queixas possam existir.

De facto, as autarquias intervêm de forma muito intensiva na preparação das candidaturas para o FEDER, intervêm na preparação dos planos de desenvolvimento regional e participam em reuniões comigo próprio ou com representantes do Ministério. Não vejo assim que queixas possam apresentar. Aliás, e pelo contrário, em comparação com outros países, estamos, folgadamente, a acomodar a participação das autarquias locais no processo de desenvolvimento.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Não é isso que eles dizem!

O Orador: — Se calhar têm um discurso para V. Ex.^a e outro para mim!

A verdade é que tenho a consciência tranquila de que, quer através dos contratos-programa que tenho homologado, quer através da participação na elaboração das candidaturas a Bruxelas no âmbito do FEDER, as autarquias têm participado largamente nas escolhas.

Portanto, estou muito tranquilo quanto às críticas que me fizeram e agradeço-vos, aliás, por elas, já que me permitiram esclarecer grande parte destes pontos.

Aplausos do PSD.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Vitor Crespo.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A Proposta de Lei n.º 75/V, denominada de Grandes Opções do Plano, apresenta desta vez um esquema de continuidade plurianual, informado pela análise comunitária e condicionado pelos objectivos globalmente conhecidos por «o grande desafio de 92». Assim sendo, as propostas agora em apreciação constituem, de facto «os planos para a Grande Opção».

A sua redacção elaborada, de estilo empolgante e patriótico, com recurso frequente ao apelo profundo das nossas raízes históricas e civilizacionais, pretende

convencer, todos os que em tempo oportuno não puderem optar, de que a «opção 92» é geográfica e historicamente natural, culturalmente irrepreensível e politicamente fatal. Nas entrelinhas da rebuscada prosa podem ler-se afirmações tais como: «foi o apelo da Europa que levou Afonso Henriques a expulsar os mouros...» ou «as caravelas quinhentistas partiram de Vilar Formoso com rumo a Bruxelas...».

É um segundo «impulso universalista» que de novo «mobiliza» um povo para que cumpra o seu destino! Não fora o texto ser tão longo e bem poderia constituir a letra de um fado, garganteado com arrebatos de Hino Nacional.

Que saudades, meus senhores, do tempo em que as cabeças pensavam e o futuro se fazia todos os dias, sem data marcada...

Grande é o esforço do prosador das GOP's para nos fazer crer que o firmamento tem apenas 12 estrelas, igualmente brilhantes e reluzentes, e que de lá nos vêm os impulsos determinantes que hão-de levar-nos a construir, sob gestão rigorosamente portuguesa (como é óbvio), uma sociedade de modelo aberto, nos domínios mental, social e económico. Muitas são as formas e nomes desses impulsos — FEDER, FEÓGA, PÉDIP, PEDAP, FSE, PNICIAP, STAR, VALOREN, OIDS, PRODEP, PROCEMP, PROCIAT, etc., etc., mundos e fundos que do céu nos caem e que de «Portugal, porta de Europa» farão um «Portugal, porta da dispensa» ou, talvez, um «Portugal, porta dos fundos.»

Que «opções» são estas em que o realismo é substituído pela talha barroca; a demagogia é criadora de factos e os riscos são apenas condimentos da aventura?

Que credibilidade podem ter «estratégias de desenvolvimento» em que se definem prioridades a que, no Orçamento, não correspondem os necessários meios financeiros? Como se pode considerar prioritária a componente educativa se o montante de verbas que lhe é atribuída não sofre variação sensível em relação ao ano anterior? E a imprescindível investigação científica, que continua a ser dotada com migalhas orçamentais? Que valorização da cultura e da língua sem um esforço económico visível que permita recuperar o tempo perdido e as distâncias alargadas entre as várias comunidades portuguesas?

Que respeito pelo património, como referencial cultural, sem um programa integrado de acções que visem a recuperação do muito que se perde todos os dias e para o qual não se vislumbra um suporte financeiro credível?

Que política de respeito pelo ambiente, quando as suas linhas mestras são definidas e redefinidas ano após ano, sem qualquer concretização e quando os investimentos na área da defesa e protecção do ambiente vão ser reduzidos no próximo ano?

Que «modernização de estruturas com a criatividade da descentralização» se a regionalização é deliberadamente atirada para o longo prazo, as autarquias são impedidas de participar na definição do seu desenvolvimento, aumentam os seus encargos e diminuem as suas verbas?

Que política de emprego, quando debaixo da manta publicitária do «quase pleno emprego» se acoita o flagelo do trabalho infantil, a precarização do vínculo laboral, o trabalho a prazo e os jovens «profissionais» dos cursos de formação?

Que saúde (talvez no ano 2000) se em 1989 baixam as dotações orçamentais do PIDDAC e se mantém a percentagem das despesas em relação ao corrente ano?

Que segurança social, entendida apenas como uma carga a alijar ou como câmara de ressonância eleitoralista, onde uns míseros tostões de aumento são apresentados como percentagens altíssimas na elevação do poder de compra dos mais pobres?

Que contributo para a construção de um espaço de diálogo e de paz, se a dinâmica militarista criou novas asas, e se afirma claramente e despidamente um aumento nos orçamentos de Defesa sem paralelo nos restantes países da NATO?

Afinal, que "desenvolvimento para um país" que se propõe gastar mais em «Defesa» do que no Planeamento e Ordenamento, quando o orçamento de Defesa, mais de 3% do PIB, é superior ao total das despesas nos sectores da Agricultura e Pescas, Energia e Minas, Comércio e Turismo, Emprego e Segurança Social, no seu conjunto?

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: São estes os planos para a Grande Opção. São estes os instrumentos do nosso convencimento. É este o canto da sereia que nos arrasta nesta vertigem do abismo. O grande desafio está lançado! Não o de 1992, que esse é uma imposição, mas o desafio da lucidez e da coragem para recusar a opção que não fizemos. Não temos que escolher a Europa. Sempre fomos Europa! E se há que redescobrir um continente, porquê ficarmos-nos apenas pelas «Antilhas»? Que faremos desta Europa que se estende até aos URAIS, assente em centenas de regiões, povos e culturas, que se recusam artificiais fronteiras políticas, tão pouco se dispõem levianamente a abdicar da sua essência e natureza. Porque teremos nós de o fazer?

Porque teremos de perder três anos do nosso desenvolvimento, correndo atrás de uma quimera, quando é certo que o futuro já começou e não acaba em 1992? Que fatalidade nos leva a atrelar-nos a um carro que vai em direção oposta ao futuro?

Estas e outras interrogações, são actuais, são legítimas e não quisemos deixar de as colocar agora, no momento de fazer opções!

Aplausos do PCP e da deputada Natália Correia (PRD).

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Santos.

O Sr. Almeida Santos (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: 1. É ponto assente que este Governo continua a não fazer a menor ideia do que seja um Plano.

Aqui só a que pela primeira vez deu esse nome, e que esta Assembleia muito justamente dissolveu a gárgalha, era algo de intermédio entre um esboço de romance histórico escrito em mau português e um ensaio de sociologia política sem sociologia e sem política, dele só também ressaltando os pontapés na gramática.

Na proposta que agora apresenta, justo é reconhecer que melhora a sintaxe. Mas é o mesmo o vazio das ideias. A mesma é também a confusão mental sobre o que devem ser, e até a forma que devam revestir, as Grandes Opções do Plano.

A ambição secreta do Governo, a ajuizar pelas propostas de revisão constitucional que apresenta e defende o partido que lhe serve de peanha, é mesmo acabar

com essa excrescência marxistoide; essa maldição do sol nascente que é a planificação democrática.

O liberalismo revisitado que o leva a clamar por menos Estado, condu-lo a desejar menos previsão, menos programação, mais espaço livre para a mão invisível que em seu entender harmoniza os interesses do indivíduo e da colectividade.

Quando apontou o exemplo dos lírios do campo para menosprezar as preocupações do dia a dia, Deus condenou o Plano. Pois quê? O lírio preocupado com a sua ração de humus ou de clorofila a cinco anos de precisar dela?

Confiemos na ordem natural das coisas. Ela se encarregará de fazer descer num raio de luz — como o Menino Jesus no conhecido poema de Fernando Pessoa — a riqueza dos ricos até à pobreza dos pobres. E quanto maior for a riqueza jacente lá no alto, mais riquezas pode descer ao patamar dos pobres.

Programar é embáraçar!

Posto isto, o Governo desempenha-se da obrigação constitucional de propor a esta Assembleia as Grandes Opções do Plano com o desenfado de quem sacode um empêcilho:

Para começar, só a custo se terá apercebido — tão deves são os sinais dessa percepção — de que o que tinha a enviar a esta Assembleia eram propostas de lei. Por outras palavras: deveria articular e normativizar as opções a que tivesse aderido.

Que fez o Governo? Mais uma vez, escreveu um livro técnico, prolixo, longo e chato — na justificada esperança de que ninguém o leia. Vai conseguir nisso assegurado êxito.

Quanto à proposta de lei, funda numa só as Grandes Opções de curto e médio prazo, manda às malvas as de longo prazo, e permite-se o desenfado, de achar que três opções, as mesmas para o tempo curto e médio, tão genéricas que cabe lá tudo, e tão vagas que não cabe lá concretamente nada preencher a sobre-dita exigência normativa.

Para que se queixe da pouquidão, lá está o artiguinho solerte a afirmar que o compacto relatório faz parte integrante do texto da lei.

Fácil e cômodo, como vem de ver-se.

Compete a esta Assembleia aprovar uma lei? Pois que aprove um «livro»!

E o «livro» prolixo e extenso demais, e sobretudo optativo de menos, para poder constituir, ainda que por remissão, mais um artigo da leizinha escassa?

Assim é. E como não pode ser por inferência convertido em lei, esta Assembleia encontra-se perante o dilema de se contentar com as três opções exígues vestidas no papel-da proposta, ou de aprovar também, como se de texto de lei se tratasse, uma caldeirada de promessa em que tudo é opção, o mesmo sendo que dizer que, nada o é.

Não escapará ao mais desatento que se trata afinal de um novo programa de Governo — posto que mau — o que só reforça a conclusão de que um Governo que, assim tão a despropósito se reprograma está tão a leste de saber o que é um Plano como a leste situa a ideia do que um Plano seja!

É sem dúvida tentador cumprir não cumprido; quando se resume a garantia de uma maioria parlamentar dócil, o bastante para converter a realidade a presunção...

Não estou tão certo disso, ou melhor, não estava até há pouco, aquando da conferência de imprensa dada pelo Grupo Parlamentar do PSD. Julgava eu que a maioria parlamentar não havia de querer sobrepor à comodidade de uma chancela, a conveniência em não alertar os eleitores contra os riscos de maiorias que expulsam do debate parlamentar a criatividade e a tradição.

2. Aparte o irrerealismo autista de pedir à Assembleia que aprove para 1989 e para 1989-1992 três opções que são as mesmas, é oportuno rememorar quais são essas opções e o que valem.

São elas: informar e mobilizar a sociedade; valorizar os recursos humanos e fortalecer o tecido social; reconvertêr e modernizar a economia.

E o que valem é menos do que as acções na bolsa de Lisboa.

Desta vez é o próprio Governo que pretende fazer passar «gato por lebre». O gato de dizer «bom dia» pela lebre de ter feito uma escolha!

Talvez tivesse sido possível um mais conseguido esforço de concisão por redução das três propostas à unidade.

Dir-se-ia assim: «O Governo propõe que a Assembleia opte, para o próximo ano, e para mais três, pela felicidade dos Portugueses».

Não vinculava a que a felicidade fosse a mesma para todos — o que seria embarrasoso para os desígnios da tal mão invisível — e ninguém poderia discordar. Era uma opção única, mas unâmim.

A trilogia é que não adianta nem atrasa. À ideia de informação andam ligadas conotações suspeitas. Outro tanto à de mobilização. E informar o quê, mobilizar para quê?

Valorizar os recursos humanos, muito bem, embora o Sr. Ministro da Educação ande para aí a dizer que não corresponde uma verba gorda à afirmação redonda!

Digo eu que melhor fora! Desvalorizar ou sequer não valorizar o máximo denominador comum de todas as políticas que é o Homem, estava, até agora, fora de qualquer conjectura!... Valorizá-lo «a outrance» era um dos mais assentes axiomas. Transformá-lo em opção, e opção legal, equivale a dizer: «Disponibilizar o máximo de oxigénio para todo o ser que respira». É tão vago como isso.

«Fortalecer o tecido social» pode ser tudo menos um objectivo claro. É uma visão «têxtil» da sociedade, que vai colectar vasto embaraço. Ou será que o Governo optou por escolhas que não queiram dizer coisa nenhuma?... Maquiavel aplaude.

«Reconverter e modernizar a economia» é um propósito menos esotérico. Mas ainda assim tão vago que, sem o adjutório de alguma explicitação, bem pouco significa. Reconverter a nossa economia a que padrão? Modernizá-la segundo que ideia de modernidade? É que começam a aparecer por aí uns heréticos incômodos a pregar guerra santa contra a modernização pela modernização, pretendendo, cada vez com mais vasto auditório, que nem tudo quanto é moderno é bom:

E como essa exótica gente logrou incutir em mim indisfarçáveis preocupações, eis que não estou disposto a passar um cheque em branco ao Governo sem saber de que modernidade se trata!

O próprio Governo Chinês, de seu uso tão comedido, foi menos lacónico. E optou por «quatro modernizações: a da agricultura, a da ciência, a da tecnologia

e a da defesa». O nosso foi vago e unidimensional: só a economia e esta aparentemente no seu todo, o que é bem capaz de ser demais!...

Em matéria de opções, é tudo. Optar é escolher? Assim parece. Pois o Governo não escolhe. Divaga e relata.

3. Que vale o relatório? Podem supreender-se nele as claras opções que desertaram da proposta de lei?

É outra decepção.

Já disse que é mais um programa de Governo. Mas um programa de Governo que praticamente não sai do âmbito económico e que, mesmo neste se move com repetitiva e predominante presença de um certo novoriquismo técnico dos reflexos económicos internos da nossa integração na Europa Comunitária.

O «Grande Mercado Único Europeu» que aí vem — único até enquanto désvio do nosso Primeiro-Ministro do paradigma que para ele é a Senhora Thatcher —, surge no relatório como uma espécie de «Big Brother», de nova divindade do unidimensional «homo economicus».

E são tantos os milhões de contos que até 1992 o «Tio Monet» vai prodigalizar a Portugal — 1200 milhões de contos, informa o relatório — que decerto só por acanhamento o Sr. Primeiro Ministro não trouxe aqui um contrito «peccavi» — ainda não perdi a esperança de que descubram um dia o agradável sabor da contrição — por ter procurado justificar a ruptura unilateral do acordo de Governo PS-PSD, entre outras razões por discordar da assinatura, na data já então aprazada e anunciada do tratado de integração de Portugal na CEE.

Hoje, reconhecerá decerto que o dilúvio dos milhões faz muito jeito a qualquer Primeiro-Ministro, mas sobretudo um Primeiro-Ministro sempre disponível para atribuir a mérito próprio os favores da conjuntura.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Enquanto isso, os portugueses dirão que só cada um deles não sabe ainda que prenda vai receber do Pai Natal. O Governo, esse, está farto de saber!

Pois é como disse. O relatório é a história de uma bênção: a bênção dos fundos estruturais europeus, a boa nova do Grande Mercado Único Europeu.

Daí, tudo o mais decorre: o Plano de Desenvolvimento Regional, os Programas Operacionais — floresta de siglas e de milhões — os PIIDAC regorgitantes de pecúnia...

Por opção ou sorte do Governo, o esforço de previsão já não abrange o ano de 1993, primeiro do amanhã que constituiu a maior opção dos portugueses depois da sua recusa dos conselhos do Velho do Restelo.

É que 1993 podem bem ser um ano de ressaca! Aquele em que se medem os resultados concretos do esforço de adaptação da economia portuguesa e em que esta passa a enfrentar, na sua plenitude ou quase, as consequências da livre circulação das pessoas, dos bens, dos serviços e dos capitais, em todo o espaço comunitário.

Com que vantagens e constrangimentos?

O Governo podia e devia tê-los previsto e avaliado! Mas esquivou-se a fazê-lo! E eu não afastaria a hipótese de esta medalha sem reverso, ou esta euforia sem

contraste, por um lado desarmar alguns agentes económicos contra os riscos da imprevisão, e por outro desencadear uma espécie de pericia das cautelas por parte de alguns agentes políticos, mais afotos nas águas fundas da maré enchente do que nos baixios da maré vazante!

Receio que o Governo se tenha eximido a esse esforço de previsão e esclarecimento, uma vez mais por ausência de ideias.

Optar é difícil. E o momento de escolher é sempre o mais indicativo de clarividência ou de falta dela.

Dai que, não sendo este Governo clairividente, não surpreenda que salte de três opções secas e genéricas, na proposta de lei, para uma caldeirada delas na prosa do relatório.

Melhor seria dizer-se que, no relatório — gordo repetitivo, programático e adorador do cifrão — o Governo propriamente não faz opções. Faz promessas, confundindo optar com prometer.

Promete sem medida e sem critério. Se a cada promessa equivalesse uma opção, estaria achado o caminho mais curto para não optar por coisa alguma! É porventura o mais panglossiano programa de Governo, até hoje apresentado.

Seria impossível reter aqui tudo o que o Governo promete.

Mas adianto que o faz naquele seu conhecido estilo de prometer medidas sem dizer quais, subsídios sem dizer quantos, apoios sem dizer em que consistem, estímulos sem adiantar em que se traduzem, esquemas sem esclarecer em que se desdobram.

Lê-se tanto desenvolvimento, tanto progresso, tanta modernização, tanta formação, tanto reforço, tanto acréscimo, tanta panaceia, tanto milhão, que começa a faltar-nos o ar!

Em matéria de consequências para a economia portuguesa da dinâmica comunitária, o Governo brindava-nos com esta visão simplificadora e estreita: a necessidade de ajustar a agricultura portuguesa aos resultados da reforma da política agrícola comum, nomeadamente à sua reforma; idem os sectores transformador e de serviços à um maior desarmamento em face de terceiros; o aumento da produtividade; a deslocação de activos; a redução dos custos decorrentes da distância; a redução das barreiras não aduaneiras; o reforço da concorrência no mercado interno.

Eis um exemplo da ligeireza com que por vezes se toma a parte pelo todo. Será que o Governo se não apercebe da revolução pacífica que vem aí, e já está a caminho, pelo facto de termos escolhido integrar-nos numa comunidade mais evoluída, mais vasta e progressivamente mais unificada?

— Será que se dá conta de que, num futuro próximo, a maioria dos normativos que regem a nossa economia, sem cuidar de outros, escapam à competência dos nossos órgãos legislativos tradicionais?

— Será que faz tabua rasa dos efeitos da liberdade de circulação das pessoas sobre a idade da população, a percentagem dos activos, o destino e a mentalidade dos nossos emigrantes, a mutação dos nossos hábitos, a adulteração da língua?

— Será que preocupam os possíveis efeitos negativos da livre circulação dos capitais sobre a titularidade do nosso património?

— Será que lhe tira o sono pensar no destino da «panela de barro», do preço e da qualidade dos nossos produtos, lado a lado e rio abaixo com a «panela de ferro»?

dos preços e da qualidade dos similares concorrentes ou sucedâneos europeus?

— E será mesmo verdade que a nossa participação entusiástica na construção europeia «não representa, nem implica, enfraquecimento da nossa soberania?»

— Não se terá este Governo apercebido ainda de que a formação de grandes espaços económicos a caminho de políticos — de que a Comunidade Europeia é apenas o exemplo mais frizante — bem como as crescentes interdependência e complementariedade das economias e das políticas nacionais características deste fim de século, são o reflexo de uma crise profunda e de consequências não de todo previsíveis geradora dessa forma de «egoísmo em ponto grande» que é o chauvinismo?

— Quando será que nós daremos conta de que os mais graves problemas do nosso tempo — incluindo a segurança individual e colectiva, a exaustão dos recursos naturais e a preservação da vida sobre a terra — não têm qualquer solução quando «abordados segundo a lógica dos estados soberanos»?

— O meu país continua a ter sempre razão? O país meu vizinho continua, por definição, a ser meu inimigo? Continuo a estar-me nas tintas para fome no Bangladesh? Tenho o direito de inquinar de radioactividade a atmosfera que não é só minha? Ou de comprometer equilíbrios naturais que estão longe de ser uma questão interna?

— Pelo que me diz respeito, não cultivo ilusões. E adiro, convictamente ao projecto europeu entre outras razões por estar convencido de que antecipa a superação a escala nacional de egoismos que já não toleramos a escala individual ou de pequenos grupos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É este apenas um exemplo de que este Governo não sabe em que país vive, nem sabe que Portugal programa, que Portugal deseja, tão pouco o Portugal que quer.

Se suspeitasse, ainda que só por intuição, o mundo que, vem aí, não trazia até nós opções tão parecidas com o rol de legados de um testamento de surpresa,

O Governo não tentou sequer reflectir e escolher. Modelou uma espécie de «bezerro de ouro» com os anéis da comunidade, mesmo ao dar prioridade à educação e à formação, procura, aparentemente, mais produção e mais eficácia, como se a felicidade dos homens se medisse em unidades de performance.

Não há, infelizmente, muitos futuros possíveis. E de pouco nos valerão um modernismo ou um crescimento económico de efeitos perversos. Se formos mais evoluídos e mais ricos sobrepovoando e deshumanizando os centros urbanos; sobreexplorando os campos, exaurindo os recursos naturais e poluindo o ambiente, seremos mais atrasados e mais pobres.

— Como eu gostaria de surpreender o Governo do meu País preocupado com os reais problemas deste fim de século! Como eu gostaria de encontrar na proposta de lei das Grandes Opções do Plano corajosas e esclarecidas opções sobre questões tão candentes como o futuro energético do País e do Mundo; a explosão demográfica, os ciclos de regeneração e renovação da natureza; o consumo alienante; a publicidade perversa; a busca dos contornos de uma nova ordem não só económica, mas também política e moral internacional.

Cito apenas alguns exemplos dos problemas que poderiam e deveriam ter preocupado este Governo no momento em que se debruçou sobre as Grandes Opções do Plano.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, queira terminar pois está já a entrar no tempo atribuído para amanhã. Informo-o, também, de que há já várias inscrições para pedidos de esclarecimento.

O Orador: — Sr. Presidente, entrarei, pois, no tempo atribuído para amanhã.

Como eu o aplaudiria ao vê-lo interrogar-se, neste cotovelo da era moderna para a era-outra que se seguramente vem aí: vale ou não a pena que o Estado financeie até à gratuidade serviços básicos como a segurança, a justiça e a saúde? Até que ponto são universalmente válidas as minhas ideias e convicções? Até que ponto são difíceis as respostas que julgo fáceis, ou passageiras as que julgo eternas? No liberalismo é tudo bom? No socialismo é tudo mau? O Japão está errado quando confia a sua defesa aos Estados Unidos? A Suíça está iludida quando fia a defesa da neutralidade?

Continua válidos modelos de organização política, económica e social, e até filosofias e religiões, que produziram um bilião de subalimentados, um número próximo de trabalhadores sem trabalho, elevados índices de mortalidade por falta de assistência, insegurança individual e colectiva, um holocausto nuclear à mercê de um erro ou de um louco?

Ah, sim! Eu estaria aqui a bater palmas *in mente* se o Governo tivesse optado por justiça mais acessível; por saúde mais barata; por um Portugal em recuo face aos factores de degradação do ambiente por um claro sim ou não às regiões administrativas (e tenho de registrar aqui que, finalmente, em alguma coisa estou de acordo com o Governo, ou do Governo está de acordo comigo: como todos sabem, eu, ao contrário do ponto de vista do meu partido, nunca concordei com as regiões administrativas e verifico que o Governo também não)...

Risos.

..., por um claro sim ou não à energia nuclear; por uma política de retenção em Portugal dos jovens de espírito pronto para as seduções de uma aventura europeia; por uma política da habitação não reduzida a uma promessa irrealista de reanimação do mercado do arrendamento; por uma arrojada política de gestão da água, e de retenção na floresta da energia solar, e porque não, uma opção de fim de mito sobre a mais patriótica aplicação das nossas reservas de ouro.

Vai sendo tempo de que alguém se lembre de avaliar o sofrimento de um povo e de uma geração que há muito transportam a cruz de uma vida sem amanhã.

Ao menos a esse respeito, o Governo é claro. E vá de nos advertir de que «não vai utilizar o reforço da Coesão Económica e Social e a criação do Mercado Interno... para melhorar, no plano imediato, as condições de vida da população».

Mais empenhado em *performances* económicas do que em justiça social, o Governo adverte-nos de que «o céu pode esperar». Mediú orgiaticamente indicadores, contabilizou e distribuiu milhões numa perspectiva de crescimento pelo crescimento, redigiu o relatório e o balanço de uma empresa denominada Portugal S.A.

É o relatório de um Governo de contabilistas, digo com o máximo respeito, não a Lei das Grandes Opções do Plano de um Governo de homens de Estado.

Aplausos do PS, do PRD, de Os Verdes e dos Deputados Independentes João Corregeror da Fonseca e Raul Castro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, a Mesa informa que se inscreveram para pedir esclarecimentos os Sr. Deputado Montalvão Machado, Carlos Encarnação, Silva Marques, Guido Rodrigues e Herculano Pombo.

Reafirma-se ainda que o Partido Socialista, para responder aos pedidos de esclarecimento, vai utilizar do tempo de que dispõe para o debate de amanhã.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Montalvão Machado.

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Sr. Deputado Almeida Santos, ao ouvir anunciar a sua intervenção e ao vê-lo caminhar para aquela tribuna, fiquei, desde logo, com a legítima expectativa de que amanhã iremos aqui ouvir, pelo menos, os Srs. Deputados Jorge Sampaio e Jaime Gama o que contribuirá para o enriquecimento do debate o que nos dará também muito gosto.

Ouvi o seu estilo próprio. Já temos falado sobre isso muitas vezes e sempre lhe tenho referido que sou um dos seus admiradores nesse aspecto.

Compreendo, perfeitamente, a razão e a necessidade que o Sr. Deputado teve para fazer este discurso.

Foi uma discurso que me lembrou — e V. Ex.^a perdoará — a imagem de uma pessoa que vê ao longe um ramo de flores muito bonito, corre para ele com a ânsia de cheirar o perfume das rosas e de ver as cores das pétalas, chega lá e verifica, que não cheiram a coisa nenhuma. É um ramo seco, sem conteúdo.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Na verdade, Sr. Deputado Almeida Santos, é essa a impressão com que fico!

Assim, V. Ex.^a desculpar-me-á que lhe coloque algumas questões, muito ligeiramente, pois não tenho tempo para mais.

Limitar-me-ia, portanto, a perguntar-lhe se é ou não verdade que o diploma das Grandes Opções do Plano, pela primeira vez, apresenta uma opção que se destina a vários anos. Se é ou não verdade que há opções a médio e a longo prazo. Se é ou não verdade que há opções directamente dirigidas às áreas da educação, da saúde, dos transportes. Se é ou não verdade que há uma opção pelo rigor, pela seriedade, pela honestidade, contra o desleixo, a incúria e a desonestidade.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Almeida Santos deseja responder já ou no final?

O Sr. Almeida Santos (PS): — No final, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Encarnação.

O Sr. Carlos Encarnação (PSD): — Sr. Deputado Almeida Santos, com todo o respeito que V. Ex.^a me merece, cuido que iria dizer-nos que a economia com o Partido Socialista foi exemplarmente planificada.

Cuidei que V. Ex.^a iria dizer-nos que o País se rogozijou com os benefícios do planeamento dos governos socialistas.

Gostaria de ouvir V. Ex.^a dizer não o que não é, mas o que é um Plano.

Mas, V. Ex.^a não o disse, porque não poderia dizer o que o Partido Socialista nunca praticou.

V. Ex.^a que, ao «romance», assim classificou o relatório do Governo, respondeu com um ensaio literário em trigésima edição; V. Ex.^a preso, qual Prometeu agrilhado nas contradições, nos desejos mal sofridos, que, para nosso bem e seu mal, de um Primeiro-Ministro que nunca chegou a ser, diz que o Governo não sabe que o país quer. O país diz a V. Ex.^a, repetida, constantemente e sem alternativa, que sabe o que quer e que quer este Governo.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Agora, acabaram-se as flores?

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Vem aí a artilharia!

Risos.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Estejam descansados, não vou dar cabo do CDS, porque seria excessivo. Convém sempre guardar um resto.

Risos do PSD.

Sr. Deputado Almeida Santos, as opções do Governo não prestam, só que o Sr. Deputado não disse as suas. Limitou-se a uma enunciação de generalidades — e devo dizer-lhe que, mesmo aí, no domínio das generalidades onde é fácil evitar essas coisas — cheias de contradições, o Sr. Deputado disse o mesmo *ipsis verbis* «optar é difícil».

Não há a menor dúvida e o PS é bem prova disso.

Risos do PSD.

Sr. Deputado, tenho estado muito atento à «apanhar», para além das críticas, às vossas ideias que em meu entender são um bocado desajeaditas.

Já há pouco salientei uma, a do Sr. Deputado João Cravinho, acerca do «Estado-Providência», do «Estado Bem-Estar», em relação ao qual o Sr. Deputado me lembrou o Krutshev, há trinta anos atrás, a anunciar o comunismo em 1980.

O Sr. João Amaral (PCP): — Isso é uma fixação!

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — São os seus fantasmas, Sr. Deputado?

O Orador: — Imaginem como é ridículo! E o Sr. Deputado trouxe também uma ideia: a da planificação democrática. Ao ouvir isso ia dando um salto, pois lembrou-me o Gosplan.

Sr. Deputado, a questão sobre que gostaria que me esclarecesse é se o PS não tem ideias ou se então, as ideias estão a andar para trás. Se assim é, a vossa crise não terá conserto.

Sr. Deputado, não posso alongar-me mais porque o tempo é escasso. No entanto, com descontração, V. Ex.^a fez um certo número de apreciações, que são legítimas no plano parlamentar, talvez excessivas no sentido de serem inúteis para a economia do debate, não vou entrar por esse caminho, mas, de qualquer modo, não poderia terminar a minha intervenção sem uma nota quanto a esse ponto.

O Sr. Deputado disse que os textos do Governo estão mal escritos do ponto de vista do português, que a gramática é péssima assim como a sintaxe, que são muito prolixos, gordos, etc.

Eventualmente, será uma matéria importante para este debate, pelo menos assim parece no seu entendimento, e, por isso, não poderia deixar também de lhe dar uma nota nesse domínio.

Neste sentido, digo-lhe com sinceridade que o texto do Sr. Deputado pareceu-me uma belíssima, embora longa, redacção.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Deputado Almeida Santos, pelo que acabámos de ouvir, *margaritas ad pullam*.

Após o seu discurso, restam-me duas certezas: primeira, que a lucidez política ainda não se apagou; segunda, que a língua portuguesa pode ter outras utilizações belas e claras que não as do pirismo pseudo-literário das GOP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, tendo em conta os tempos de que dispõem os diversos grupos parlamentares e o Governo e, também, que não será excessiva a utilização dos respectivos tempos na sessão de amanhã, a Mesa informa que poderemos terminar os nossos trabalhos de hoje cerca das 20 horas e 30 minutos ou, o mais tardar, até às 21 horas.

Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Santos.

O Sr. Almeida Santos (PS): — Começaria por pedir ao Sr. Deputado Herculano Pombo que me relevasse não lhe responder porque não me colocou nenhuma questão, limitando-me a agradecer as referências que me fez.

Relativamente aos três «generais» do PSD que «saltaram a terreiro» — fico muito lisonjeado com isso —, queria dizer que fico com a vaga impressão de que estão doentes de uma doença que já vou dizer qual é, mas que não é grave: estão a precisar de um antibiótico qualquer contra o conformismo. Essa doença, na fase aguda, chama-se resignação. De facto vejo-os muito conformados e muito resignados, exaltando aquilo que não merece exaltação, dizendo que são boas as GOP que, pura e simplesmente, não existem. Há algumas considerações louváveis no relatório — não direi que é tudo mau — o que não são é GOP.

Pus uma questão que tem algo de formal mas que, em bom rigor, coloca o Governo em pecado de omisão. Esta é uma proposta de lei das Grandes Opções do Plano? Os senhores acham que sim e ficam felizes com uma proposta de lei com três palavrinhas que pouco mais dizem do que «bom dia, meu senhor»?

Se, sim, então, os senhores estão a incorrer em pecado de conformismo. Tenham cuidado não vá isso transformar-se numa forma de astenia ou de epilepsia — não sei bem, porque não sou propriamente perito em medicina. Mas cuidado com isso! Fico muito apreensivo!

Na minha intervenção — afinal de contas, soa a literatura! —, dizia eu que estou convencido de que o Grupo Parlamentar do PSD não vai chancelar estas GOP — não! — e que vai exigir que, ao menos, o Governo transfira para a proposta de lei alguma coisa do que está no relatório. Ao menos isso, Srs. Deputados!... Mas não! Vejo que os senhores estão mesmo dispostos a chancelar. Isto já não é um grupo parlamentar: começa a transformar-se numa chancelaria.

Sr. Deputado Montalvão Machado, como sabe, os deputados Jaime Gama e Jorge Sampaio têm muito com que se entreter neste momento e é mais do que justificada a sua ausência.

Sr. Deputado diz que tenho um estilo próprio (referem sempre o meu estilo para desvalorizarem o significado do que digo). Se considera que o estilo é bom, fico cativado, mas não gostei que me tivessem dito que não tem conteúdo o que eu disse. Podem concordar ou discordar: é normal. Quanto a mim, em democracia, a discordância é construtiva, mas afirmar que não disse nada... quem nada disse foi o Governo! O Governo é que não tem a menor ideia do Portugal que quer ou do Portugal que aí vem: faz uma previsão a quatro anos, mas é só economia.

Em primeiro lugar, acontece que a Constituição não quer que o Plano seja só economia, quer que tenha um conteúdo social e outros conteúdos muito relevantes: quer que tudo isso esteja na lei e que o relatório seja apenas a fundamentação e a explicitação de opções que, têm que estar na lei.

No entanto, na lei não está nada: está o tal «bom dia» a que me referi ou pouco menos que poderia ser reduzido a «felicidades portugueses!» — significaria a mesma coisa e todos estariam de acordo com essa opção. Só que esta opção não seria nem grande nem seria mais do que uma. E mal vai um Governo que só tem uma opção.

Quanto à ideia do perfume das rosas, devo dizer que «cheirei» o Plano e verifiquei que é um cardo e que não cheira a nada. Até me piquei um pouco na sua vacuidade.

Risos do PS...

Não cheira a nada! Também não direi que cheira mal, porque não é o caso! De facto, não cheira mal nem cheira a nada: como não tem GOP, as GOP não «cheiram». As GOP não «cheiram» tal como as rosas também não cheiram quando não existem.

Afirmou-se que esta é a primeira vez em que é formulada uma opção para mais do que um ano. Ora, vejo aqui três «alíneas» que pretendem ser três vagas e genéricas opções — três «bom dia, felicidades meus amigos!» — que são as mesmas para o próximo ano e para os três anos seguintes, para o médio e para o curto prazo. Até esse defeito as GOP têm.

Realmente, em relação ao tal Programa de Governo a que me refiro, no relatório não se fala só na saúde, nem só na educação, nem só na incúria, nem na desonestade, fala-se de tudo. Mas o mal é esse, Srs. Deputados! É que o papel das Grandes Opções do Plano

e do respectivo relatório não é para falar de tudo mas, sim, para falar do essencial, das escolhas, das opções, para nos dizer qual é o Portugal que o Governo quer.

Mesmo no domínio da economia, o Governo tem que nos dizer: «queremos ser um país agrícola». E no que respeita à agricultura: «queremos ser florestal, de regadio ou de sequeiro». Ou, então, o Governo dir-nos-á: «queremos pescas». E no âmbito das pescas, ainda tem que nos dizer qual o tipo: se vamos competir com a Espanha, se é pesca de arrasto, se é artesanal ou se é pesca científica e de alta tecnologia. O Governo tem que nos dizer se quer um país de serviços. E, dentro dos serviços, dir-nos-á se quer o turismo ou se quer outro tipo de serviços — portos, comércio ou transporte marítimo, ou qualquer outro. Ou, então, o Governo dir-nos-á que, na verdade, quer um país industrial e, nesse âmbito, terá que dizer se pretende uma indústria pesada ou uma indústria ligeira, poluente ou não poluente. Isto é que são Opções.

No plano da organização do Estado, também seria uma Opção se o Governo nos dissesse que não quer regiões administrativas, que «o Almeida Santos até tem razão e não queremos regiões administrativas». Eu perceberia isto...

No plano da energia, ao menos, o Governo deveria dizer-nos se vai enveredar pela energia atómica e se ainda admite fazê-lo depois de tudo por que o mundo já passou.

Em matéria da política de defesa, o Governo deve dizer alguma coisa: «vamos ser um país armado até aos dentes», «o nosso inimigo é a Espanha, por exemplo». (Parece que ainda é! Quando eu andava a fazer a tropa, em Mafra, recebímos um envelope que dizia «os espanhóis desembarcaram na Ericeira». Era este o paradigma. Não sei se ainda é, mas se não são os espanhóis temos que arranjar outro inimigo qualquer).

No meu espírito, tudo isto é que constitui um Plano. E quando o Sr. Deputado Silva Marques me diz que não sabemos o que é um Plano, respondo-lhe que sabemos. Quando o Sr. Deputado Carlos Encarnação pergunta o que é um Plano, respondo-lhe que são escórias. Um Plano, é dizer aos portugueses, «se queres investir, investe no turismo porque é para aí que caminharemos», ou, então, é dizer ao agricultor, «vai para a floresta que não quero cá regadio nem sequeiro. Não vou fazer barragens de maneira nenhuma: floresta, só floresta, média encosta e gado na média encosta.» Isto eu perceberia, porque seria uma orientação para os portugueses e também para os investidores estrangeiros.

O Governo deixa-nos sem «norte», porque ele próprio não o tem.

E não digam que é o meu discurso que não tem ideias, é o Governo que as não tem.

O Governo até é constituído por bons técnicos económicos como o Sr. Primeiro-Ministro ou o Sr. Ministro das Finanças — não é isso que está em causa. Em matéria de economia movimentam-se muito bem e, então, em «tempos de vacas gordas» é tanto o «leite para ordenhar» que «queijo» não falta!

No entanto, quanto ao resto, desculpem, mas não têm ideias. O mal dos nossos governantes é terem só a unidimensão tecnocrática e não terem a dimensão social que o Plano também tem que ter porque a Constituição assim o exige.

Já respondi, em parte, ao Sr. Deputado Carlos Encarnação. Perguntou-me se considero que a economia do PS foi exemplarmente planificada. Respondo-lhe que não

, foi a do PSD, como não o foi a do PSD nos tempos da AD, como também não o foi a do PSD nos tempos do último Governo, PS-PSD! Mas quanto mais tarde se planifica mais imperdoável é quem não se saiba planificar. Vamos aprender dum pouco pisto da democracia e luta cívica;

O Governo é impermeável à ideia de um Plano pela razão que apontei. É que o Governo não concorda com a planificação, odeia-a e achá-la querido liberalismo deve ter o pulso livre: «nada de planificar porque isso é trair a «mão invisível». Deus já planificou, vamos deixar-lhe entregar-lá à Providência.»

«Deixemo-lo aos homens providenciais» — o que é mais ou menos a mesma coisa.

Já disse o que entendo que é um Plano. Já disse:

Quanto à sua afirmação de eu nunca ter chegado a ser Primeiro-Ministro, digo-lhe que não sou um homem ressentido e o Sr. Deputado sabe-o. Dei provas disso, desde então até hoje. O qualquer que outros o fossem tão pôrco!

O País quer este Governo? Bem mas essa é a GOP do País não é a GOP do Governo! Nós estamos a discutir aqui as GOP do Governo não estamos a discutir as GOP do País. É verdade que a última grande GOP foi votada neste Governo, e votou-se como nunca se tinha votado em Portugal. Muito bem! Foi essa a grande opção do País! Mas agora o País quer votar no Governo quer que ele tenha as suas próprias GOP — é isso que é que eu ainda não vi nem aqui nem parte alguma.

O Sr. Duarte Lima (PSD). — Posso interrompê-lo, Sr. Deputado?

O Sr. Duarte Lima (PSD). — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Duarte Lima (PSD). — Sr. Deputado, v. Ex.ª foi várias vezes um brilhante ministro e chanceler também nessa qualidade várias vezes, várias opções. Foram sempre também opções pequeninas, normalmente opções para um ano, nunca opções a médio prazo. Não sei se lhe diziam bom-dia, talvez lhe dissessem boa-noite! E agora a posteriori pergunto-lhe se isso é um reconhecimento de que v. Ex.ª na realidade nunca teve opções sérias nos Governos de que fez parte?

O Sr. Duarte Lima (PSD). — Sr. Deputado Duarte Lima, nunca intervini na feitura das Grandes Opções do Plano. Fiz tanta coisa, tanta lei boa e má, fiz tanta asneira, tantas coisas acertadas, mas, por acaso, nunca intervini na feitura de nenhuma opção. Essa responsabilidade não tenho, e garanto-lhe que se alguma vez fizesse algumas opções fazia-as mais curtas, mais esclarecedoras, mais sintéticas e, sobretudo, mais optativas. Eram verdadeiras escolhas. Isto que aqui tenho não é nada!

O Sr. Duarte Lima (PSD). — Teve que assinar em Conselho de Ministros!

O Sr. Orador. — Sr. Deputado, a solidariedade institucional de um ministro não significa que concorde com tudo aquilo que os governos aprovam! Pelo contrário.

Uma voz do PS. — Muito bem! —

O Sr. Duarte Lima (PSD). — Está a respondido!

O Sr. Orador. — Sr. Deputado Silva Marques, não espereava que fizesse uma intervenção tão murcha! Hoje o senhor não está em forma, quer é que é isso? Normalmente nunca lhe receitei tópicos de verbalismo, porquanto o senhor é na verdade um homem comum a verbo extraordinária.

— Aos esorts e bairros — obre o seu bairro!

O Sr. Silva Marques (PSD). — A oposição não ajudou a opção, mas o PSD não é o PSD — é o PSD.

O Sr. Orador. — Esta tão murcho, tão murcho, que tenho uma vagalimpressão de que o senhor concordou com o que eu disse.

Risos do PSD.

O Sr. Silva Marques (PSD). — Mas não diz as suas opções! Isso é o que se acha no PSD.

O Sr. Orador. — O que é que eu não disse?

O Sr. Silva Marques (PSD). — Mas não diz as suas opções!

O Sr. Orador. — O que é que eu não disse?

O Sr. Silva Marques (PSD). — Eu não tenho que dizer as minhas opções.

O Sr. Orador. — Eu não tenho que dizer as minhas opções, mas, até já, disse aqui alguma coisa sobre elas e, também, disse na intervenção que fiz. Mas não tinha que dizer; não são as grandes opções do Almeida Santos nem sequer das do Sr. Primeiro-Ministro, não das do Governo, é isso que é.

O Sr. Orador. — O que é que o País já optou pelo PSD, já optou depois de quase difícil optar? Não, não é o PSD que o País já optou pelo PSD, portanto, às vezes, o PSD é um bóm tema de opção! Não é assim também tão difícil optar, mas é assim.

O Sr. Luís Meneses (PSD). — É às vezes difícil optar, mas é assim.

O Sr. Orador. — «O PSD não tem ideias!» Bem, creio que demonstre aqui que tem algumas pelo menos através da infervenção que fiz e sem que demonstrei que quem as não tem é tinha que te-las neste momento, não é o PSD que não está a governar, mas é o PSD. Bom, eu não disse que este texto era mal escrito. Eu disse que mal escrito era o outro, o anterior, era uma coisa horrível e denunciei esse facto aqui. Quanto a este disse até que está escrito em boa sintaxe, portanto, não confundamos! Este relatório das Grandes Opções do Plano não está mal escrito, simplesmente não tem conteúdo.

O Sr. Ministro do Plano fez aqui uma tentativa esforçada, mas frustrada, de pôr alguma coisa onde não havia nada. Também fiquei muito frustrado com os esclarecimentos que não dei.

E que é que posso dizer aos Srs. Deputados do PSD que me interpelaram? É que já que o Governo e os senhores renunciaram a fazer verdadeiras opções, só nós resta a nós fazê-las, e já a fizemos! não queremos este Governo!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente. — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr. Deputada Lurdes Hespanhol.

O Sr. Lurdes Hespanhol (PCP). — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, O presente debate orçamental tem assentado num lenorme equívoco! Pretende o Governo fazer crer que as áreas de maior incidência social teriam relevante proposta de

Orçamento para 1989. É preciso dizer para acabar com esta mistificação que tais declarações nada têm a ver com a realidade. Bem pelo contrário!

Se há sectores que são gravemente prejudicados com este Orçamento, eles situam-se precisamente na área social.

Abordemos a questão educativa.

É estranho, mesmo muito estranhos, que o «Ministro da Prioridade» das prioridades nem sequer venha a este debate explicar o Orçamento do seu Ministério.

A razão é no entanto simples. Como seria possível a um tal ministro vir aqui explicar que afinal a prioridade das prioridades até decresce em termos orçamentais relativamente ao ano anterior?

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Como seria possível explicar a redução da despesa pública com o Ministério da Educação de 13,06%, em 1988, para 12,53%, em 1989, e continuar a dizer que o sector educativo é uma prioridade?

Como seria possível a um tal ministro vir aqui explicar que tendo reconhecido há um ano a situação degradada da função docente, se proponha continuar a agravar esta degradação no ano de 1989?

Como seria possível (e credível) vir aqui dizer que o investimento com a Educação cresce quando se verifica uma travagem (indesmentível) nesse investimento?

O Sr. Rogério Moreira (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Que credibilidade poderiam ter as suas palavras quando os projectos de desenvolvimento do sistema educativo ainda se encontram na gaveta?

Quer dizer de um ministério que não divulgou elementos essenciais para análise do seu Orçamento?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Orçamento apresentado para este importante sector compromete a realização da reforma educativa. Põe em causa o presente e o futuro das jovens gerações. Ignora que não é possível concretizar novos objectivos no sistema educativo sem os profissionais da educação, designadamente os professores e muito menos contra os professores.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — Pretende responsabilizar, ultrapassando as disposições legais em matéria de competências, as autarquias pela resolução dos problemas que criou e que não consegue resolver.

O PCP considera que este Orçamento não serve. A sua aprovação representaria um agravamento dos problemas já hoje existentes de carência de meios e de verbas para responder às necessidades. As dificuldades financeiras das Universidades são disso um bom exemplo.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — A situação é tanto mais grave quanto é já do conhecimento da opinião pública que o próprio Ministro da Educação confirmou em Comissão Especializada as suas dificuldades na execução orçamental de 1988 se lhe não fossem asseguradas mais verbas, designadamente da chamada dotação concorrencial e de

novas comparticipações do FEDER (aspectos declarados inconstitucionais pelo competente órgão de fiscalização).

Para 1989 mantêm-se e agravam-se estas dificuldades.

Os deputados comunistas alertam para que a manutenção (ou mesmo o agravamento como é proposto) desta situação representaria um passo atrás no desenvolvimento da aplicação da lei de bases do sistema Educativo e na realização da reforma educativa.

Isto não pode ser, Srs. Deputados: Com vista a minorar a situação criada pelo Governo o PCP apresentará propostas que viabilizem: o alargamento da rede escolar do ensino básico e secundário; o desenvolvimento da educação pré-escolar nas vertentes de construção de novos jardins de infância e na garantia de pleno emprego aos educadores; o reforço das dotações para o ensino superior, designadamente as Universidades, quer para funcionamento, quer no domínio do investimento, assegurando, por outro lado, a consagração dos mecanismos que permitam a integral aplicação da lei da autonomia universitária; promoção de uma maior igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar designadamente reforçando as dotações para a acção social escolar; a revalorização da função docente e expansão da difusão da cultura e língua portuguesa no estrangeiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se quanto à Educação o espectáculo é desolador diga-se que quanto à Cultura os valores previstos estão muito aquém da necessária e urgente dignificação e valorização da cultura portuguesa nas suas diversas vertentes.

O mesmo se pode dizer quanto ao sector da investigação científica já que o Orçamento apresentado significa a estagnação o que põe em causa esta componente indispensável para o desenvolvimento do País.

Chega-se ao ponto de dizer em despacho ministerial que «se o Orçamento do Estado já nem sequer paga os vêncimentos de pessoal...». Estranha concepção esta, Srs. Deputados!

É bom lembrar que há uma lei aprovada por unanimidade, nesta casa, que determina que o País destina às actividades de ID 2,5% do PIB em 1987. Este Orçamento pouco mais prevê que 0,5%, comprometendo seriamente aquele objectivo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os problemas da educação não se resolvem com birras ou ausências ministeriais!

Como lembrou, ainda hoje, o Ministro das Finanças, a proposta de Orçamento vincula todos e cada um dos membros do Governo, ou seja, não se escude o Ministro da Educação com responsabilidade de outrém para fugir à sua própria responsabilidade.

Aplausos do PCP.

Nem os problemas se resolvem com entrevistas desculpabilizantes a órgãos da comunicação social.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — No debate do Programa do Governo, o Ministro da Educação concordou com o diagnóstico da crise. Afirmou que iria tomar medidas para a resolver. Esta proposta de Orçamento é a confissão de que ou não quis ou não foi capaz de o fazer.

Por isso aqui fica o desafio.

Vamos clarificar a questão no debate na especialidade! Debate em que o Ministro da Educação e o Ministro das Finanças devem estar presentes para que a opinião pública possa saber quem é responsável pela crise e acabem os subterfúgios, as fugas à responsabilidade, que é o que o Dr. Antunes o tem feito dizer? *Aplausos do PCP.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Ao usar da palavra pela primeira vez neste Plenário, após sete anos de ausência, quero a todos saudar e agradecer aos numerosos Srs. Deputados, de todas as bancadas, a forma calorosa como me receberam, facto que muito me sensibilizou. Acrescentarei uma saudação especial ao Sr. Primeiro-Ministro e aos membros do seu Governo, com muitos dos quais tive o gosto de trabalhar nos últimos anos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É para mim uma evidência que este debate das propostas de lei relativas às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Estado para 1989 deve ser essencialmente político. Deve deverão resultar claras alternativas globais que sejam exequíveis dentro dos meios disponíveis. Julgo, por isso, que terão ainda utilidade as reflexões que vou dirigir aos Srs. Deputados das oposições e que é a sua

Pergunto-me, para começar, se por vezes não confundem os Srs. Deputados das oposições meras opiniões, certamente respeitáveis, com julgamentos definitivos e categóricos do que é bom e do que é mau. Agora até ouvimos do que existe e do que não existe, nos quais pressinto um pouco de um maniqueísmo latente que, esse sim, é uma doença grave, bem mais grave das que há pouco falava o Sr. Deputado Almeida Santos, e que é mais próprio de certas vanguardas que se auto-atribuem o exclusivo da verdade do que de verdadeiros democratas.

É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos já felizmente muito longe dos tempos de Robespierre, da sua divisão dos homens entre os que detêm a virtude e os que, embora mascarados, defendem interesse. É igualmente simplista o discurso que aqui ouvimos inspirado na defesa dos interesses antagónicos de classe, quase faltaram os burgueses contra os proletários, inspirados num marxismo ultra-envelhecido. Como é reduzora a oposição liberalismo/socialismo de que agora ouvimos falar, como se nada mais houvesse hoje nas sociedades modernas debaixo do céu.

E como é absurdo explicar as motivações do Partido Social-Democrata no exercício do poder, através da defesa dos interesses de uma classe ou até do reforço dos seus adeptos na máquina administrativa — já se disse isto nesta Casa há meses —, não só por o PSD ser obviamente um partido interclassista, por ter 51% dos sufrágios dos portugueses, mas porque as motivações que levam cada indivíduo ao exercício do poder são muitas e variadas! O Padre Manuel Antunes, num excelente e luminoso texto, descreveu nada mais, nada menos do que nove, acrescentando que muitas vezes elas se misturam e combinam em cada homem. Que sentido tem, por isso, sem descer — admitindo que o não querem fazer, mas tenho dúvidas — ao nível do

mero processo de intenções, reduzir à acção de um partido maioritário a um só, mobil ou acum conjuntos de interesses únicos? Obviamente nenhum! Gostaria que todos abandonassem de vez a alternaça entre a velhíssima retórica do gongorismo e o vício cientista. Nem uma nem outra têm a ver com política. É preciso — e peço que o meu amigo e deputado Almeida Santos me desculpen — que, de uma vez por todas, se diga que isto não é a política. É retórica, são outras ciências marginais conexas, mas política não é, como passarei a provar.

Aplausos do PSD.

Congratulo-me que o CDS se tenha demarcado e tenha rejeitado um debate teórico, técnico. Mas ouvi há dias invocar-se aqui a competência que certos deputados têm ao darem provas como bons retóricos, como bons económistas, bons juristas, talvez para lhes dar uma autoridade que não conseguiram obter no sufrágio universal, porque o povo não lha quis conferir.

Mas o que importa é que ninguém pode, ainda que com bela retórica, pretender introduzir uma pretensa objectividade científica no debate, colocando-se como intervéniente pretendidamente neutro, capaz de se abstrair da sua própria posição ideológica e partidária, querendo ser árbitro e simultaneamente juiz; quando na verdade é parte. Esta atitude, que alguns têm qualificado justamente como uma mera ficção positivista, é no fundo a máscara de um profundíssimo vazio político.

Vozes do PSD: — Muito bem! — *Orador:* — As competências técnicas, tal como as belezas retóricas, não conferem qualquer autoridade na política. Quem a dá é a democracia é o Povo nas eleições, sobretudo quando aqueles que se invocam dessa competência utilizam os floreados da retórica, mas nada mais fizeram que retórica e não se lhes viram as famosas competências técnicas.

Vozes do PSD: — Muito bem! — *Orador:* —

O Orador: — Aliás, havendo maiores ou iguais competências no Governo ou no grupo parlamentar da maioria — e devo dizer que pude constatar nestes dias como são injustas as críticas que nestas matérias dirigem ao grupo de que faço parte — nem afir a vitória sórriria às oposições. Façaise o balanço aos resultados destes é que contam. A velha sabedoria dos antigos é muito útil, *res non verba*; os factos é que contam e não as palavras! — *Orador:* —

Quero reivindicar claramente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a autonomia da política — é preciso que alguém o faça — face à economia, face à retórica, face às ciências sociais. A política tem uma autonomia própria enquanto acção, enquanto decisão, que nada tem a ver com estes discursos bonitos. Ela não pode ser atrelada à economia, não é uma simples superestrutura dos fenómenos económicos, como pretende a concepção marxista que a reduz a mero reflexo da estrutura subjacente e dos interesses de classe. Rendo homenagem àqueles muitos, como Claude Leforte, Leo Strauss e tantos outros, que denunciaram as tentativas de estrangulamento da política — a que ainda hoje aqui temos assistido, meu Deus! — pelas

ciências sociais, pelo marxismo e pela retórica. Por outro lado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, rejeito em absoluto a concepção, que parece ser aqui aceite por alguns, mas que tem forte radicação no pensamento de Maquiavel, segundo a qual a política consistiria na simples conquista e conservação do poder, isto é, no seu aspecto intrumental.

Só seria bom político o que fosse capaz de conquistar rapidamente o poder. A ser assim, Srs. Deputados das oposições, espera-os um futuro de grandes convulsões, porque vão exigir aos vossos líderes, como fizeram até agora, que conquistem o poder a curto prazo, quando o povo não quer e isso é impossível. Vão ter certamente convulsões, porque todos esses líderes serão a curto prazo taxados de não políticos, de incapazes políticos.

Protestos do PCP.

Este poder seria depois exercido segundo métodos ou critérios de outras ciências ou, até, talvez, sem critério.

Penso que um certo descrédito que dizem haver entre nós em relação à política provém da associação, que foi generalizada indevidamente — e talvez, aí, a comunicação social tenha alguma coisa a dizer —, da política apenas à luta do poder, à crítica sem alternativa, à retórica, à competência pseudocientífica, às jogadas, à pequena intriga. Como se não fosse também dever das oposições fazer política, isto é, propor alternativas, dizer como decidiriam se estivessem no poder, julgar as situações, propor opções e documentos alternativos, uma vez que, obviamente, longe do poder, não podem conquistá-lo, porque não há eleições a curto prazo e não têm capacidade de acção.

É evidente — digo isto para que não haja dúvidas, se alguém as pudesse ter — que rejeito o princípio maurusiano da *politique d'abord*. A política tem de respeitar os princípios da moral, que estão num plano que escapam ao seu âmbito, e o Direito tem de ser respeitado e, dentro destes limites, têm de caber as decisões da política, como bem notou Helmut Schmitt, num texto célebre.

Mas os objectivos da política têm de ser claramente distinguidos dos da economia. A economia nasceu da necessidade de encontrar os meios de sobrevivência da colectividade e de organizar a produção; logo, preocupa-se com o que é necessário. A política compete decidir o que é possível — sublinho, necessário, por um lado, possível, por outro — em cada momento, escolhendo entre alternativas e pondo-as em prática.

Façam-nos a justiça de acreditar, Srs. Deputados dos partidos democráticos da oposição, que todos nós sabemos o que seria necessário fazer, sabemos como vivem ainda muitos portugueses, apesar dos progressos dos últimos anos, e todos, sem excepção — julgo que não está aqui nenhum sádico preverso —, quereríamos mais dinheiro para a educação, para a saúde, para habitação, para cultura.

Como seria fácil fazer sociedades perfeitas por decreto — já houve tentativas em Portugal e agora ainda estamos a tentar desenvencilhar-nos disso — ou a construir soluções magníficas através de um belo discurso, tudo a resolver com o aumento das rubricas orçamentais.

Mas o catálogo das necessidades, infelizmente, não tem muito a ver com a política, que não suporta a repartição impossível — impossível, repito — de meios

inexistentes. O critério da política é o da possibilidade. Só pode fazer política quem ousar optar, quem assumir o risco da escolha, quem propuser alternativas, quem mostrar capacidade de decisão. E foram os que mostraram estas qualidades que triunfaram em Portugal. Não vale a pena dizer nomes; basta pensar, de 1974 para cá, naqueles que têm assumido o poder maioritário e duradouramente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado informo-o que, a partir de agora, o tempo que gastar será descontado no tempo de amanhã.

O Orador: — Tenho para mim que está aqui a explicação da falta de credibilidade política das oposições. Elas, ao contrário do que dizem certos comentadores, existem, não o nego, mas não fazendo opções claras, não apresentando alternativas possíveis, pedindo repartições impossíveis de meios inexistentes, sobrevalorizando a luta pelo poder, muitas vezes no próprio interior das suas forças, não fazem política na verdadeira acepção da palavra. É com tristeza que o digo, esperando que, para bem da democracia e da própria maioria, eliminem este seu modo de agir e, no fundo, dirigindo-vos dizendo: «Façam política, senhores!»

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por tudo isto, concluo que os pressupostos em que assentam boa parte das críticas que temos ouvido aos partidos da oposição não são plenamente políticas. Por vezes, como disse, infelizmente, descem ao nível do processo de intenção; a uma leitura dos textos, e todos sabemos hoje, com o desenvolvimento das ciências que a isso se referem, como é discutível a leitura dos textos. Tudo isto explica que, não sendo políticas, o conjunto das críticas seja inconsciente.

Não posso deixar de referir uma questão, que é um bom exemplo: Pensam as oposições que é ou não prioritário neste momento a continuação da descida do peso relativo do défice do sector público no produto que se está a verificar?

Se o é, como podem pedir acréscimos de despesas, sem aumento de receitas ou até sugerindo a diminuição destas? Para além de tudo o que já disse, querem as oposições, num exercício de ainda mais fulgurante retórica, por decreto, descobrirem a quadratura do círculo?

Indo já a dívida pública directa alcançar 81% do PIB, em parte devido à incorporação das dívidas de entidades do sector público e à regularização de situações em atraso, é caso moralmente possível optar politicamente por forma a que as gerações futuras sejam sobrecarregadas com uma dívida de crescimento interminável? Esta dicotomia entre as necessidades do presente e o respeito devido às gerações futuras, põe-se também, não nego, em questões ambientais e do património e também na questão de uma dívida com que se pretenderia sobrecarregar as gerações futuras.

O Sr. José Magalhães (PCP): — Parece maquiavélico!

O Orador: — É ou não verdade que o crescimento sustentado e não inflacionista exige declínio da absorção global de recursos pelo sector público?

No seu recente estudo sobre a economia portuguesa, que alguns Srs. Deputados citam quando lhes convém, a OCDE sublinha a indispensabilidade de reduzir aquele défice para «reorientar a poupança interior para utilizações produtivas e libertar recursos que se verifica». «Medidas correctivas devem ser tomadas rapidamente».

O nosso Oliveira Martins já tinha razão, há mais de cem anos, quando considerava, entre as mais urgentes medidas, as respeitantes ao equilíbrio orçamentário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O primeiro critério de apreciação das Grandes Opções do Plano deveria ter sido, — e ninguém falou nisso — a sua correspondência ao mandato inequívoco que o povo conferiu ao PSD em Julho do ano passado. Esse critério leva-me a concluir que este documento consubstancia nas suas grandes linhas as propostas que submetemos ao sufrágio.

De acordo com o critério fundamental da sua adequação ao objectivo essencial de toda a actividade política, a promoção do bem comum visa aumentar o bem-estar e o desenvolvimento intelectual dos portugueses, assegurando o máximo possível de liberdade e segurança:

Destacarei apenas dois pontos. As Grandes Opções do Plano optam claramente pela eliminação de factores de rigidez que impedem o chamado ajustamento estrutural. Uma vez aprovadas as reformas estruturais, havia que estimular a capacidade de adaptação das unidades produtivas à evolução da procura, tornando-as flexíveis e competitivas, de acordo com os estímulos do mercado, sem o que não poderiam sobreviver após 1992.

Concordo que a acção do Estado com vista àquele ajustamento não pode ser dirigista, mas tem de ser de estímulo do processo de adaptação e de remoção dos estrangulamentos que o impedem.

Mas é da eficácia dos sistemas de ensino e formação, da investigação científica e tecnológica que dependerá a capacidade de todos se adaptarem, através da flexibilidade das qualificações e da facultadé de compreender as novas situações — e aquela eficácia não resulta, obviamente, de uma simples questão do aumento de verbas — e, de um modo especial, habilitará as unidades de base a acompanharem o dinamismo das novas tecnologias.

O Estado deverá favorecer a mobilidade da mão-de-obra que decorrerá daquela maior capacidade de adaptação, mas evitando migrações de região para região, através de incentivos de base regional.

Deverá ainda promover economias externas que aumentem competitividade das empresas, melhorando infra-estruturas de transportes e de comunicações e removendo os factores de rigidez que falseiam a concorrência.

Orá, um deles é a existência de um sector público excessivamente alargado, não sancionado ou menos sancionado pelos mecanismos do mercado, com menor competitividade externa, prôlongando irracionalmente, por vezes a vida de determinadas empresas públicas, provocando distorsões na formação dos preços de bens e serviços.

Protestos do PCP.

O Orador: — Chegamos a uma questão crucial. Entendo que a presença do sector público na vida social, não só reduzindo-a como (cito um estudo da

OCDE sobre o ajustamento estrutural) «reconsiderando regularmente o seu papel de acordo com as novas circunstâncias». Adiante lembra-se a necessidade de ter em conta os limites das actuações possíveis do Estado e nota-se que, para lá de um determinado limite, as suas intervenções produzem efeitos contrários aos previstos.

É bom não esquecer que a multiplicação de núcleos de racionalidade económica, reduz a probabilidade de riscos que a concentração numa superestrutura dominante aumenta.

A importância do direito de iniciativa económica verdadeiramente vital, nas sociedades contemporâneas não é contestada por ninguém, a não ser certos grupos fossilizados e pré-históricos: João-Paulo II na encíclica, *Solicitude Rei Socialis*, refere que «a experiência mostra que a negação ou limitação desse direito é algo que reduz (...) o espírito de iniciativa, isto é, a subjetividade criadora do cidadão».

Estamos perante o conhecido princípio da solidariedade, que nada tem a ver com o neo-liberalismo, que é aceite por sociais-democratas e homens de outras famílias políticas; aquilo que o indivíduo pode fazer tão bem ou melhor não deve ficar a cargo do Estado, que deve disciplinar as iniciativas e impedir abusos.

O insuspeito Pierre Rosanvallon, muito querido do Partido Socialista francês, propõe mesmo que se reconheça um direito de substituibilidade do social ao estatal em certos domínios dos serviços colectivos públicos, perante a necessidade de ultrapassar o Estado-Providência como forma única de realização da solidariedade colectiva. Na Europa como vêm não são só sociais-democratas, são também socialistas que reclamam menos estado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Sendo a socialdemocracia um método gradual de reformas com vista à realização da justiça social e da solidariedade no respeito pela vontade popular e os direitos da pessoa, não consubstancial em nenhum modelo terminal de sociedade. «O objectivo final é nada, o movimento é tudo» já dizia Bernstein: queremos abrir as portas às dinâmicas previsíveis pós 1992 e poder enquadrar nas GOP no movimento reformista, social-democrata.

A conservação e estímulo da economia de mercado é aceite hoje por todos os sociais-democratas que tentam dar respostas ao desafio de um novo equilíbrio entre o crescimento e a qualidade de vida, entre o papel determinante da iniciativa privada e as funções estimuladoras e reguladoras do Estado, numa palavra, entre a eficácia e a solidariedade.

Tenta evitar-se aquilo que Sousa Franco qualificou como os riscos que espreitam a social-democracia entre outros o «carcismo dirigista», — do qual o PS ainda não se libertou — «a sereia neo-liberal, a nova tecnologia, o radicalismo esquerdistas (ultra-ecologismo apego às nacionalizações...)».

O que importa é que o Governo seja capaz de evitar estes riscos e que superando alguns defeitos apontados pela minha bancada ao documento em discussão — a perfeita não é deste mundo, muito menos do mundo das opções políticas — possa encontrar os meios possíveis para executar estas políticas, que prepare Portugal para o Mercado Único de 1992 e transforme o êxito imediato, a grande esperança de Julho de 1987, num êxito duradouro, — que é o único que importa — que é o bem-estar de todos os portugueses.

Aplausos do PSD.

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Sr. Presidente peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Montalvão Machado (PSD): — Sr. Presidente assistimos a um espectáculo que considero indecoroso, porque enquanto o meu companheiro de bancada Pedro Roseta estava no uso da palavra certas oposições, desprestigiando-se a si próprias, não só não o ouviram como fizeram os possíveis para que ele não fosse ouvido.

Esperamos que de futuro as pessoas se saibam comportar e respeitar recíproca e mutuamente, porque só assim é que conseguiremos viver em democracia dentro desta Casa.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento tem a palavra o Sr. Deputado António Barreto.

O Sr. António Barreto (PS): — Sr. Deputado Montalvão Machado, nem eu nem a minha bancada «enfiámos a carapuça».

Vozes do PSD: — Com certeza!

O Orador: — Sr. Deputado Pedro Roseta; vou ser muito breve, porque já temos muito pouco tempo para amanhã e quero guardá-lo para a política.

Estive aqui o dia inteiro, ouvi praticamente todos os debates que hoje tiveram lugar, e devo dizer-lhe que o seu discurso tinha qualquer coisa de extra-terrestre chegado de longe.

Não percebi o a propósito das suas reflexões iniciais, sobre a política — aliás, interessantes, embora nem sempre partilhe do seu ponto de vista —, mas apoio o elogio que fez da autonomia da política com algum receio que a grande quantidade de economistas do seu Governo se sintam atingidos mas... enfim, isso é lá convosco!

Sr. Deputado, quando a maioria do PSD tudo fez para reduzir, eliminar, limitar, cercear o debate político nesta Assembleia, por via do Regimento, não será que estava a atingir frontalmente a sua concepção nobre de autonomia da política, da seriedade, do trabalho e do debate político do Parlamento?

O Sr. João Cravinho (PS): — Muito bem!

O Orador: — Se o Sr. Deputado Pedro Roseta bem se recorda, foi a liderança do PSD que, desde o início do seu mandato, em 1985, tendo corrigido um pouco a mão nos últimos meses, se instalou na vida política portuguesa sob um lema, indelevelmente marcando a sociedade portuguesa de anti-política, de competência e de uma certa degradação da actividade, do pensamento e da negociação políticas e do papel dos partidos.

Recordo no período entre 1985 e 1987 algumas expressões menos felizes do Sr. Primeiro-Ministro que se referia à política, à negociação e à conversação com algum desdém...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Isso não é exacto!

O Orador: — ..., assentando a sua posição no papel de Primeiro-Ministro e na defesa do interesse geral. E quando a defesa do interesse geral se substitui à política o Sr. Deputado sabe tão bem como eu, ou melhor, do que estamos a falar, pois a política também é uma maneira, entre várias, de interpretar o interesse geral.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Marques Júnior.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não me preocupam as manifestações a que já me habituaram aqueles que ainda nem com *Perestroika* chegaram ao elemento da convivência democrática.

Aplausos do PSD.

No entanto, são essas manifestações que provocam fenómenos da reacção, inclusivamente que têm um pouco de consciência no interior do vosso partido. Talvez seja essa a razão essencial.

Sr. Deputado António Barreto, agradeço muito as suas questões, que não posso desenvolver muito porque estou a abusar já do tempo dos meus companheiros de bancada. Não se trata, obviamente, de um discurso de um extra-terrestre, mas, sim, daquilo que entendo ser — com toda a liberdade o fiz e com aplausos unânimes, segundo creio, dos companheiros de bancada — a reposição do debate político, que foi desviado pelas pretensas invocações tecnocráticas. Na semana passada, também assisti a isso. O Sr. Deputado referiu-se ao debate de hoje, mas por que o não fez também em relação ao debate da semana passada? E, nessa altura, invocaram-se competências etéreas de deputados que faziam autoridade sem estar cá.

Foi esse facto de vir aqui invocar competência técnica, ou outra coisa que lhe queriam chamar, de deputados que nem sequer estavam presentes que, entre outras coisas, me chocou. Como é que se qualifica isto?

Quanto aos economistas do Governo, que os tem também, eu próprio disse que nessa batalha todos vão empatar porque é uma batalha que não é esta, mas sim a batalha dos economistas.

Quero, porém, dizer-lhe que já Carneiro, em 1980, e Cavaço Silva, em 1985, não triunfaram de modo algum, em minha opinião — respeitável como qualquer outra —, por serem tecnicamente competentes. Todos sabem que eram excelentes nas suas profissões, mas eles triunfaram porque, politicamente, souberam... Mas, então, são políticos e nada prova o ser economista.

O problema está em que, muitas vezes, no discurso do seu partido — não digo em todos, é óbvio — vejo esta oscilação, que já critiquei, entre a bela retórica, que é bonita e deixa toda a gente encantada, como ainda hoje tivemos aqui um exemplo, e já assisti a muitos, mas que, obviamente, é mais própria dos termos do gongorismo do que dos nossos, com todo o respeito que merecem essas pessoas, e uma competência fria e tecnocrática da discussão de números. E ainda bem que o Sr. Deputado não veio questionar sobre a competência na escolha de determinados números, de tal ou tal verba, o que, quando muito, competiria ao debate na especialidade e aquilo que eu quis dizer, e sublinhei duas vezes, é que este debate, na generalidade

é essencialmente, e tem de ser, um debate político.

Depois, perguntou, sobre a possibilidade de reduzir ou cercear o debate político por via do Regimento. Líp o Regimento, Sr. Deputado, se não creio que seja tão catastrófico como os Srs. Deputados andaram a fazer crer. Os Srs. Deputados, por vezes, talvez, até sejam também um erro comum —, insistem em confundir política, por um lado, com o exclusivo debate político e, por outro, o que ainda é pior, com politiquice.

No que diz respeito à politiquice, teria de ser eliminada; no que se refere ao debate político, teria que ser disciplinado. Trata-se de uma forma de disciplina discutível como qualquer outra, mas não me peça, obviamente que, com todo o respeito que tenho pelos meus companheiros, avalize todas as vírgulas que constam do novo Regimento. Mas, obviamente, que há uma disciplina como qualquer outra que uma maioria pode impor.

O Partido Socialista, em França, foi muito mais longe e alterou, logo que chegou ao poder em 1981, as próprias regras do jogo eleitoral. Mesmo sem levar em conta aquilo que se disse no Congresso de Valence — mas esqueçamos isso, esqueçamos isso! — os socialistas franceses alteraram muito mais coisas para além do Regimento de uma Assembleia. Acha que isto?

Não queiram, portanto, ver nos nossos olhos uma eventual pequena palha quando nos dos senhores, se fizessemos a história de alguns anos passados, talvez lá descobrissemos também uns grossos argueiros.

Não queria, porém, entrar por aí, pois não me parece nada interessante vir agora aqui debater certas atitudes de governos, por exemplo, dos anos de 1977/1978, o que não levaria a parte nenhuma, nem é meu estilo! Prefiro ficar derrotado na argumentação do que estiver a reabrir feridas e a refazer debates demócratas, que de nada servem.

Finalmente, quanto à competência política e anti-política de certas afirmações, também de alguns amigos atras, do Sr. Primeiro Ministro, julgo que aquilo que ele fez, tanto quanto me pude aperceber lá longe, foi a crítica de uma política, a crítica daquelas que não faziam uma relação eficaz entre as promessas e o cumprimento dessas mesmas promessas.

Vozes do PSD: Muito bem, é aquilo que queria.

O Orador: Aqueles que exibiam palavras más não passavam aos actos, como refere a velha sabedoria dos clássicos na expressão latina *ren non verbā*. É assim que eu interpreto o seu pensamento! Ele está aqui, poderá dizer-ló, quando quiser ou entender, ou até não o dizer. Mas, repito, eu interpreto assim o seu pensamento, como a necessidade efectivamente de acabar pela política enquanto mera negociação, que, como é óbvio, também é importante, é passar ao cumprimento das promessas, ou seja, passar das palavras aos actos. E foi, afinal, o que fizemos e, por isso, ganhamos.

Aplausos do PSD: Muito bem, é aquilo que queria.

O Sr. Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria.

O Sr. Ministro da Indústria e Energia (Mira, Amaro): Sr. Presidente, Srs. Deputados, O objectivo principal, de curto prazo, da política industrial portuguesa

é, onde preparar a indústria portuguesa para a concorrência no grande mercado interno europeu, aproximando os seus níveis de produtividade e de eficiência dos padrões médios da indústria europeia.

Uma especialização dinâmica da indústria portuguesa pressupõe o recurso desses níveis de competitividade e exige que, a par de uma reestruturação e modernização dos sectores industriais tradicionais e estratégias sectoriais defensivas, se desenvolvam novas indústrias com elevado potencial de crescimento e, em particular, novas produções com maior conteúdo tecnológico e a produção de bens de equipamento.

Desenvolvimento industrial, tornando Portugal num país moderno e industrial, implica que esse desenvolvimento seja feito com preocupações ambientais e não contra o ambiente, visto que o grande desafio das sociedades industriais modernas vai ser o de perspectivarem um desenvolvimento industrial feito com respeito pelas preocupações ambientais.

A política industrial do Governo português visa a complementar e não substituir os mecanismos de mercado, não pretendendo, por isso, o Governo substituir-se aos empresários para que o sector industrial venha a apresentar suficiente flexibilidade, quer da adaptação às novas formas de concorrência, quer de antecipação aos mercados do futuro e ao emergir de novas oportunidades de investimento.

Temos então, em Portugal, uma política industrial não intervencionista destinada a apoiar as empresas, de acordo com as seguintes linhas: de orientação, melhorar o funcionamento dos mercados; estimular os factores dinâmicos de competitividade, tais como a qualidade e a inovação; reduzir o conteúdo energético do produto industrial; adaptar todo o sector industrial às alterações que se estão a verificar na procura, quer a procura de produtos em Portugal quer a procura, obviamente, europeia e mundial.

O PEDIP é o instrumento privilegiado de suporte dessa política-industrial, conjunto com outros, designadamente o sistema de incentivos de base regional, o sistema de incentivos à utilização racional de energia, o programar comunitário Valores. Tudo isto de acordo com as prioridades aqui referidas. O PEDIP fornecerá, então, à indústria portuguesa apoios infraestruturantes e de enquadramento, através das infraestruturas de base e tecnológicas; apoios no domínio da formação profissional; apoios financeiros para reestruturação das empresas; apoios aos factores dinâmicos de competitividade.

Temos, pois, em Portugal uma política industrial e o instrumento privilegiado para executar o PEDIP, implementado em tempo record no quadro comunitário.

Na realidade, depois da aprovação política, em Fevereiro, em Bruxelas, graças à estratégia do Sr. Primeiro-Ministro e, a seguir, a aprovação oficial do PEDIP, na Comissão das Comunidades a 18 de Julho de 1988, foi possível, imediatamente, arrancar com programa de reestruturação dos planifícios e, agora, arrancar com o sistema de incentivos do PEDIP, o SINPEDIP.

A própria Comunidade considera que este arranque, em tão curto espaço de tempo, é verdadeiramente um record, em termos comunitários.

Lembro, apenas, que o programa integrado mediterrânico para a Grécia foi aprovado, através da publicação no Regulamento Comunitário, e começou a ser executado um ano e nove meses depois.

Permitam-se ainda que refira a importância do sistema de incentivos do PEDIP, recentemente aprovado em Bruxelas e no Conselho de Ministros em Lisboa. Através dele, pretendemos estimular o desenvolvimento de tecnologias próprias na indústria nacional, melhorar a qualidade industrial e gestão do ambiente pelas empresas industriais e dotar as empresas dos equipamentos que permitam a sua modernização, ao mesmo tempo que pretendemos modernizar as empresas em termos globais. Tal significa não só à substituição de equipamentos, mas também a introdução nas empresas de recursos humanos válidos e adequados às novas tecnologias e aos novos equipamentos que as empresas vão adquirir e instalar.

O Orçamento do Estado, no âmbito do Ministério da Indústria e Energia, para 1989 reflete estas linhas estratégicas e as orientações claras do Governo nesta matéria.

Por isso, é feito um esforço sério em termos de despesas correntes para que o Orçamento do Estado do Ministério da Indústria e Energia, em termos de despesas de capital ou de PIDDAC, possa ter todos os recursos necessários para implementar esta política industrial:

É nesse quadro, no Orçamento do Estado, que temos inscritas as dotações necessárias para o arranque de infra-estruturas tecnológicas e as contrapartidas para a execução do Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa (PEDIP), no que tem a ver com a linha orçamental específica. Aliás, é ainda nesse sentido que no Orçamento do Ministério da Indústria e Energia existem os necessários recursos para os outros programas comunitários, ou financiados pelos fundos comunitários, como é o caso do sistema de incentivos à utilização racional de energia.

De acordo com as regras que já foram estabelecidas, conseguimos com os recursos que temos no Orçamento do Estado no Ministério da Indústria e Energia, multiplicar e potenciar de forma extremamente grande as acções que vamos concretizar. Como sabem, de acordo com o regulamento aprovado, o PEDIP irá financiar as acções com fundos comunitários na ordem dos 70% a 75% e a contrapartida do Estado português é apenas entre 25% a 30%.

Portanto, isto significa que as dotações de 25% a 30% inscritas no Orçamento do Estado são apenas do volume global de acções feitas através dessas dotações.

Permita-me ainda que neste quadro e no âmbito das preocupações do Ministério da Indústria e Energia, refira uma grande preocupação do Ministério da Indústria e Energia, refira uma grande preocupação que todos devemos ter em Portugal, que é a situação da Electricidade de Portugal. Infelizmente, o comportamento de algumas autarquias do nosso país faz com que seja necessário uma disposição prevendo a cativação de verbas para que elas possam pagar à EDP. É uma medida importante, diria mesmo vital, para que possamos fazer aquilo que penso ser pacífico e normal num Estado de direito e no quadro das relações entre fornecedores e clientes, ou seja, fazer com que os clientes paguem ao fornecedor. Nesta matéria, penso que as autarquias não podem deixar de estar de acordo com as regras básicas de funcionamento de uma sociedade civilizada e de um Estado de direito. As autarquias não podem deixar de pagar aos fornecedores o bem, neste caso concreto à EDP e a energia que consomem.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Ministro da Indústria e Energia, terei de ser extremamente telegráfico porque os tempos disponíveis escasseiam. No entanto, gostaria de deixar desde já registada a completa diferença de discurso entre o que agora fez e o que há pouco ouvimos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro, devido ao pouco tempo que tenho para lhe colocar questões, gostaria, no entanto, de pôr uma que penso ser fundamental.

Todos sabemos qual é a diferença entre a modernização da economia, no caso concreto a modernização das empresas existentes. Por isso, em termos latos, em termos da modernização da economia e do adensamento da malha produtiva, pergunto: como é que o Governo vai provocar o aparecimento de investimentos em sectores, em segmentos, em produtos que são considerados necessários e essenciais para essa modernização da economia, a fim de podermos fazer face não só ao choque de 1992, como uma rápida e substancial mutação na especialização produtiva que o País tem e que é péssima?

Em segundo lugar, a última questão tem a ver com a EDP e as autarquias. É um problema sério que tem de ser resolvido e ninguém tem dúvidas sobre isso. Porém, e já tivemos oportunidade de referir noutra altura, a norma que vem no Orçamento não é mais do que uma «provocação», porque o que lá está não é para resolver o problema da dívida das autarquias.

Por exemplo, com aquela norma a Câmara do Porto levaria cerca de 200 anos a pagar a dívida à EDP. Com certeza, não é isso o que pretende.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Então, não é provocação!

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro da Indústria e Energia, há ainda um outro pedido de esclarecimento. Deseja responder já ou no fim?

O Sr. Ministro da Indústria e Energia: — Respondo no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (PS): — Sr. Ministro, gostaria de dizer que a bancada do Partido Socialista está de acordo com que se resolva o problema da dívida à EDP no quadro de Estado de direito, que, aliás, acabamos por ser todos nós a suportá-la.

Sr. Ministro, pergunto-lhe, se num quadro de Estado de direito é admissível o comportamento da EDP, concretamente em relação ao caso de Valongo e que tive aqui a ocasião de citar, ou seja, o de cortar o fornecimento de electricidade a três freguesias, com implicações graves, tanto na vida empresarial como na dos habitantes, nas vésperas de acordo com a EDP — e a EDP sabia disso perfeitamente!

Se o caminho é esse num Estado de direito, então, por que cortar o fornecimento de electricidade a três freguesias e não ao concelho todo, ou mesmo a todos os concelhos que neste país têm dívidas à EDP? Talvez porque o Governo tenha consciência do que isso representa e pretenda apenas ter aqui uma medida de atomização e de relação às autarquias e, mais nadante, o que se faz é agir no sentido das autorizações e mais ainda,

Vozes do PS: — Muito bem.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Energia.

O Sr. Ministro da Indústria e Energia: — Sr. Deputado Octávio Teixeira, eu disse, na minha intervenção, que tínhamos não só de modernizar os sectores industriais que temos, por isso chamei-lhe estratégias sectoriais defensivas, como avançar para novas produções de bens de equipamento devido à nossa fragilidade estrutural.

Sr. Deputado, isto num quadro de uma economia de mercado, é básico, diria mesmo do mais elementar realismo económico, mas não pode ser feito pelo Governo. O que o Governo tem de fazer é criar o enquadramento e o sistema de estilo adequado para os agentes económicos, no âmbito das suas decisões autónomas e, responsáveis, façam aquilo que o interesse nacional pressupõe e que é apresentado, neste caso, pelas orientações do Governo.

É essa a lógica dos factores de enquadramento da política industrial, é essa a lógica do sistema de incentivo que existe em Portugal neste momento.

Sr. Deputado, posso dizer que neste momento não haverá na Europa um país, dos Estados Membros da CEE, com um sistema de incentivos ou de investimento industrial, como o nosso. Isto é, com dois fundos comunitários e concorreram para o objectivo não só de modernizar a indústria como de a diversificar. Portanto, isto significa não só a criação de novas indústrias, mas também o avanço de novos produtos e de novas indústrias e nas empresas que temos.

Considero a articulação proposta e que foi aprovada em Conselho de Ministros, entre o sistema de incentivos de base regional e o SINPEDIP, «das coisas mais correctas que têm sido feita nesta matéria a nível comunitário e no quadro de uma economia de mercado». Ou seja, pôr o sistema de incentivos, o SINPEDIP, a modernizar a base industrial que existe, porque fica a trabalhar nas regiões do litoral, de Lisboa e do Porto, onde fundamentalmente existe a nossa indústria, é o sistema de incentivos de base regional a fomentar o desenvolvimento industrial das regiões menos desenvolvidas.

Gostaria de dizer que no quadro do SINPEDIP há um instrumento que considero importante para a modernização da economia — pois essa é uma das preocupações do Sr. Deputado — que é o sistema de aquisição e desenvolvimento de tecnologias. Este sistema vai estimular a criação de tecnologias, de novos processos e de novos produtos na indústria portuguesa. Nos estados das Comunidades verificou-se que existe uma correlação positiva entre a investigação nas empresas industrialmente orientadas e a diversificação industrial. Pois bem, nós pretendemos fazer nessa diversificação de maneira correcta, através do sistema de incentivos, do SINPEDIP, recorrendo, neste caso, às

aquisições e aumento de tecnologias. Não espere que seja o Estado a fazê-lo, porque quando ele o pretende fazê-lo soubermo-lo, num passado recente, o que criámos é despesa pública que acaba por gerar dívida pública, acaba por criar menos riqueza e bem estar para os contribuintes e para os cidadãos portugueses.

O segundo aspecto tem a ver com a questão da posição que está prevista no Orçamento e que diz respeito às dívidas das autarquias.

O que considero que é injustificável e não pode conceber-se num Estado de direito é a situação de uma empresa como a EDP, que anda, ao longo de um ano, a tentar falar com os presidentes das câmaras e com os dirigentes autárquicos, a fim de chegar a um acordo, e esses presidentes que são os responsáveis pelo pagamento da energia, ausentam-se, vão para férias, dizem que não estão, fogem! Não vão à Câmara para não falar com os directores da empresa (EDP) e continuam, ao longo de mais um ano, a acumular dívidas a um ritmo impressionante, numa situação em que as dívidas das autarquias já atingem os 150 milhões de contos.

É esta situação, é esta hemorragia que não pode manter-se, pois não é uma Câmara ou uma terra que ficam sem luz, mas é o País todo que fica sem luz.

Devemos reflectir sobre o que aconteceu na Turquia, há uns anos atrás. Felizmente, estamos mais avançados, e certamente, não queremos repetir a triste experiência turca, isto é, de a empresa não poder produzir energia e todo o País ficar às escuras.

É uma questão de realismo e bom senso elementar.

É certo que a EDP tem feito todas as negociações e esgotou toda a sua paciência. Há um ano que espera que os autarcas façam um acordo, que até é pacífico, pois não se pretende que paguem já o tarifário nacional, que, aliás, é da lei. Tarifário esse — posso lembrar-lhos Sr. Deputados do Partido Socialista — que o PS propôs aquando do Governo do Bloco Central, que fosse imediatamente aplicada ao Pórtão.

Pois bem, o Governo não fez isso. E o que pretendemos fazer é uma estratégia gradual e muito mais suave do que aquela que o PS propôs.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Os grandes objectivos para o sector agrícola que o Governo tem anunciado é o «garantir a competitividade dos produtos portugueses, aproximando a agricultura portuguesa dos níveis da agricultura comunitária, o de obter níveis satisfatórios de auto-abastecimento em produtos agrícolas e os de possibilitar níveis de rendimento aceitáveis para agricultores».

Para atingir estes objectivos o Governo elegeu como áreas essenciais o centro de toda a estratégia traçada a intervenção nas explorações agrícolas, sobretudo através do rendimento dos agricultores e assalariados rurais, alargar-se o fosso entre a nossa agricultura e as agriculturas da Comunidade.

O primeiro enigma é que, enquanto no relatório do Orçamento do Estado, o Governo apresenta uma previsão para 1989 de 25 milhões de contos de transferências

do FEOGA/ Orientação, nos mapas posteriormente fornecidos na Comissão esse valor sobe para 31,5 milhões de contos.

Mas seja um ou outro (e o Governo deverá explicar qual é que vale), para qualquer deles deveria haver as necessárias contrapartidas do Estado Português traduzidos no PIDDAC cujo valor global aliás, cai 21% em relação a 1988. E aqui o segundo enigma: é que se o Governo afirma que, as entradas dos fundos do FEOGA/Orientação crescem, entre 1988 e 1989, 47% ou 83% conforme valha o relatório do Orçamento do Estado ou o mapa fornecido em Comissão, então as contrapartidas portuguesas para os regulamentos comunitários deveriam crescer na mesma proporção. Mas o que acontece é exactamente o contrário enquanto em 1988 as contrapartidas nacionais se cifram em 21,2 milhões de contos, em 1989, esse valor cai para do PEDAP, de 797/85 e do 2239/86 (regulamento para o melhoramento das estruturas vitivinícolas).

A questão está em saber se o orçamento que é apresentado a esta assembleia se coaduna com aqueles objectivos.

E a resposta é um não rotundo que o Governo procura disfarçar, através de um orçamento recheado de enigmas e de inverdades mas que não consegue esconder pois, ao contrário do que seria necessário: diminui o esforço de investimento do Estado português na agricultura; o Governo está a mostrar-se incapaz de absorver e aplicar, com eficácia, os fundos comunitários destinados à modernização da agricultura portuguesa; o grau de realização dos diferentes programas da investimento apresenta taxas de execução bastante baixas; cresce a dependência agro-alimentar do País, diminui 17,8 milhões de contos, isto é, menos 18%.

E não se venha dizer que tal quebra é aparente, resultando das comparticipações comunitárias, porque tal não é verdade. A fatia da CEE só aumentou no PEDAP e a «Poupança» do OE em resultado disso cifra-se unicamente em 1,7 milhões de contos (valor este, aliás, que em sede de discussão na especialidade o Grupo Parlamentar do PCP propõe que seja aproveitado para reforço do apoio aos agricultores, vítimas das intempéries deste ano agrícola).

A conclusão é, pois, clara: os fluxos financeiros da comunidade não passavam de previsões que não econtram eco no orçamento que o Governo e o MAP nos apresentam. O Governo poupa na Agricultura, diminui o esforço de investimento com sérios custos para a modernização da agricultura portuguesa.

Esta leitura encontra clara projecção quando se analisa o grau de realização do PIDDAC que se cifra em 60%. Em programas fundamentais para o futuro da agricultura portuguesa — exactamente naqueles que o Governo considera essenciais — a taxa de execução é preocupante e, em alguns casos, confrangedora o programa chamado de «modernização das explorações agrícolas» é de 41,5%; o PEDAP — incentivos 43,6%; a recuperação dos regadios tradicionais 4%; o programa visando o «melhoramento das estruturas vitivinícolas» 28,4%.

E quando, face a um conjunto de programas que apresentam graus de execução da ordem dos 90/100%, nos assoma algum optimismo, logo a explicação dada nos esvai a esperança é que nesses casos são meras cativações de verbas por via administrativa (não vá o Sr. Ministro Cadilhe deitar-lhes a mão) que não correspondem a qualquer realização efectiva.

Esta leitura que temos estado a fazer tem coerência quando verificamos que, enquanto no OE para 1988 o Governo tinha programado para o PIDDAC/1989, 34,1 milhões de contos, o valor real que aparece agora em 1989 como previsão de despesas é somente 20,8 milhões de contos, menos 40%, e as dotações globais previstas até 1992 descem de 200 milhões de contos para 185,6 milhões de contos.

Em resumo, a leitura da trajectória que está a assumir a incapacidade do Governo em pôr em execução programas coerentes que absorvam os fundos comunitários e promovam o desenvolvimento da agricultura portuguesa começa a ser idêntica ao que se passou e passa com as ajudas de pré-adesão em que, conforme comunicação da Comissão das Comunidades ao Conselho de 4 de Julho de 1988, foram constatadas «dificuldades para a utilização rápida e completa dos créditos disponíveis para Portugal», tanto mais preocupantes quanto estamos próximos de iniciar a segunda fase do período de transição onde serão aplicadas ao nosso país as disciplinas comunitárias de produção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quando cruzarmos a análise do Orçamento do Estado com o Balanço da aplicação a Portugal dos diversos regulamentos comunitários crescem as certezas de que, esta política dita «neo-liberal» do Governo a agricultura comunitária, agravando-se o nosso grau de dependência e as assimetrias e desigualdades sociais.

Basta dizer, e em resumo — porque o tempo não dá para mais — que dos investimentos realizados nas explorações ao abrigo do regulamento 797 somente 8,5% foram para as infra-estruturas e melhoramentos fundiários e quase metade, 48,5% foram para máquinas; que dos 17,7% milhões de contos dos fundos atribuídos no âmbito ainda do regulamento 797, desde Setembro 1986, somente 2,9% foram destinados às pequenas explorações.

Nesta ilha, são as regiões onde os grandes proprietários e maior grau de influência, que estão a absorver o grosso dos fundos sem qualquer correspondência no ritmo de crescimento do PAB, em que o Alentejo e o Ribatejo (onde as UCP's/Cooperativas não têm acesso aos fundos) absorvem 50% das ajudas comunitárias no âmbito do 797, enquanto Trás-os-Montes está somente a absorver 11% e a Beira Interior 5%.

Acresce ainda, no caso do Alentejo, que 65% dos fundos estão a ser utilizados para a compra de máquinas e só 4,4% para melhoramentos fundiários. E como se isto não bastasse, o Governo discrimina as pequenas explorações individuais mantendo o imposto sobre a indústria agrícola em sede de IRS e isentando as sociedades e empresas agrícolas de IRC.

Não é, por isso, de estranhar que, no primeiro quadrimestre deste ano em relação a igual período do ano de 1987, as nossas importações agro-alimentares tenham crescido 41,2% contra 7,8% das exportações, diminuindo a nossa taxa de cobertura de 44,7 para 34,1 e agravando-se assim a nossa dependência em relação ao exterior.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É notório que o Governo e o MAP estão a ser incapazes de dinamizar uma política agrícola e a agricultura portuguesa de molde a poder-se atingir o final do período de transição em condições de enfrentarmos, sem receios, o Mercado Único. E também é notório que o assalto aos fundos comunitários está a beneficiar fundamentalmente

os grandes proprietários e as grandes empresas do sector agro-industrial, sem que tal se traduza num conjunto de investimentos produtivos efectivos agravando-se as assimetrias regionais e sociais e o fosso em relação à agricultura comunitária.

Talvez por isso se compreenda o apelo que o Sr. Ministro da Agricultura, Álvaro Barreto, em trânsito para as celuloses, depois de ter oferecido, em passo acelerado, o apetecido mercado de cereais às multinacionais; de ter suspenso qualquer justificação a totalidade dos direitos de importação da carne bovina; de ter pedido a antecipação do nivelamento dos preços portugueses aos preços comunitários; de ter apadrinhado a entrega da Feira Nacional de Agricultura à CAP, talvez por isso se compreenda — dizíamos nós pela agricultura portuguesa».

Nós dirímos: lutemos todos por uma política agrícola que responda às nossas necessidades de modernização da agricultura portuguesa e de melhoria dos rendimentos de quem trabalha nos campos.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não há mais inscrições relativamente às iniciativas legislativas cuja discussão hoje iniciámos.

Amanhã, continuaremos o debate com a discussão, na generalidade, das Propostas de Lei n.os 74/V, sobre o Orçamento do Estado para 1989 e 75/V, sobre as Grandes Opções do Plano para 1989.

Srs. Deputados, a Mesa informa que os tempos disponíveis de cada grupo e agrupamento parlamentar para o debate de amanhã são os seguintes: o Governo, noventa e cinco minutos; o PSD, sessenta e cinco minutos; o PS, trinta e cinco minutos; o PCP, quarenta e dois minutos; o PRD, vinte e oito minutos; o CDS, vinte e três minutos; e Os Verdes, quinze minutos.

Do período da ordem do dia constará ainda a discussão da Proposta de Resolução n.º 12/V.

Proceder-se-á, também, à votação, na especialidade e final global, da Proposta de Lei n.º 73/V — Rectificação à Lei n.º 2/88, de 26 de Janeiro, que aprovou o Orçamento do Estado para 1988.

Chegámos, portanto, ao fim da nossa sessão de hoje. Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 50 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social Democrata (PPD/PSD):

Adérito Manuel Soares Campos.
Álvaro Cordeiro Damaso.
António José Caeiro Motta Veiga.
António José de Carvalho.
António Manuel Lopes Tavares.
António Maria Pereira.
António Paulo Martins Pereira Coelho.
Arnaldo Angelo Brito Lhamas.
Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.
Carlos Manuel Sousa Encarnação.
Casimiro Gomes Pereira.
Cristóvão Guerreiro Norte.
Dinah Serrão Alhandra.
Flausino José Pereira da Silva.
Gilberto Parca Madail.

Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.
Jaime Gomes Milhomens.
João Costa da Silva.
João José Pedreira de Matos.
Joaquim Eduardo Gomes.
Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.
José Assunção Marques.
José de Vargas Bulcão.
Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.
Luis Manuel Costa Geraldes.
Luis Manuel Neves Rodrigues.
Luis da Silva Carvalho.
Manuel Coelho dos Santos.
Mário Ferreira Bastos Raposo.
Mário de Oliveira Mendes dos Santos.
Miguel Bento M. da C. de Macedo e Silva.
Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.
Pedro Manuel Cruz Roseta.
Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.
Rui Gomes da Silva.
Rui Manuel P. Chencerelle de Machete.
Vasco Francisco Aguiar Miguel.
Vitor Pereira Crespo.

Partido Socialista (PS):

Alberto Arous Braga de Carvalho.
Alberto Marques de Oliveira e Silva.
António Domingues Azevedo.
António José Sanches Esteves.
António Magalhães da Silva.
António Manuel de Oliveira Guterres.
Carlos Cardoso Lage.
Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Elisa Maria Ramos Damião Vieira.
Helder Oliveira dos Santos Filipe.
Jaime José Matos da Gama.
João Barroso Soares.
Jorge Luis Costa Catarino.
José Barbosa Mota.
José Ernesto Figueira dos Reis.
José Manuel Torres Couto.
José Socrates Carvalho Pinto de Sousa.
Júlio Francisco Miranda Calha.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel António dos Santos.
Maria do Céu Fernandes Esteves.
Maria Helena do R. da C. Salêma Roseta.
Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
Mário Manuel Cal Brandão.
Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.

Partido Comunista Português (PCP):

Ana Paula da Silva Coelho.
Carlos Alfredo do Vale Gomes Carvalhas.
José Manuel Antunes Mendes.
José Manuel Maia Nunes de Almeida.
Luis Manuel Loureiro Roque.
Maria Luisa Amorim.
Rogério Paulo S. de Sousa Moreira.

Partido Renovador Democrático (PRD):

Isabel Maria Ferreira Espada.
Natália de Oliveira Correia.

Partido Ecologista os Verdes (MEP/PV):
Maria Amélia do Carmo Mota Santos.

Faltaram a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social Democrata (PPD/PSD):
Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva.
Fernando Monteiro do Amaral.
Filipe Manuel Silva Abreu.
Henrique Nascimento Rodrigues.
José Pereira Lopes.
Licínio Moreira da Silva.
Manuel da Costa Andrade.

Partido Socialista (PS):
Armando António Martins Vara.
Helena de Melo Torres Marques.
Jorge Lacão Costa.

José Apolinário Nunes Portada.
José Luis do Amaral Nunes.
Vitor Manuel Ribeiro Costâncio.

Partido Comunista Português (PCP):
António da Silva Mota.
Carlos Campos Rodrigues Costa.
Domingos Abrantes Ferreira.
Jerónimo Carvalho de Sousa.
Manuel Rogério de Sousa Brito.

Partido Renovador Democrático (PRD):
Hermínio Paiva Fernandes Martinho.

Centro Democrático Social (CDS):
Adriano José Alves Moreira.

Os REDACTORES: *Maria Leonor Ferreira — Ana Maria Marques da Cruz — José Diogo.*



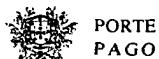
DIÁRIO da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao *Diário da República* desde que não trагam apostila a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.



PORTE
PAGO

1 — Preço de página para venda avulso, 4\$50; preço por linha de anúncio, 93\$.

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — Os prazos de reclamação de faltas do *Diário da República* para o continente e regiões autónomas e estrangeiro são, respectivamente, de 30 e 90 dias à data da sua publicação.

PREÇO DESTE NÚMERO 306\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*» deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex